



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

DAIANE LEMES PEREIRA

O CONCEITO DE JOGOS DE LINGUAGEM NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

CHAPECÓ

2022

DAIANE LEMES PEREIRA

O CONCEITO DE JOGOS DE LINGUAGEM NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal Da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Arturo Fatturi

CHAPECÓ

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Pereira, Daiane Lemes
O Conceito de Jogos de Linguagem nas Investigações
Filosóficas / Daiane Lemes Pereira. -- 2022.
152 f.

Orientador: Pós-Doutor Arturo Fatturi

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
Chapecó, SC, 2022.

1. Wittgenstein. 2. Jogos de Linguagem. 3. Filosofia
da Linguagem Ordinária. 4. Terapia Filosófica. I.
Fatturi, Arturo, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

DAIANE LEMES PEREIRA

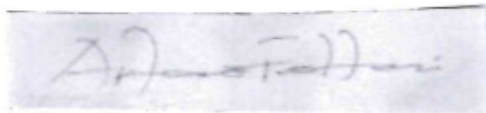
O CONCEITO DE JOGOS DE LINGUAGEM NAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Arturo Fatturi

Esta dissertação de Mestrado foi defendida e aprovada em: 25/02/2022

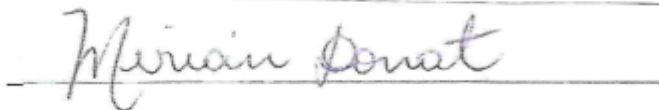
BANCA EXAMINADORA



Dr. Arturo Fatturi



Dr. Bortolo Valle



Dra. Mirian Donat



Dr. Newton M. Peron

Aos meus pais, Claudinei e Vânia

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Arturo Fatturi, pela confiança, orientação, apoio, disposição, boa-vontade e amizade. E à sua esposa e companheira, minha grande amiga, Lúcia.

À professora Mirian Donat e aos professores Bortolo Valle e Newton Peron, pela leitura atenta e pelas sugestões ao texto, por ocasião da banca de qualificação e defesa.

Ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul, aos seus professores e técnicos.

À minha família, que sempre apoiou a minha escolha pela Filosofia.

Ao Alan e ao nosso amor.

Ao meu sobrinho, Raul Antônio, por encher nossas vidas de alegria... “eu fico com a pureza da resposta das crianças”.....

À Flávia, David e Nina pelo help com a língua estrangeira.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Wittgenstein por ter sido a pessoa que foi, e pela filosofia que desenvolveu (e viveu) e nos deixou de legado.

“Sem um pouco de coragem não se pode nem mesmo escrever uma observação razoável
acerca de si mesmo.”

Ludwig Wittgenstein

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é refletir sobre o conceito de *jogos de linguagem*, elaborado por Ludwig Wittgenstein na obra *Investigações Filosóficas*, e, a partir desta reflexão, lançar luz ao modo de olhar para o ‘fazer filosófico’, que o vê como uma atividade terapêutica de cura ao dogmatismo filosófico, capaz de adoecer qualquer um de nós, tamanha perplexidade que assume perante as coisas da vida. Com vistas ao nosso propósito, a divisão da pesquisa, em capítulos, se dá da seguinte maneira: i) no primeiro capítulo tratamos da questão “Para onde apontam os jogos de linguagem?”. Veremos, primeiramente, que os jogos de linguagem apontam para um contexto que envolve, por um lado, uma imagem essencialista da linguagem, não como uma teoria filosófica do significado, mas como uma estrutura de pensamento que está por detrás de inúmeras teorias filosóficas. Por outro lado, o contexto apontado envolve o conceito que fundamenta esta imagem essencialista da linguagem, a saber, o conceito de ‘ostensão’. De encontro a isso, expomos o argumento de Wittgenstein de que o significado das palavras vem do uso que fazemos delas, os quais são apreendidos a partir de treinamento e ensino; ii) uma vez apontado esse contexto, no segundo capítulo examinamos o conceito de Wittgenstein a partir da questão: “O que são os jogos de linguagem?”, para com isso entender sob que condições poderíamos solicitar uma definição definitiva para o conceito de jogos de linguagem. Neste momento da discussão mostramos que a definição de jogos de linguagem, fornecida por Wittgenstein, não funciona da mesma maneira como funciona a definição, quando dada sob a orientação da imagem essencialista da linguagem. Esta etapa é necessária para demonstrar que o conceito de jogos de linguagem é apresentado a partir de um conjunto de exemplificações. Em defesa deste ponto, a noção de regras é introduzida e a analogia da linguagem com os jogos, feita por Wittgenstein, é detalhada; iii) no terceiro capítulo, abordamos o tema a partir da questão: “Para que servem os jogos de linguagem?”, o que nos permite desenvolver melhor o estudo acerca das regras, segundo a visão de Wittgenstein. Para tanto, nosso foco é voltado para a ideia de “seguir regras”, contida nas seções 185 a 242 das *Investigações*; iv) no quarto, e último, capítulo a discussão sobre filosofia como atividade terapêutica gramatical, é uma forma de apresentar os resultados alcançados pelo desenvolvimento da pesquisa, entendendo que se estes resultados, se esta pesquisa, tem algum valor, este valor pode ser associado à mudança proposta para o modo de ver e fazer filosofia, transformado à medida em que se aplica o método terapêutico da filosofia de Wittgenstein. A conclusão a que chegamos, com este trabalho, é que o conceito de jogos de linguagem, além de desempenhar um papel central nas mudanças da perspectiva filosófica de Wittgenstein, abriu o devido espaço para que outros modos de olhar, e se relacionar com a linguagem, fossem apresentados e admitidos como válidos e legítimos modos de ver e agir filosoficamente com a linguagem.

Palavras-chave: Wittgenstein; Jogos de Linguagem; Seguir Regras; Terapia Filosófica

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to reflect about concept of *language games*, developed by Ludwig Wittgenstein in the book *Philosophical Investigations*, and, based on this reflection, to shed light on the way of looking at 'philosophical doing', which sees it as an activity therapeutic treatment of philosophical dogmatism, capable of making any of us ill, such perplexity that it assumes in the face of the things of life. With a view to our purpose, the division of the research, into chapters, is as follows: i) in the first chapter we deal with the question "Where do language games point to?". First, we are going to see that language games point to a context that involves, on the one hand, an essentialist image of language, not as a philosophical theory of meaning, but as a framework of thought that underlies numerous philosophical theories. On the other hand, the context pointed out involves the concept that grounds this essentialist image of language, namely, the concept of 'ostension'. Against this, we expose Wittgenstein's argument that the meaning of words comes from the use we make of them, which are learned through training and teaching; ii) once this context is pointed out, in the second chapter we examine Wittgenstein's concept based on the question: "What are language games?", in order to understand under what conditions we could request a definitive definition for the concept of language games. At this point in the discussion we show that the definition of language games, provided by Wittgenstein, does not work in the same way as the definition, when given under the guidance of the essentialist image of language. This step is necessary to demonstrate that the concept of language games is presented from a set of examples. In defense of this point, the notion of rules is introduced and Wittgenstein's analogy of language and games is detailed; iii) in the third chapter, we approach the theme from the question: "What are language games for?", which allows us to better develop the study about rules, according to Wittgenstein's view. To that end, our focus is on the idea of "following the rules" contained in sections 185 to 242 of the *Investigations*; iv) in the fourth and last chapter, the discussion on philosophy as a grammatical therapeutic activity, is a way of presenting the results achieved by the development of the research, understanding that if these results, if this research, has any value, this value can be associated to the proposed change to the way of seeing and doing philosophy, transformed as the therapeutic method of Wittgenstein's philosophy is applied. The conclusion we reached out with this work is that the concept of language games, in addition to playing a central role in the changes in Wittgenstein's philosophical perspective, opened the route for other ways to look and relating ourselves with language and with the philosophical activity.

Keywords: Wittgenstein; Language-games; Follow rules; Philosophical Therapy.

LISTA DE ABREVIATURAS

IF: Investigações Filosóficas

TLP: Tractatus Logico-Philosophicus

GF: Gramática Filosófica

BB: The Blue and Brown Books

OF: Observações Filosóficas

OC: On Certainty

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PARA ONDE APONTAM OS JOGOS DE LINGUAGEM?	17
1.1 A Imagem Agostiniana da Linguagem	20
1.2. Frege, Russell e o Tractatus	27
1.2.1. Frege	28
1.2.2. Russell	32
1.2.3. O Tractatus	35
1.3 Definição ostensiva como regra	38
1.3.2 Significado, ensino e treinamento	50
2. O QUE SÃO OS JOGOS DE LINGUAGEM?	59
2.1 Uma definição não essencialista para o conceito de jogos de linguagem	65
2.2 As regras no jogo de linguagem	78
3. PARA QUE SERVEM OS JOGOS DE LINGUAGEM?	97
3.1 Regras gramaticais	101
3.2 Contextualizando o conceito de seguir regras	106
3.3 O conceito de Seguir Regras nas Investigações Filosóficas	112
4. FILOSOFIA COMO TERAPIA	128
4.1 A Atividade Terapêutica	133
4.2 O Método	137
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

1. O que nos move enquanto estudante, professor(a) ou pesquisador(a) de filosofia? Qual lugar ocupa e que valor tem a filosofia para a vida humana? Este é o tipo de questionamento que enfrentamos quando refletimos sobre o próprio fazer filosófico, que permeia o nosso ponto de vista, os nossos estudos, as nossas crenças e opiniões. De início, parece ser vantajoso compartilhar o fato de que tanto o objetivo quanto a estrutura da presente pesquisa foram tomando forma, e se alinhando ao meu interesse filosófico, a partir do momento que considerei seriamente saber qual o lugar que a filosofia ocupa na vida humana. A mim me pareceu que ao encontrar a resposta para esta questão encontraria, também, a resposta para o que me move e me motiva, enquanto estudante e pesquisadora de filosofia.

2. Esta reflexão tomou força quando observei o que diz Wittgenstein, na seção 127 da obra *Investigações Filosóficas*, que “o trabalho do filósofo é acumular recordações para uma finalidade determinada”.... determinei, então, como importante e primordial, para o desenvolvimento da minha pesquisa, a finalidade de saber o lugar destinado à filosofia e o papel que ela cumpre nas nossas vidas.

3. Em virtude disso, cumpre esclarecer que o tema desta dissertação é o conceito de *jogos de linguagem*, exposto por Ludwig Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas* e em outros textos póstumos publicados. O principal objetivo da pesquisa é lançar luz para o ‘fazer filosófico’ que acompanha a argumentação sobre os jogos de linguagem e, por conseguinte, instigar a reflexão sobre o próprio fazer filosófico, no sentido de permear o lugar e o valor que este fazer possui nos dias atuais. Deste modo, para analisar a argumentação de Wittgenstein, sobre os jogos de linguagem, foi necessário considerar suas ideias sobre linguagem e filosofia, visto se tratar de temas entrelaçados no pensamento do autor.

4. Diante disso, os objetivos específicos foram pensados e estruturados com vistas a (i) mostrar a crítica feita por Wittgenstein ao modo filosófico de pensar o funcionamento da linguagem, a partir de uma imagem essencialista da linguagem; (ii) mostrar como este modo filosófico de pensar o funcionamento da linguagem insiste na busca por definir um conceito ideal, essencial, absoluto e definitivo; (iii) apontar a perplexidade decorrente desta tentativa filosófica de explicar o funcionamento da linguagem, por meio de formulações teóricas sobre o significado; (iv) discutir a noção de significado como uso da linguagem, proposto por Wittgenstein, o que envolve; (v) discutir a noção de familiaridade dos jogos de linguagem, que permite considerar as diferenças além das semelhanças, coisa que a noção de ideal não

logra fazer; (vi) tratar sobre os conceitos de regras, gramática e forma de vida; para então, (vii) abordar a noção de filosofia como atividade terapêutica.

5. Além disso, demonstrou-se produtivo, na intenção de traçar uma metodologia de estudo para a tarefa de clarificar o tema em epígrafe, considerar o caráter didático de conduzir a pesquisa bibliográfica sob o prisma de três questões que buscam responder: (i) Para onde apontam os jogos de linguagem?; (ii) O que são os jogos de linguagem?; (iii) Para que servem os jogos de linguagem? e, a partir dos apontamentos obtidos através da análise bibliográfica dos escritos pós *Tractatus*¹, vislumbrar um horizonte para o qual é possível recorrer na tentativa de compreender como Wittgenstein, ao apresentar os jogos de linguagem, apresenta também uma maneira distinta de nos relacionarmos com a linguagem, se comparada à maneira habitual pela qual nos relacionamos com ela. No entanto, para apresentar uma nova relação com a linguagem foi necessário, antes disso, reconhecer a maneira tradicional pela qual concebemos nossa relação com a linguagem.

6. O problema filosófico que está por trás da nossa relação com a linguagem é o problema do significado. Entender como se dá a nossa relação com a linguagem, envolve entender o que esperamos receber, em resposta, quando questionamos o significado de uma palavra. Seria algum tipo de entidade? Ou seria uma ação ou um comportamento? Podemos afirmar que, até o Wittgenstein das *Investigações*, a filosofia da linguagem baseava-se na palavra, ou proposição, que retrata ou representa coisas – ou estados de coisas. E assim, a resposta, para o significado de um termo linguístico, se daria por referência a entidades (empíricas ou abstratas). Nesta perspectiva, a referência ocupa um lugar central, na resposta à questão do significado, dando a entender que há certa dependência deste para com aquela. Por consequência, atribuímos maior importância à capacidade assertiva da linguagem humana (linguagem científica), em relação às linguagens mitológicas, por exemplo.

7. Mas, na medida em que a referência deixa de ser a questão central da significação e passa a ser uma questão periférica, a própria noção de linguagem, antes reduzida à formulações revestidas de valor de verdade, modifica-se, ampliando-se para os jogos de linguagem, seus métodos e procedimentos. Wittgenstein aborda de maneira ampla a nossa relação com a linguagem ao propor que a significação linguística é fornecida pelo uso que fazemos dos termos. A concepção de significado como uso da linguagem, que se assenta nos conceitos de jogos de linguagem, formas de vida, semelhança de família e seguir regras é

¹ Primeira e única obra escrita por Wittgenstein, publicada em vida, pelo autor. Sua publicação original data de 1921.

apresentada, por Wittgenstein, como alternativa às concepções de significado fundamentadas na relação essencial entre palavra-objeto/entidade.

8. Considerando o percurso que temos pela frente percebe-se que, antes de adentrarmos na argumentação sobre os jogos de linguagem, é imprescindível conduzir nossa atenção para o contexto filosófico no qual ela emerge. Visto que a noção de jogos de linguagem foi forjada enquanto crítica ao contexto, até então, vigente. Esse contexto, ou melhor dito, essa *imagem* de linguagem, apontada e questionada por Wittgenstein, conduz os filósofos na insistente busca do elemento que, segundo eles, caracteriza aquilo que há de mais essencial e elementar no objeto de estudo.

9. No que diz respeito à linguagem, concebeu-se que sua essência está contida na nomeação e descrição das coisas do mundo, ou seja, que a função essencial da linguagem é nomear os objetos do mundo. Essa função, de acordo com a perspectiva em questão, é essencial, pois permite alcançar um conhecimento discursivo sobre o mundo, dentro da nossa relação epistêmica com seus fenômenos e fatos.

10. Ao encontro disto, é interessante notar que, em uma primeira reflexão acerca do conhecimento das coisas do mundo, e sobre a convenção de que esse conhecimento é acessado por meio da linguagem – e sobre o que a linguagem fala do mundo – não parece problemática a relação existente entre o que nomeia (linguagem) e aquilo que é nomeado (mundo). Isto é, concebemos de forma intuitiva que, por um lado, temos o mundo com seus objetos, ações, entidades e fatos (o real) e, por outro lado, temos a linguagem com nomes para as referências do mundo (o simbólico).

11. Esta é a imagem que adotamos para explicar o funcionamento da linguagem e o processo de significação. E é desta forma que aprendemos a lidar com a linguagem: primeiramente somos treinados para falar e, durante o período de alfabetização, nos ensinam as letras e nos mostram a imagem das letras, para que isso gere uma *imagem e uma memória mental*. Nos ensinam as sílabas, palavras, nomes e nos ensinam a montar frases com as palavras que aprendemos. Neste processo, nem quem ensina, nem quem é ensinado nota que algo passou despercebido (no processo de *saber montar uma frase*), quando se imagina que o que se ensina e o que se aprende é apenas disponibilizar palavras, em uma certa ordem gramatical, de forma *respectiva* ao estado em que as coisas estão no mundo. Mas o fato da ordem da frase ser essa, e não outra, diz muito sobre a gramática de uma *forma de vida*.

12. Por força da forma de vida, a atenção da nossa discussão se volta para o aspecto que passa despercebido, qual seja, de que para aprender uma linguagem é necessário compreender toda uma visão de mundo. Ou seja, “representar uma linguagem equivale a representar uma

forma de vida”² e não apenas objetos simples, sensações e fatos. Para apontar esse aspecto, faremos uso de um dos conceitos fundamentais da filosofia de Wittgenstein, o conceito de *jogos de linguagem*.

13. Para levar a cabo essas intenções, os seguintes passos serão necessários: no primeiro capítulo discutimos a questão (i): ‘Para onde apontam os jogos de linguagem?’. Esta discussão apresenta o contexto no qual Wittgenstein elabora seu conceito. Este contexto envolve, por um lado, uma imagem essencialista da linguagem que, segundo Wittgenstein, perpassa toda a história da filosofia; e envolve, por outro lado, o conceito que ancora esta imagem, qual seja, o conceito de ostensão. Os jogos de linguagem acusam que a busca filosófica pela essência da linguagem acontece devido à crença de que o processo de significação das palavras ocorre por meio da ostensão, *i.e.*, por meio de uma relação entre palavra e objeto.

14. Wittgenstein, por sua vez, critica essa imagem em razão de que os limites que ela implica tornam-na, em certa medida, onerosa em demasia. O mesmo tratamento é destinado ao conceito de ostensão. Importante destacar que o movimento de Wittgenstein não *elimina* o uso da definição ostensiva, apenas *realoca* esse conceito tirando-o de um lugar privilegiado, no qual foi posto pela imagem essencialista da linguagem, inserindo-o dentro da gramática, empregando-o como um critério de correção da aplicação de um termo, não como único critério de verdade. O argumento de Wittgenstein é de que o *significado* dos termos linguísticos vem do *uso* que fazemos deles e não dos objetos aos quais se referem.

15. A discussão do primeiro capítulo nos remete ao capítulo seguinte, destinado a tratar da questão (ii): ‘O que são os jogos de linguagem?’. Neste momento da investigação mostramos que a definição do conceito, fornecida por Wittgenstein, não se assemelha à noção tradicional de ‘definição’, quando esta é dada sob a orientação da imagem essencialista da linguagem (na qual todo conceito possui um, e apenas um, significado determinado). Este passo é necessário para demonstrar que o conceito de jogos de linguagem é apresentado, pelo autor, a partir de um conjunto de exemplificações, por semelhança de família. O que quer dizer que seu conceito tem uma família de significações ou que seus significados/usos formam uma família. Apresentar os jogos de linguagem desta maneira converge com a ideia de filosofia contida nos escritos pós *Tractatus*.

16. Isso quer dizer que Wittgenstein não fornece uma definição essencialista e absoluta dos jogos de linguagem, pois é justamente com essa forma de fazer filosofia que ele está

² IF §19.

tentando romper: a de que cada palavra corresponde a um objeto, e cada conceito possui uma definição única e definitiva. Com isso, chamamos atenção para o fato de que ao solicitar uma definição em caráter definitivo do conceito de jogos de linguagem, ou de qualquer outro conceito, a própria solicitação está, ela mesma, imbuída nos fundamentos da concepção essencialista da linguagem. Por oportuno, mostramos que Wittgenstein questiona a própria maneira de questionar, ou melhor, de levantar um problema filosófico a partir de uma confusão linguística. A confusão linguística, por sua vez, decorre da imagem de linguagem que espera que todo termo possua um significado e, por conseguinte, uma referência material ou abstrata. Analisar o conceito de ‘regras’ revelou-se como uma boa maneira de lidar com essas confusões. Isto porque, o conceito de ‘regras’ e a analogia da linguagem com os jogos são elementos substanciais para clarificar a compreensão das ideias contidas nas *Investigações*.

17. Desenvolvidos os dois primeiros capítulos, resta-nos, então, continuar o percurso para alcançarmos o objetivo do nosso trabalho. Desta forma, no terceiro capítulo abordamos a questão (iii) ‘Para que servem os jogos de linguagem?’. Na tentativa de elucidarmos o que Wittgenstein propõe com os jogos de linguagem, o desenvolvimento do capítulo 3 teve como objeto de reflexão o argumento de que o significado de uma palavra está no uso que fazemos dela, e os usos possíveis nos são apresentados a partir de regras que geram contextos nos quais o termo funciona. Esta discussão se fez necessária, pois fornece as justificativas de que, para Wittgenstein, as regras têm um papel importante na concepção da linguagem, uma vez que elas determinam o que é falar com sentido e corretamente.

18. Dito de outra forma, as regras funcionam como padrões de correção linguística do uso de um termo sendo, desta maneira, normativas. Nas *Investigações*, o interesse de Wittgenstein diz respeito às regras gramaticais que estabelecem critérios para o discurso significativo. Neste sentido, nosso propósito foi esclarecer que, no tocante ao significado, não basta apenas definir uma palavra relacionando-a com algum tipo de entidade, ou derivando o seu significado a partir do significado de outra palavra. Mas mostrar os usos possíveis que ela dispõe nas práticas da vida humana.

19. Por fim, o quarto capítulo foi desenvolvido com vistas à abordagem da concepção de filosofia, defendida pelos escritos posteriores ao *Tractatus*. Neste momento do percurso, apresentamos a ideia de *Filosofia como Terapia*, destacando o caráter curativo da análise filosófica que não se reduz, necessariamente, à análise lógica, ontológica ou epistêmica. Fazer filosofia, a partir desta concepção, não envolve a resolução de problemas filosóficos, mas a dissolução dos mesmos. Segundo Wittgenstein, é necessário mostrar que os problemas mais

profundos da filosofia surgem pela incompreensão da forma como a linguagem efetivamente funciona.

20. Delimitadas nossas intenções, passamos, então, para o primeiro capítulo do nosso estudo, o qual busca responder para onde apontam os jogos de linguagem de Wittgenstein.

1. PARA ONDE APONTAM OS JOGOS DE LINGUAGEM?

21. Neste capítulo veremos *para onde apontam os jogos de linguagem*, de Wittgenstein. Esta primeira parte do trabalho é importante, pois ela pavimenta o caminho para os demais capítulos. Mesmo não abordando, diretamente, o conceito de jogo de linguagem, este capítulo trata do que pode ser admitido como o ponto de partida que levou Wittgenstein a forjar o seu conceito. Nosso principal objetivo, neste primeiro passo, é apresentar o cenário de onde emergem os jogos de linguagem, visto que é para aquele cenário que estes apontam, tornando evidentes os seus pontos falhos. Além disso, nos interessa comentar a crítica que Wittgenstein levanta, em desfavor da imagem essencialista da linguagem, uma vez que, ao tratar do assunto, nas *Investigações*, o autor procede à refutação das teses que estavam no fundamento dessa imagem. Por isso, para problematizá-la, antes foi necessário apontar para a sua existência.

22. Da leitura de Baker e Hacker³, podemos dizer que, primeiramente, os jogos de linguagem apontam para uma imagem que denominaram de *imagem agostiniana da linguagem*, ou imagem essencialista da linguagem. Wittgenstein questiona essa imagem de linguagem, criticando principalmente o seu caráter essencialista. Além de apontar para a imagem agostiniana, os jogos de linguagem apontam, também, para o uso de um conceito que estrutura essa imagem. O conceito fundamental da imagem agostiniana é o conceito de *ostensão*. Conceito este que encontramos nos alicerces da maioria dos escritos filosóficos sobre a linguagem e o significado.

23. A maneira como a ostensão é empregada pela imagem essencialista da linguagem, a saber, como o fundamento do significado linguístico, também foi alvo das críticas de Wittgenstein, quando este aponta o caráter arbitrário que a ostensão possui. No entanto, a arbitrariedade da ostensão foi tomada por Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, não como um motivo para torná-la inútil ou para justificar seu abandono. Mas para argumentar que, antes de ser o fundamento da linguagem, a ostensão funciona apenas como mais uma regra gramatical para os jogos de linguagem.

24. O conceito de jogos de linguagem é um dos temas principais das *Investigações Filosóficas*, muito embora já vinha sendo abordado em escritos anteriores, como nas *Observações Filosóficas* – produzidas a partir dos cursos de 1929 e 1930, publicadas em 1964; na *Gramática Filosófica*, escrita entre 1931 e 1934, publicada em 1969; e nos *Cadernos*

³ Na obra *Wittgenstein: Understanding and Meaning. An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations* (Parte I - Essays)

Azul (Blue Book) e *Marrom (Brown Book)*, os quais resultaram de uma série de anotações feitas pelos alunos de Wittgenstein. Podemos encontrar nestes textos, considerados como a base do pensamento *pós Tractatus*, de Wittgenstein, uma porta de entrada para a obra que compõe o nosso principal objeto de estudo: as *Investigações Filosóficas*.

25. Os primeiros parágrafos das *Investigações* se dedicam a estabelecer uma crítica ao essencialismo linguístico da significação, como sendo a relação entre o nome (o elemento, o termo ou a expressão linguística) e o nomeado (o objeto, o elemento extralinguístico). Wittgenstein abre as *Investigações* com uma citação de Agostinho de Hipona, na qual Santo Agostinho descreve como aprendeu sua língua materna. A criança, descreve ele, percebe que os adultos mantêm certa relação com os objetos. Os adultos nomeiam objetos e se movem em direção às coisas que nomeiam. Consequentemente, a criança compreende que o objeto para o qual o adulto se move é representado por um determinado som. Então, conforme a criança ouve as palavras articuladas, nas frases, gradualmente aprende *quais objetos as palavras significam* e, no devido tempo, passa a usá-los para expressar seus próprios desejos.

26. Wittgenstein detectou nesta descrição *uma imagem ou concepção da essência da linguagem humana*: a saber “as palavras da linguagem denominam objetos – as sentenças são ligações de tais denominações. - Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: *toda palavra tem um significado*. Este significado é atribuído à palavra; ele é o objeto que a palavra designa”⁴.

27. A imagem à qual Wittgenstein se refere é a imagem agostiniana da linguagem. Nesta imagem, a essência da linguagem humana é concebida, sobretudo, a partir das ideias de que (i) as palavras nomeiam objetos e (ii) sentenças são combinações de palavras que descrevem fatos. Wittgenstein chama atenção para como a concepção de *nomeação* é admitida como imagem da essência da linguagem, visto que ‘nomear’ *parece* ser a maneira natural pela qual o ser humano concebe o funcionamento da linguagem. Afinal, ensinamos às crianças que determinada cor é denominada de ‘azul’, que chamamos um determinado objeto de ‘vinil’, que fazer ‘isso’ é o que significa ‘ouvir música’, e assim por diante.

28. Deste modo, pronunciar a palavra e apontar para um objeto parece ser a maneira *correta* de conceber o que uma determinada palavra significa. Este ensino, denominado *ostensivo*, é amplamente utilizado no ensino das crianças. Além disso, encorajamo-lo-as a encadear palavras em frases. Por exemplo, se quisermos ensinar para uma criança as palavras ‘azul’, ‘vinil’ e ‘ouvir’, a partir de seu encadeamento em uma sentença, dizemos: ‘Estou ouvindo o vinil azul do Pink Floyd’. Este comportamento não destoia do que acontece no

⁴ IF §1

cotidiano das pessoas e, ao que parece, não representa maiores problemas no uso da linguagem comum. O problema surge ao filosofar, quando muitas vezes tem-se a tendência a empregar estas imagens, ditas naturais, como fundamento para uma teoria explicativa do significado.

29. Na §2 das *Investigações*, Wittgenstein afirma que este “conceito filosófico do ‘significado’ é comum em toda representação primitiva do modo como a linguagem funciona. Mas pode-se dizer também que se trata de uma representação de linguagem mais primitiva que a nossa”⁵. Desta imagem primitiva da linguagem, segundo a qual cada palavra possui um significado único, se segue uma grande variedade de usos *equivocados e problemáticos* de conceitos sobre a linguagem e o fluxo dos significados linguísticos⁶. A título de exemplo, podemos citar o conceito de *ostensão*, muito utilizado na filosofia da linguagem, o qual pode ter o seu uso questionado.

30. O uso da definição por ostensão opera totalmente dentro da imagem essencialista da linguagem. De tal sorte, opera por meio de uma relação linguística na qual cada termo adquire *um* significado a partir de um processo onde palavras denominam objetos e proposições denominam fatos. A relação linguística, prescrita pela imagem agostiniana da linguagem, presume que a linguagem e a realidade são âmbitos distintos e separados unidos pela definição ostensiva. Desta conjectura deriva o aparente caráter fundamental da ostensão, como sendo o elemento essencial que une linguagem e realidade. Ela serve, podemos dizer, como pano de fundo para a imagem agostiniana. Visto que é a partir da ostensão que o filósofo deriva sua teoria do significado, e é nela que ele ancora sua argumentação.

31. A partir disto, é possível inferir que a relação ostensiva, entre mundo e linguagem, fora admitida como *certa (algo que é dado)* na análise filosófica. Wittgenstein, por sua vez, vai questionar exatamente este caráter, aparentemente dado, da ostensão. O que o autor questiona não é a existência ou a funcionalidade da ostensão na vida humana, mas o lugar e a função que a ela foram destinados pela concepção essencialista do funcionamento da linguagem. Trata-se do lugar privilegiado de *critério único* da significação e da função de ser o *fundamento* de toda a atividade linguística.

32. Para entender melhor a interdependência entre imagem agostiniana da linguagem e o conceito de ostensão, bem como a crítica feita por Wittgenstein, passamos à primeira seção deste capítulo.

⁵ IF §1

⁶ B&H, 2005

1.1 A Imagem Agostiniana da Linguagem

33. Sendo uma maneira natural de conceber nossa relação linguística com o mundo, a imagem agostiniana da linguagem molda as pressuposições de fundo de muita reflexão filosófica sobre o tema. Ela produz o que Wittgenstein chamou de concepção filosófica primitiva da linguagem. Uma das acepções do aspecto primitivo aqui é, acima de tudo, conceber o *nomear* como a essência da linguagem e critério único de significação. É de acordo com esta concepção que teses como (i) cada palavra tem um significado; (ii) este significado está correlacionado com a palavra e (iii) o significado de uma palavra é o objeto que ela representa⁷, foram levantadas.

34. O mesmo raciocínio está contido no argumento de que, se a função essencial das palavras é nomear as coisas, então a função essencial das sentenças é descrever como as coisas são ou estão no mundo (em uma proposição com valor de verdade). A ideia de que a ‘descrição’ faz parte da *essência* da linguagem é um corolário da tese de que a essência das palavras é nomear coisas, e que sentenças são, por sua vez, combinações de nomes. Segundo Baker e Hacker:

A concepção agostiniana da essência da linguagem humana, moldou séculos de reflexão. Tal concepção não é, em si mesma, uma ‘teoria da linguagem’, muito menos uma ‘teoria do significado’. É, ao contrário, *uma estrutura de pensamento*, uma concepção comumente aceita como certa, antes mesmo da reflexão sistemática. É, por assim dizer, o campo gravitacional dentro do qual operou grande parte da especulação europeia sobre a natureza da linguagem. Contra as suposições de fundo de que a função essencial das palavras é representar as coisas, que as coisas que as palavras representam são o que significam e que as palavras estão correlacionadas com seus significados por ostensão, a qual conecta a linguagem à realidade, muitas questões surgem, e são apresentadas uma variedade de respostas diferentes, muitas vezes incompatíveis. O que elas têm em comum é a estrutura incontestável. É principalmente isso que Wittgenstein ataca – não tanto as várias doutrinas e teses propostas, ao longo dos tempos, por filosofias diferentes e conflitantes, mas as pressuposições comuns. (TA)⁸

⁷ B&H, 2005. p 2

⁸ The Augustinian conception of the essence of human language has moulded centuries of reflection. It is not itself a ‘theory of language’, let alone a ‘theory of meaning’. It is, rather, a framework of thought, a conception commonly taken for granted prior to systematic reflection. It is, as it were, the gravitational field within which much European speculation on the nature of language has operated. Against the background suppositions that the essential function of words is to stand for things, that the things words stand for are what they mean, and that words are correlated with their meanings by ostension, which connects language to reality, many questions arise and are given a variety of different, often incompatible, answers. What they have in common is the unchallenged framework. In altogether characteristic manner, it is primarily this that Wittgenstein attacks — not so much the various doctrines and theses propounded by different, conflicting philosophies throughout the ages, but the common presuppositions. (B&H, 2005. p.3)

35. A estrutura inquestionável de pensamento, mencionada na passagem, diz respeito à imagem agostiniana da linguagem e à pressuposição comum de que cada palavra possui, por essência, um significado. Esta estrutura é uma concepção comumente aceita como certa, antes mesmo de qualquer reflexão acerca dela. Ao questionar tal estrutura de pensamento, Wittgenstein questiona pressupostos, até então, incontestáveis, visto que, nada parecia ser mais acertado do que a ideia de que cada termo da linguagem possui um significado que justifique sua existência.

36. Diante disto, antes de examinar as críticas de Wittgenstein, é prolífico investigar no que implica, para uma teoria, adotar os pressupostos agostinianos. Isto é, investigar algumas das maneiras em que relatos articulados da linguagem podem, de acordo com Wittgenstein, ser desenvolvidos dentro desta estrutura primitiva, mas inquestionável, de pensamento. Esta investigação se mostra relevante, quando consideramos o grande número de pensadores que se empenharam em refletir, e retratar em seus escritos, sobre a importância seminal da concepção ostensiva da linguagem.

37. Para ilustrar essa ampla gama de escritos, cita-se inicialmente o que, de modo geral, ficou conhecida como a teoria que, ao tentar responder como os termos da linguagem adquirem significado, fornece a tese de que cada palavra significativa *nomeia* algo. Segundo esta teoria, ter um significado é nomear uma entidade. Nomear é representar algo em um processo de significação, com o auxílio de uma simbologia, e somente palavras que nomeiam possuem significado. A palavra é, dentro desta concepção, a unidade mínima significativa da linguagem.

38. A própria teoria admite que há palavras, em uma sentença, que não representam nada no mundo. Estas palavras *não são significativas*⁹, mas desempenham dentro da linguagem um papel diferente do nomear, *e.g.*, ‘aqui’ em ‘aqui dentro’ que, mesmo não se referindo a nenhum objeto, ou entidade diferente dela mesma, ainda assim é possível entender o que ela diz. Palavras que não nomeiam nada fora da linguagem funcionam somente no âmbito linguístico, auxiliando na comunicação dos termos significativos, quais sejam, aqueles que nomeiam algo no mundo.

39. Adotar esse tipo de teoria, para explicar nossa relação com a linguagem, implica concordar com a concepção de que a entidade que uma palavra representa é o que ela significa. Logo, o significado de uma palavra é *o que* ela representa em um cenário onde são vários os tipos de entidades que ocupam o lugar dos significados das palavras. Estes tipos de

⁹ B&H, 2005. p.5

entidades tendem a variar entre entidades reais, abstratas ou psicológicas, de acordo com as diferentes compreensões filosóficas¹⁰.

40. Outra implicação, em adotar este ponto de vista, decorre da ideia de que as palavras pertencem a diferentes categorias gramaticais, por exemplo, nomes próprios, substantivos, verbos, adjetivos, advérbios, etc. A categoria a que uma palavra pertence é, na maioria das vezes, determinada por seu significado que, neste caso, é fornecido pelo tipo de entidade que a palavra representa. A categoria à qual uma palavra pertence determina sua possibilidade combinatória nas frases. Portanto, suas possibilidades combinatórias são determinadas por seu significado, isto é, pela entidade que representa. Deste modo, palavras que significam cores podem ser combinadas com palavras que significam superfície, *e.g.*, ‘a janela é amarela’; palavras que significam números podem ser combinadas com muitos termos da linguagem, tal como ‘havia dois esquilos’ e ‘foram três tentativas ao todo’; e palavras que significam gestos, combinam muito bem com sujeitos animados, tal como ‘o artista acenou para sua fã’. Bem, tendo tal consideração em vista, isso nos chama atenção para as diversas e variadas possibilidades de combinações de palavras na linguagem.

41. Desta maneira, é razoável afirmar que as possibilidades combinatórias, na linguagem, *refletem* as possibilidades de combinação dos objetos, na realidade. Dito de outro modo, o que é possível na linguagem, por assim dizer, *espelha* o que é possível na realidade. Esta afirmação não destoa da linha argumentativa que ilustra o elemento lógico-semântico, presente nas filosofias contemporâneas sobre a linguagem, à qual a filosofia do *Tractatus* não escapou quando concebeu que as palavras – os nomes simples – representam as entidades que significam. “O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. O nome substitui, na proposição o objeto”¹¹. Wittgenstein claramente pensava em si mesmo como alguém que sucumbiu aos encantos da concepção agostiniana da linguagem, e possivelmente pensava que Frege e Russell também, muito embora todos os três foram inflexíveis quanto ao fato de que as *palavras têm significado apenas no contexto de uma proposição*. Admitir esta característica alterou a concepção de unidade significativa da linguagem, a qual deixou de ser a palavra, passando a ser a proposição.

42. Há ainda, de acordo com Baker e Hacker, outro tipo de teoria que resulta da imagem agostiniana da linguagem, a qual correlaciona as palavras com os significados. Nas teorias deste tipo, temos a seguinte ideia: cada palavra significativa está correlacionada com um significado determinado. Segundo esta compreensão, as palavras podem ser definíveis ou

¹⁰ B&H, 2005, p.5

¹¹TLP, 3.203 e 3.22

indefiníveis. “Palavras definíveis são explicadas por meio de outras palavras em uma definição verbal. Seus significados são fornecidos especificando condições necessárias e suficientes para a sua aplicação. Palavras indefiníveis, por sua vez, constituem os pontos nos quais a linguagem está *diretamente* ligada com a realidade”¹². Os nomes logicamente simples ligam a forma proposicional com objetos definidos. As palavras indefiníveis estão diretamente conectadas com o dado – seja um dado interno ou um dado externo. Um dado interno refere-se, dentro desta concepção teórica, a uma sensação ou ato mental, enquanto um dado externo conecta a linguagem com a realidade por meio de causação e associação.

43. Adotar este tipo de teoria implica aceitar uma estratificação da linguagem, na qual as palavras indefiníveis, por possuírem conexão direta com a realidade, ocupam lugar de maior destaque e importância do que as palavras definíveis verbalmente¹³. De toda forma, neste tipo de teoria a significação da linguagem depende, direta ou indiretamente, da realidade.

44. Um terceiro tipo de teoria, que também está incluída no catálogo das teorias que presumem a imagem agostiniana – ou imagem essencialista - da linguagem como fundamento da sua doutrina, toma por base a *explicação ostensiva*¹⁴. O reconhecimento do papel explicativo de sentenças afirmativas precedeu o reconhecimento destas sentenças, como definições verdadeiras sobre o mundo. Podemos, a partir da interpretação de Baker e Hacker, elencar as teses desta teoria da seguinte maneira: “(i) A ostensão é o instrumento de conexão da linguagem com a realidade; (...) é por meio dela que o conteúdo é injetado na teia das palavras”¹⁵.

45. A mesma forma de pensar é usada por Wittgenstein quando, no *Tractatus*, concebeu seu isomorfismo semântico. Segundo o Wittgenstein do *Tractatus*, quando a proposição é verdadeira, o mundo e a linguagem se encontram em um isomorfismo perfeito. Esta ideia implica uma correspondência total entre linguagem e realidade – entre nomes e objetos. Do que pertence aos objetos, no discurso, só temos acesso aos nomes, e “os nomes não podem mais ser desmembrados”¹⁶.

46. No *Tractatus*, Wittgenstein fez uso do ponto de vista ostensivo quando determinou que os nomes funcionam como *sinais primitivos* e “os significados dos sinais primitivos podem ser explicados através de elucidações como proposições que empregam os sinais primitivos.

¹² B&H, 2005, p.6

¹³ ALSTON, 1977, p. 98

¹⁴ B&H, 2005, p.7

¹⁵ Ostension is the instrument for connecting language with reality; (...) For it is by their means that content is injected into the web of words (B&H, 2005, p.7)

¹⁶ TLP 3.26; 3.262

Dessa forma, só podem ser entendidos quando já se conhecem os significados desses sinais”¹⁷. Os nomes são os sinais simples dos objetos simples, lógicos e atômicos, que constituem o conteúdo proposicional. Este conteúdo deriva de um fato do mundo, ao qual a proposição está relacionada. “À configuração dos sinais simples no sinal proposicional corresponde a configuração dos objetos na situação”¹⁸.

47. Outra tese, indicada pela interpretação de Baker e Hacker, afirma que “(ii) A *definição* ostensiva envolve apontar para algo e dizer: ‘Este é ‘A’’, conectando, assim, a palavra ‘A’ com o objeto que é seu significado”¹⁹. Em vista disto, se por um lado temos a palavra que nomeia, por outro lado temos a sua referência no mundo. Para demonstrar esta tese, Hax afirma o seguinte: “Proferimos para um aprendiz da linguagem ‘isto é um cavalo’, na presença de um cavalo, para que o aprendiz integre uma apresentação perceptual e uma apresentação intelectual da espécie cavalo. Isso é chamado de ‘definição ostensiva’”²⁰.

48. Este tipo de definição, acredita-se, não sofre maiores dificuldades em atuar no esclarecimento do significado dos termos da nossa linguagem. Visto que, a fim de entender um nome de um particular, a *única* coisa necessária é estar familiarizado com este particular. Quando se está familiarizado com o particular há um entendimento final, adequado e completo do nome, e nenhuma informação adicional é necessária. Porém, como ressalta Wittgenstein, “quem descreve o aprendizado da linguagem dessa forma, pensa, acredito eu, primeiramente, em substantivos como ‘mesa’, ‘cadeira’, ‘pão’ e em nome de pessoas. Somente em segundo plano, em nomes de certas atividades e qualidades e nas espécies restantes de palavras como algo que irá se encontrar”²¹. Nomear e descrever seriam, deste modo, as duas funções primordiais que, na estratificação da linguagem, ocupam o primeiro plano. Os significados dos termos, de segundo plano, ficam condicionados ao significado das palavras que nomeiam e sentenças que descrevem²².

49. Ao que parece, então, é a ostensão que nos faz experienciar, diretamente na realidade, o objeto ou o estado de coisas. Presumimos que, dessa experiência, resulta a posse do conteúdo cognitivo com o qual, na interação epistêmica com o objeto, foi permitido ter acesso. Consoante Hax, “foi em razão dessa constatação que termos como ‘proposição’ foram introduzidos (na linguagem) para designar o conteúdo do pensamento”²³. Nisto percebemos

¹⁷ TLP 3.263

¹⁸ TLP 3.21.

¹⁹ Ostensive explanation involves pointing at something and saying, ‘This is ‘A’’, thus connecting the word ‘A’ with the object that is its meaning. (B&H, 2005, pg. 7)

²⁰ HAX, 2016, p.30

²¹ IF §1.

²² ALSTON, 1977, p. 98-99

²³ HAX, 2016, p.149

como a imagem de linguagem agostiniana torna prestigiado o uso que faz da explicação ostensiva, e o torna em tal medida que é na definição ostensiva que o debate da significação é encerrado. Isto pois, apresentar o fato, a coisa ou a entidade que faz menção ao conceito é pôr fim às dúvidas acerca do significado deste conceito.

50. Por conseguinte, (vi) “As definições ou explicações ostensivas devem ser definitivas”²⁴. É na definição ostensiva que, segundo esta teoria, é onde *a pá encontra a rocha* e o final das explicações do significado ocorre. Outras formas de explicação do significado, em última análise, dependem das definições ostensivas, em virtude de que apenas estas entram em contato direto com a realidade do mundo. Além disso, a definição ostensiva deve ser *inequívoca*. De outra maneira, a teia da linguagem que ela conecta à realidade seria, ela mesma, radicalmente indeterminada. A definição ostensiva deve ser *completa*, ou seja, determinar totalmente a aplicação da palavra que liga ao mundo.

51. Isso parece ainda mais plausível se os significados das palavras forem concebidos como determinantes de sua aplicação. Ao conectar a palavra com o objeto que significa, a aplicação da palavra deve ser corrigida. Dessa maneira, verdades sintéticas necessárias sobre propriedades não analisáveis fluem da natureza das entidades, que são os significados dos nomes simples. E se, por exemplo, uma definição ostensiva fornece uma explicação completa do que cada palavra denomina, desse modo, então, uma cor significaria algo como uma *verdade necessária* de que nada pode ser todo vermelho e todo verde ao mesmo tempo. Tal constatação deve ser derivada da natureza objetiva das cores. Cada uma dessas cores, por assim dizer, não pode ocupar, simultaneamente, a mesma posição da mesma forma como dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço.

52. Na imagem de linguagem, ilustrada até aqui, é a definição ostensiva que indica o ponto onde linguagem e realidade se tocam, atuando como o elo que torna eficiente o processo de significação. Seu emprego funciona tanto para a linguagem cotidiana, quanto para uma linguagem ideal aos interesses científicos e precisos. A diferença consiste que, dentro da concepção essencialista, a definição ostensiva é empregada como *critério único da significação*, capaz de transformar a linguagem dúbia e ambígua presente na comunicação ordinária em uma linguagem objetiva, clara e confiável, definindo os limites do dizível. Além do mais, o emprego essencialista da definição ostensiva assume, como modelo metodológico, a análise lógica filosófica.

53. A análise lógica, adotada em muitos dos escritos filosóficos sobre o tema, tende a interpretar a linguagem como o objeto de estudo, que fornece conhecimento da realidade. Esta

²⁴ “Ostensive explanations or definitions must be final” (B&H, 2005. pg. 08).

interpretação sugere, em certa medida, um protocolo teórico do significado que elege, basicamente, os conceitos de ‘referência’ e de ‘verdade’ como conceitos fundamentais para os seus fluxos processuais²⁵. Esta maneira filosófica de proceder traz consigo compromissos reincidentes na história da filosofia, sejam eles de ordem lógica, ontológica ou epistêmica. Problemas filosóficos tradicionais como, por exemplo, o problema de unir linguagem, realidade e pensamento, acompanham esses expedientes.

54. Wittgenstein sinaliza os contrassensos a que fora levada a filosofia tradicional, por considerar que todas as palavras significativas têm a função de nomear objetos, e que todas as sentenças são combinações de nomes que funcionam como descrição de fatos²⁶. Este entendimento sobre o funcionamento da linguagem foi, em grande medida, justificado pelo lugar destinado à ostensão no processo de significação. Os jogos de linguagem, por sua vez, acabam por apontar os aspectos problemáticos que recaem sobre a definição ostensiva, em detrimento do modo essencialista pelo qual é empregada na imagem agostiniana da linguagem. O texto das *Investigações* tenta mostrar os equívocos contidos na imagem agostiniana, e no seu uso da definição ostensiva, não para substituí-los por outra teoria, mas por uma tomada de consciência de que toda teoria da linguagem é nociva, pois sempre haverá aspectos agostinianos agindo através dela, esvaziando, por sua vez, a gramática das expressões envolvidas²⁷.

55. Por isso, a identificação da imagem agostiniana, como um paradigma subjacente de uma estrutura inquestionável, permite uma melhor compreensão das teorias que a ela aderem, e ver o que as une em profundidade a despeito das diferenças superficiais²⁸. Wittgenstein não fez nenhuma exposição sistemática da imagem agostiniana, embora estivesse convencido de que havia uma familiaridade em todas as teorias que dela decorreram, incluindo as filosofias de Frege, Russell e a do próprio *Tractatus*.

56. No entanto, é digno de nota frisar que, longe de caricaturar essas filosofias, identificando-as simplesmente como teorias inseridas na imagem agostiniana, Wittgenstein, sutilmente, evidenciou os elementos agostinianos que podemos encontrar estruturando os seus argumentos. Esses elementos aparecem nas doutrinas dos autores, acima mencionados, as quais, essencialmente, tratam as palavras como nomes e os enunciados como combinações de

²⁵ HAX, 2016.

²⁶ DONAT, 2008, p. 18

²⁷ CHAUVIRÉ, 1989

²⁸ CHAUVIRÉ, 1989, pg. 143

nomes. Além destes elementos, a busca pela ‘referência’ e pela ‘verificação’ também são frutos de inspirações agostinianas encontrados nas teorias da linguagem²⁹.

57. Isto posto, configura-se interessante exemplificar alguns elementos agostinianos, presentes no escritos de Frege, Russell e do *Tractatus*, os quais, de certa maneira, materializam a linha argumentativa que traçamos até aqui, *i.e.*, materializam aspectos essencialistas da linguagem, que podem facilmente ser encontrados nos textos filosóficos. Importante ressaltar que os apontamentos feitos a seguir, longe de ser uma exposição detalhada das teorias de cada autor, se restringem à finalidade de pontuar, com oportuna superficialidade, as características agostinianas presentes em seus pensamentos. Ou seja, o objetivo da seção seguinte é ilustrar o quanto essa imagem essencialista de linguagem, enquanto estrutura inquestionável do pensamento, está enraizada na cultura filosófica.

1.2. Frege, Russell e o *Tractatus*

58. Frege, Russell e Wittgenstein foram os nomes que, podemos dizer, impulsionaram o movimento contemporâneo que ficou conhecido por “virada linguística”. Este movimento contribuiu para o desenvolvimento da filosofia analítica, uma vez que alterou o foco da análise filosófica, tomando a linguagem como objeto de estudo. Por força disto, a própria concepção de análise conceitual é alterada. O foco principal passa a ser a relação entre filosofia e linguagem. O objetivo de Frege, Russell e Wittgenstein visava o esclarecimento da linguagem, a partir de seus aspectos sintáticos e semânticos, numa tentativa de estabelecer as condições segundo as quais a linguagem poderia representar o mundo. O resultado das investigações desses filósofos foi a renovação da lógica, que deu início à linguagem formal, para a qual interessa a linguagem no nível da sentença que, por sua vez, expressa uma proposição passível de ser verdadeira ou falsa.

59. O intuito era estabelecer a forma lógica da linguagem, a partir da definição dos cálculos que determinam os valores de verdade de toda proposição. Com a formalização da linguagem, acreditavam ser possível determinar a estrutura lógica, comum a toda linguagem, com a qual seria possível eliminar todos os erros, imprecisões, ambiguidades, gerando assim um instrumento perfeito para a construção e a expressão da ciência³⁰.

²⁹ CHAUVIRÉ, 1989, p. 144

³⁰ DONAT, 2008, p. 21

1.2.1. Frege

60. Não é difícil mostrar por qual razão Frege pode ser considerado como um pensador que operou dentro do quadro orientado pela concepção agostiniana de linguagem. Com algumas considerações, ele manteve os seguintes princípios: (i) Unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras) está o objeto que por ele é designado - sua referência - e o modo de apresentação do objeto - seu sentido; (ii) Por sinal ou nome entende-se qualquer designação que desempenhe o papel de um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado; (iii) Uma expressão com sentido é aquela que desempenha o papel de um nome próprio; (iv) As sentenças são nomes que têm o valor de verdade como referência; (v) A referência de uma sentença pode sempre ser procurada onde a referência de seus componentes esteja envolvida; e (vi) As possibilidades combinatórias de palavras em proposições são determinadas pelos tipos de entidades que são seus significados.

61. Fica manifesto que os princípios admitidos por Frege são característicos da concepção agostiniana da linguagem. Este matemático, pouco interessado nas questões filosóficas, não tinha nenhum interesse no processo de aquisição e ensino da linguagem. O objetivo principal de Frege, era demonstrar que a aritmética pode ser redutível à lógica pura. Além de que, mesmo esquadrihado pela imagem essencialista da linguagem, Frege trouxe importantes contribuições para a filosofia analítica.

62. Em seu artigo, denominado *Sobre o Sentido e a Referência*, Frege trata dos aspectos semânticos, dos nomes próprios e das sentenças, para mostrar que referir algo difere de falar algo com sentido. Para ele, é perfeitamente possível falar acerca de algo sem, necessariamente, referir-se a alguma coisa – sem que esse ‘algo’ precise, de algum modo, existir. Com a distinção que traça, entre ter sentido e ter referência, Frege direciona a análise da linguagem de uma maneira que torna válido falar acerca de coisas que não existem, como Pégaso; e falar de coisas que já desapareceram, como a Grécia Antiga, por exemplo.

63. É comum nos depararmos com partes de sentenças que não possuem referência, como, e.g., o nome ‘Pégaso’ na sentença: ‘Pégaso foi visto lanchando no McDonald’s’. De acordo com Frege, esta expressão possui sentido, mesmo que um dos seus termos não tenha referência. O exemplo citado é inteligível e produz, segundo Frege, um pensamento. Prudente destacar que, para este autor, pensamento não é o ato subjetivo de pensar, mas seu conteúdo objetivo que pode ser propriedade comum de muitos. O pensamento é, portanto, o sentido das sentenças³¹. Ele difere das representações, ao passo que estas são subjetivas e pertencem a uma determinada pessoa.

³¹ FREGE, 1892, p.137

64. Importante destacar que, de acordo com Frege, em casos como o do exemplo supramencionado, a questão de saber se a sentença, como um todo, possui ou não valor de verdade não é levantada, dado se tratar de uma expressão que emprega um personagem da mitologia grega. “Neste caso, a consideração acerca da referência do nome se torna supérflua; já que não se quer ir além do pensamento, poder-se-ia contentar-se com o sentido, pois, é a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência”³². Portanto, a referência de um nome, ou de uma sentença, só importa se estivermos investigando seu valor de verdade; e, por conseguinte, poesias, mitos, etc., não precisam se preocupar com a referência dos nomes próprios e sentenças que adotam, pois têm outro objetivo que não a investigação científica.

65. Contudo, no que diz respeito à investigação científica, a principal preocupação recai sobre o valor de verdade e, nestes casos, a referência ganha destaque expressivo. Isso porque, sinaliza Frege, “o pensamento, isoladamente, não nos confere conhecimento algum”³³. O conhecimento só é alcançado quando o pensamento é associado à sua referência, isto é, ao seu valor de verdade. Desse modo, um valor de verdade não pode ser uma parte de um pensamento, posto que um valor de verdade não é um sentido, mas um objeto.³⁴

66. É sabido que o problema da referência diz respeito à questão do objeto referido, e ao termo usado para referi-lo. Em Frege, a referência de um nome próprio é o respectivo objeto que, por intermédio do nome, é designado, enquanto que a referência de uma sentença é o seu valor de verdade. Isto corresponde a dizer que a referência de uma sentença pode ser o Verdadeiro ou o Falso, mas, enquanto referência (objeto lógico) deve conter um valor de verdade. A questão central é que o valor de verdade tem de permanecer inalterado e, segundo o que afirma Frege, “isto é, de fato, o que ocorre”³⁵. Senão vejamos:

Se nossa suposição é correta, de que a referência de uma sentença é seu valor de verdade, então este tem de permanecer inalterado, se uma parte da sentença for substituída por uma expressão que tenha a mesma referência, ainda que sentido diverso. E isto é, de fato, o que ocorre (...) Que mais, senão o valor de verdade, poderia ser encontrado, que pertença de modo muito geral a toda sentença onde as referências de seus componentes são levadas em conta, e que permaneça inalterado pelas substituições do tipo mencionado?³⁶

³² FREGE, 1892, p. 138

³³ FREGE, 1892, p.140

³⁴ FREGE, 1892, p.140

³⁵ FREGE, 1892, p.140

³⁶ FREGE, 1892, p. 140

Podemos reconhecer, nesta passagem, aspectos essencialistas que encontram fulcro na imagem agostiniana da linguagem.

67. Este apontamento figura plausível, na medida em que no mesmo caminho se reconhece, como um conceito básico da semântica fregeana, sua noção de nome. Frege assim denomina qualquer sinal, ou combinação de sinais, que se refira a algo, em vez de meramente indicá-lo. Ele amplia a noção de nome quando os distingue em nomes de objetos como nomes próprios, descrições definidas, sentenças etc; e, por outro lado, nomes de definição (ou expressões predicativas)- nomes de propriedades (incluindo a cópula), funções, relações etc. A população de objetos também é aumentada para incluir *entidades* como numerais, classes, valores de verdade e até mesmo os sentidos das expressões. O sentido das expressões serve para determinar *que entidade* elas representam e se se referem a algo no mundo ou não.

68. Certamente, assegura Frege que “a cada expressão que pertença a um sistema perfeito de sinais deveria corresponder um sentido determinado; as linguagens naturais, porém, raramente satisfazem essa exigência”. Continua ele, “pode-se talvez admitir que uma expressão sempre tenha um (e somente um) sentido, caso seja gramaticalmente bem construída, e desempenhe o papel de um nome próprio. Mas com isso não se quer dizer que sempre exista uma referência correspondente ao sentido”³⁷. Por outro lado, Todo nome próprio tem um sentido, que constitui a maneira pela qual o objeto é denominado.³⁸

69. Um nome próprio, em acepção fregeana, é um sinal e, como tal, tem condições restritas de significado, o que corresponde a dizer que um nome próprio é uma expressão completa, que deve designar ou referir a um objeto determinado, e de um modo determinado. As expressões que se seguem são exemplos de nomes próprios, de acordo com esta acepção: i) ‘Daiane’; ii) ‘Ulisses’; iii) numerais, como ‘2’; iv) demonstrativos singulares, como ‘este’; v) denominações de objetos únicos - como ‘Vênus’; vi) descrições definidas - como ‘a orientanda de Arturo’; vii) sentenças que designam valores de verdade.

70. Entretanto, há de se admitir que Frege não pensou que para toda palavra, da linguagem natural, há uma referência correspondente. Em sua opinião, há palavras que possuem sentido mas não possuem referência. Em função disto, há palavras que cumprem um papel puramente sintático ou formal, *e.g.*, a cópula (o homem é mortal). Outras permanecem abertas para uma entidade apenas quando tomadas em conjunto com o contexto da expressão. Assim funcionam os indexicais. Algumas palavras não representam coisa alguma, tal como o termo ‘então’. Algumas sentenças também não o fazem – por exemplo, os termos de silogística, como

³⁷ FREGE, 1892, p.132

³⁸ FREGE, 1892, p.131 (Nota do Tradutor)

‘Todos os homens’ na sentença: ‘Todos os homens são mortais’. Mas, porque Frege distingue o sentido da referência, podemos empregá-las na comunicação. Ou seria o contrário?

71. Logo, não há como negar as grandes contribuições feitas por Frege à tradição analítica do início do século passado. De modo semelhante, não há como não reconhecer que seu pensamento está fortemente influenciado por uma concepção essencialista da linguagem. Em suma, tanto a interpretação do conceito de significado como referência, quanto o compromisso com a ideia de que a função essencial da linguagem é nomear ou referir entidades que representam, são aspectos que permaneceram intactos na obra de Frege. O mesmo ocorre com a tendência descritivista.

72. É possível supor que as exigências do aparato teórico funcional, empregado por Frege, acompanhadas de sua concepção do funcionamento da gramática da linguagem natural, foi o que motivou sua tendência descritivista da linguagem. Embora o pensamento desenvolvido por Frege seja muito mais sofisticado do que a simples concepção agostiniana, o que foi explanado serve como razão para entender porque ele é um dos alvos implícitos de Wittgenstein, nas críticas que este fez às várias doutrinas associadas à concepção da essência da linguagem. Além de Frege, Russell é outro pensador que pode ter sua doutrina filosófica associada à imagem agostiniana da linguagem. Por este motivo, na próxima seção abordamos o seu ponto de vista, especificamente no que diz respeito aos elementos agostinianos presentes nele.

1.2.2. Russell

73. Podemos perceber que na linha argumentativa dos escritos de Russell, como o artigo intitulado *Da Denotação* (1974) e seu livro intitulado *Significado e Verdade* (1978), foi adotada uma série de ideias fundamentais que podem ser caracterizadas como aspectos da concepção agostiniana da linguagem e do significado. Seus textos exibem, por vezes, uma forma ingênua da concepção agostiniana, na qual todos os termos da linguagem denotam alguma coisa. Posteriormente, diante das limitações da denotação, Russell apresentou algo mais sutil, mas, mesmo assim, foram mantidos alguns *vícios* agostinianos.

74. A visão ingênua, que Russell defendeu inicialmente, tinha como base a tese de que cada palavra, que ocorre em uma sentença, deve ter *algum* significado, ao passo que todas as palavras têm significado quando são símbolos que representam algo diferente delas mesmas.

Nesta interpretação do funcionamento da linguagem o significado de uma expressão, que ocupa o lugar de sujeito de uma sentença existencial, precisa ser preenchido por um ente existente. O significado de um nome deve ser identificado ao objeto que ele denota³⁹. Esta forma de conceber a relação com a linguagem, como uma relação lógico-semântica, insere Russell na tradição essencialista do significado, evidenciando os aspectos agostinianos do seu pensamento.

75. Russell se desvincula da ingenuidade agostiniana quando argumenta que muitas expressões denotativas são símbolos incompletos que não representam nada em absoluto e, neste sentido, não têm um significado próprio. Ele distinguiu três tipos de expressões denotativas, das quais faz menção ao tipo a) que não denota nada, ao tipo b) que denota objetos definidos, e ao tipo c) que denota objetos indefinidos. A partir dessas expressões alcançamos, segundo ele, dois tipos de conhecimento: o *conhecimento de trato* e o *conhecimento acerca de*⁴⁰.

76. Russell concebia o significado como a denotação das expressões com sentido. Para este pensador, uma proposição cumpre uma função proposicional e possui significado. Frisava que o princípio da teoria da denotação, que pretendia defender, era a de que as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem, tem um significado. Registra-se, porém, que as expressões denotativas do tipo ‘descrição definida’ como “O atual rei da França é careca”, quando ocupam a posição de sujeito em sentenças afirmativas completas, não mais aludem a um sujeito lógico, na forma “S é P”, mas sim a um sujeito gramatical na forma “Existe um único x, tal que x é o atual rei da França e é careca”⁴¹. Este sujeito não traz consigo implicações problemáticas de denotação.

77. Com as descrições definidas, Russell distingue entre sujeito gramatical e sujeito lógico, reduzindo os compromissos ontológicos, adotados e mantidos, outrora, por razões semânticas. Descrições definidas não fazem parte do conhecimento direto do mundo objetivo, mas do conhecimento indireto, acerca das propriedades⁴². As descrições definidas, enquanto símbolos incompletos, são casos de função proposicional, tal como: ‘x é rei da França’. Logo, deverá haver um conjunto de objetos, ou um objeto ao menos, que atribui valor de verdade à variável ‘x’. Prudente destacar que a noção de ‘variável’ é um conceito fundamental na argumentação teórica de Russell. Por força disso, importa unicamente se a variável ‘x’ tem ou

³⁹ RUSSELL, 1978, p. 27

⁴⁰ RUSSELL, 1974, p. 09

⁴¹ RUSSELL, 1974, p. 13

⁴² RUSSELL, 1974.

não a propriedade ‘F’, e não a existência deste sujeito na realidade. “Uma descrição definida não diz respeito à sua denotação”⁴³.

78. Dessa maneira, ao mesmo tempo que Russell liberta seu pensamento dos compromissos ontológicos, ao reconhecer que nem toda expressão denotativa representa um objeto, passa a se comprometer com expedientes lógicos e epistemológicos da linguagem, quando concebe que toda sentença significativa deve ser verdadeira ou falsa. No caso da função ‘ser rei da França’, se houver uma variável à qual é possível atribuir à função, então a sentença é verdadeira. Como não há, no mundo, nenhuma variável a que se possa atribuir à função, a sentença é falsa.

79. Russell acreditava que sua investigação se dava acerca de certos problemas concernentes ao conhecimento empírico, ou seja, às questões que cabem à teoria do conhecimento. Muito embora, lembrava ele que a investigação que desenvolvia opunha-se da teoria do conhecimento tradicional, no que tange à importância atribuída às considerações linguísticas. Para Russell, conhecer é uma relação de um objeto com alguma coisa diferente de si mesmo, o que faz da linguagem uma espécie de signo. Nesta fase, profundamente influenciado pelas ideias do *Tractatus*, Russell argumentou que as expressões podem ser definíveis ou indefiníveis⁴⁴, ou seja: definíveis no âmbito linguístico através de outras expressões; ou indefiníveis no âmbito da realidade, em que os termos encontram sua definição a partir da sua relação direta com o real.

80. Muitas palavras, afirma Russell, apenas têm significado num contexto verbal apropriado. Palavras como, *e.g.*, ‘que’, ‘então’, ‘talvez’, não podem aparecer sozinhas, pois elas pressupõem outras palavras. Porém, por outro lado, há palavras que podem ser usadas isoladamente (nomes-próprios, classes de animais, nomes de cores, etc.). Russell denominou este tipo de palavras de ‘palavras-objeto’. O significado dessas palavras é apreendido por confronto com os objetos (e na presença dos objetos) que são o que elas significam. Este tipo de palavra não pressupõe outras palavras e cada uma, por si mesma, pode expressar uma proposição completa. Esquadrinhado por um contexto de estratificação do significado linguístico, Russell admitia que no nível mais baixo do discurso, a distinção entre entre sentenças e palavras isoladas não existe⁴⁵.

81. As palavras, de acordo com Russell, são usadas de muitas formas, porém o uso mais elementar das palavras-objeto é o uso demonstrativo. Só podemos explicar a palavra

⁴³ RUSSELL, 1974

⁴⁴ RUSSELL, 1978.

⁴⁵ RUSSELL, 1978, p. 27-30

‘vermelho’ mostrando alguma coisa vermelha. “É com as palavras-objeto que a linguagem começa”⁴⁶. As palavras-objeto têm um significado que não depende de sua ocorrência em sentenças. ‘Significado’ indicando ‘verdade’ ou ‘falsidade’ tem uma hierarquia de significados, e o significado das palavras-objeto é fundamental para a teoria do conhecimento empírico, já que é através delas que a linguagem se liga às ocorrências não-linguísticas de um modo que a torna capaz de expressar verdades ou falsidades empíricas⁴⁷.

82. Ainda em tempo, Russell fazia distinção entre uma linguagem filosófica e a linguagem do senso comum. Segundo ele, se por um lado a linguagem comum se apresenta como infinitamente enganosa, porque contém uma enorme quantia de símbolos incompletos, por outro lado, em uma linguagem logicamente perfeita as palavras de uma proposição correspondem, uma a uma, aos componentes do fato correspondente – com exceção dos conectivos lógicos. Russell argumenta que, em uma linguagem logicamente perfeita haverá uma palavra, e não mais que uma, para cada objeto simples, e tudo o que não é simples será expresso por uma combinação de palavras. Como podemos ver, todos esses aspectos apontam para o mesmo horizonte, a saber, o de que Russell estava comprometido com a visão de que o papel essencial da linguagem é descrever e nomear.

83. Esses apontamentos se mostram suficientemente claros para demonstrar quão enraizado estava o pensamento de Russell na imagem agostiniana da linguagem. A partir deles fica patente perceber que o pensamento de Russell foi conduzido dentro do campo de força da imagem agostiniana, o qual envolve uma série de pressuposições altamente questionáveis, as quais Wittgenstein desafiou nos seus jogos de linguagem. Muito embora, em sua filosofia precedente, Wittgenstein também incorreu em muitos destes aspectos que foram, mais tarde, por ele criticados.

1.2.3. O *Tractatus*

84. O *Tractatus* abordou os mesmos problemas que ocuparam Frege e Russell. Embora Wittgenstein tenha discutido brevemente sua doutrina lógica, ao contrário de Frege, ele não foi movido pela crise das fundações na matemática. Além disso, Wittgenstein também não compartilhava da preocupação de Russell para com a epistemologia e a obtenção de uma certeza absoluta. Suas principais preocupações eram a natureza da lógica e da verdade lógica, a natureza essencial da representação e os limites da linguagem. Suas soluções para esses

⁴⁶ RUSSELL, 1978, p. 30

⁴⁷ RUSSELL, 1978, p. 30

problemas eram diferentes das soluções de Frege e Russell e, na verdade, estavam em desacordo com as suas doutrinas. No entanto, seu ponto de partida foi onde eles haviam, por assim dizer, deixado o sujeito da proposição. Mesmo refutando a concepção de proposições lógicas e demolindo os relatos de intencionalidade, Wittgenstein assume, sem questionar, uma variedade de pressuposições agostinianas⁴⁸. Isto se manifesta na forma em que seu pensamento, como o de seus predecessores, foi conduzido na estrutura inquestionável da concepção agostiniana da linguagem e do significado.

85. Elementos agostinianos podem ser encontrados no *Tractatus*, quando nos deparamos com afirmações do tipo: “uma proposição elementar consiste em nomes. Ela é uma vinculação, um encadeamento de nomes. É óbvio que devemos, na análise das proposições, chegar a proposições elementares, que consistem em nomes em ligação imediata”⁴⁹. Ainda neste raciocínio, todos os constituintes das proposições elementares são nomes de objetos. A expressão ‘objeto’ é usada por Wittgenstein em um sentido amplo, uma vez que as propriedades e as relações também contam como objetos. “O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. (...) O nome substitui, na proposição, o objeto”⁵⁰.

86. Os objetos, por sua vez, constituem a substância do mundo e por isso não podem ser compostos⁵¹. Os objetos mantêm relações internas e inefáveis entre si, e “a explicação do que um nome simples significa é efetuada por uma elucidação”⁵², isto é, uma descrição em que o exposto é usado como uma afirmação verdadeira. Cada objeto simples da realidade deve ter um nome. A relação entre nome e coisa nomeada não é direta. O nome refere-se ao objeto só quando pertence a uma proposição. Ou seja, nome só é nome como requisito da própria estrutura, e sua função está imbricada à função de relação.

87. Para o Wittgenstein do *Tractatus*, nomes simples, conectados com seus significados, são a base da linguagem. E as possibilidades combinatórias de nomes *refletem* as possibilidades combinatórias dos objetos dos quais são nomes. Para tanto, nomes e seus significados, necessariamente, compartilham a mesma forma, qual seja, a forma lógica⁵³. Contudo, os nomes têm um significado apenas no contexto de uma proposição. O sinal proposicional é um fato. As proposições, por sua vez, são combinações articuladas de nomes;

⁴⁸ B&H, 2005, p.26

⁴⁹ TLP 4.22-4.221

⁵⁰ TLP 3.203; 3.22

⁵¹ TLP 2.021

⁵² TLP 3.263

⁵³ TLP 2.17-2.18

“elas são essencialmente complexas”⁵⁴. Para saber o que significa um nome simples, é necessário ter conhecimento do objeto que, na proposição, é o seu significado.

88. Essas doutrinas exibem claramente que a estrutura de pensamento do *Tractatus* estava de acordo com a concepção agostiniana da essência da linguagem. Todavia, é prudente admitir que a filosofia da linguagem do jovem Wittgenstein, do mesmo modo como a de Frege e de Russell, era complexa, sutil e tudo, menos primitiva⁵⁵. Ainda assim, é possível dizer que estava enraizada em uma *imagem primitiva da linguagem*.

89. No entanto, é importante ressaltar que há, também, muitos aspectos dos quais Wittgenstein se desvia das ideias defluídas da rude concepção agostiniana. Nem *todas as* palavras são nomes de objetos, que são seus significados. Uma visão fundamental do *Tractatus* foi proclamar que os conectivos lógicos *não* são representantes. “A possibilidade da proposição repousa sobre o princípio da substituição de objetos por sinais. Minha ideia básica é que as ‘constantes lógicas’ não substituem; que a lógica dos fatos não se deixa substituir”⁵⁶.

90. Logo, as constantes lógicas não representam significados; elas não são funções, mas operadores⁵⁷. Da mesma forma, palavras numéricas não são nomes de entidades. Além disso, nem *todas as* sentenças são descrições, mas aquelas que não descrevem fatos são insensatas, como as proposições da lógica, ou proposições sem sentido, como sentenças de aritmética, ética, estética e religião, bem como sentenças de metafísica, incluindo as do próprio *Tractatus*.

91. Não há dúvida de que Wittgenstein considerou que o *Tractatus* foi escrito sob o ângulo da concepção agostiniana da linguagem. Na luta contra os problemas que herdou de Frege e Russell, ele assumiu a suposição inquestionável de que a função *básica* das palavras é nomear as coisas, sendo que as palavras que cumprem esta função têm um significado, e que o significado, por sua vez, é o objeto representado. Diante disso, depreendemos que, em importantes maneiras, a concepção agostiniana funcionou para esses três filósofos como uma norma de representação.

92. A visão de linguagem, esboçada nas subseções acima, exemplificam uma variedade de ramificações que podem crescer a partir das ideias imbuídas na imagem essencialista da linguagem. Tal imagem concebe que cada palavra ou sentença da linguagem possui um significado, o qual serve para comunicar algo do mundo. Essa maneira de nos relacionarmos com a linguagem, qual seja, de buscar pela essência da significação, em um cenário onde o

⁵⁴ TLP 3.14; 3.141; 3.3

⁵⁵ B&H, 2005, p. 27

⁵⁶ TLP 4.0312

⁵⁷ B&H, 2005, p. 28

nomear aparece como um dos elementos essenciais da comunicação, conduz os filósofos à interpretação de que a linguagem é um objeto de estudo para o qual é necessário apresentar uma teoria explicativa acerca do seu funcionamento. Em decorrência disto, a linguagem comum assume ares de insuficiente ou inadequada, uma matéria bruta que precisa ser lapidada pela análise filosófica.

93. Tornar a referência como o problema central, para a filosofia da linguagem, implica uma tomada de posição relativamente à linguagem: poder dizer o que é o caso - formular proposições com significação e capacidade referencial a fim de estipular seu valor de verdade. Implica igualmente tomar posição quanto à filosofia, de que sua tarefa mais nobre é resolver o problema epistemológico e, assim, o fazer filosófico permanece em um patamar no qual a linguagem fica restrita à análise lógico-semântica.

94. Esta questão sintetiza uma das principais críticas de Wittgenstein à imagem agostiniana da linguagem. Esta crítica faz menção ao fato de que as teorias que operam dentro do ponto de vista essencialista da linguagem permanecem em um patamar que separa e distingue mundo e linguagem, fazendo parecer necessária uma teoria para unir esses dois âmbitos. Contudo, o problema da relação entre mundo e linguagem, o qual tenta ser solucionado pelas teorias fundamentadas no essencialismo linguístico – e ancoradas no conceito de ostensão – não precisa e nem *pode/deve* ser resolvido. Trata-se de um contrassenso. Entretanto, de outra perspectiva, ele pode ser dissolvido, desfazendo-se a confusão gramatical que lhe origina – como Wittgenstein mostrará nas *Investigações* – tema que tratamos mais adiante.

95. Por ora, o que foi mencionado procurou demonstrar a estrutura, até então inquestionável, da concepção agostiniana, seu poder de atração e sua presença na maioria dos escritos daqueles que refletiram sobre a representação linguística. Sem embargo, tratamos também dos limites de usar a ostensão como um critério de verdade que une o mundo e a linguagem, limites estes de ordem lógica, ontológica e epistemológica.

96. Diante destas limitações, na seção que segue abordamos, com mais atenção, a crítica de Wittgenstein para com a ostensão enquanto critério essencial ao significado, e a sugestão de uso, proposta por nosso filósofo, o qual não emprega a definição ostensiva como um critério de verdade, tal como ocorre na imagem agostiniana da linguagem, mas sim como um critério de correção para a nossa relação linguística na vida. Este uso apresenta a ostensão como uma regra de gramática, que cumpre uma função normativa, e não como uma prova empírica enquanto referência. Para entendermos melhor o uso da ostensão como regra gramatical, que Wittgenstein propõe, passemos à próxima seção.

1.3 Definição ostensiva como regra

97. Nesta seção é apresentado como Wittgenstein propõe o uso da ostensão como uma regra de gramática, que funciona como um critério de correção de aplicação dos termos da linguagem. Neste raciocínio, a ostensão funciona como uma amostra pertencente ao meio de representação, e não ao objeto representado. Além disso, Wittgenstein considera a definição ostensiva como parte integrante da gramática, o que vai de encontro com a proposta agostiniana da linguagem, a qual assume a ostensão como o caminho para *sair* da gramática e adentrar na realidade.

98. Uma extensão natural da imagem agostiniana da linguagem é a ideia de que a definição ostensiva é o meio pelo qual a linguagem se conecta com a realidade. Ao conceber a essência das palavras como sendo a função de nomear, e o nomear como um correlacionar da palavra com o que ela significa, é natural supor que o mecanismo pelo qual os nomes simples e indefiníveis são, portanto, correlacionados com seus significados seja a definição ostensiva. Se o nomear for concebido como sendo a base da nossa linguagem, então a definição ostensiva parece ser o ponto em que, podemos dizer, saímos da linguagem e entramos no mundo real, pois, ao definir ostensivamente um nome simples estamos, com isso, vinculando o nome a uma entidade na realidade.

99. Essa entidade é o que a palavra, assim definida, significa. E é em virtude dessa ligação, entre a palavra e o mundo, que a teia da linguagem adquire conteúdo, uma vez que é por referência a essa ligação que explicamos o que termos indefiníveis podem significar. Disso se depreende que saber o que uma palavra significa é saber, então, qual objeto, entidade, coisa ou estado de coisas, está correlacionado com a expressão, na relação de significar. Neste contexto, compreender uma língua é um estado mental, em que o ato de significar é intrinsecamente intencional. A intencionalidade pode ser considerada como a conexão entre a linguagem e a realidade. As palavras e proposições nos conduzem para algum objeto ou estado de coisas no mundo real.

100. A intencionalidade das palavras e proposições encontra-se naquilo para *o que* a nossa atenção se volta quando somos *afetados* por sua pronúncia, de modo que, quando ouvimos a palavra ‘vermelho’ ou uma proposição como ‘o vestido que Emma usava era vermelho’, evocamos no pensamento a imagem de uma pessoa usando um vestido vermelho. Nesta concepção, significado ou intenção tornam-se métodos de projeção de uma palavra ou sentença⁵⁸.

⁵⁸ B&H, 2005, p. 10

101. Essa concepção estava indiscutivelmente implícita no *Tractatus*, e passou a dominar a academia britânica de filosofia analítica da linguagem, na segunda metade do século XX. Atos de significação e de interpretação são o que dão vida para os *sinais mortos* da linguagem. A intencionalidade da linguagem é derivada da intencionalidade intrínseca desses atos ou atividades mentais. Saber o que uma palavra significa requer conhecimento do objeto ou entidade que é o seu significado. Neste prisma, não é possível saber, *e.g.*, o que significam os nomes das cores sem ter tido a experiência de ver as cores, e sem que esta experiência projete algo no espírito de quem experiencia.⁵⁹

102. Desta maneira, adquirimos um vocabulário a partir de um conjunto de experiências. Aprender uma linguagem é, principalmente, aprender rótulos de conceitos que vieram pela experiência. A criança, por seu turno, aborda a linguagem como uma compreensão intuitiva de conceitos como objetos físicos, intenção humana, volição, causa, objetivo e assim por diante. Estes conceitos constituem a estrutura do pensamento e linguagem. Se a definição ostensiva é a base da linguagem, então o conhecimento é o fundamento da compreensão.

103. Isso porque, dentro do raciocínio essencialista da linguagem, o significado de uma sentença deve ser determinado por, ou ser uma função de, significados de suas palavras constituintes. Se as palavras significativas em uma frase estão correlacionadas com entidades, que são seus significados, parece natural supor que o arranjo de palavras em uma sentença representa um arranjo possível das coisas nomeadas. Se o arranjo das coisas que estão correlacionadas com as palavras de uma sentença é, de fato, o arranjo especificado pela sentença, então o que ela diz é verdade. Disso pode seguir o pensamento de que a descrição é parte essencial de uma proposição.

104. À vista disso, um adendo natural à imagem agostiniana, de que a essência das palavras é nomear, é a ideia posterior de que a essência das sentenças é descrever: sentenças declarativas descrevem como as coisas estão, e são usadas para *afirmar* o que é o caso; sentenças imperativas descrevem como as coisas não estão, e são usadas para *ordenar* o que deve ser feito; e sentenças interrogativas descrevem um arranjo de coisas e costumam perguntar *se* é dessa forma que as coisas estão⁶⁰.

105. Contudo, essa doutrina contém um problema que, até então, não havia sido observado. Não se trata do problema ontológico de ligar um nome da linguagem com um objeto do mundo. Nem do problema epistemológico de vincular uma ideia ou imagem mental com a linguagem e a realidade. Afinal, como Wittgenstein proporia algo novo respondendo um

⁵⁹ B&H, 2005, p. 10

⁶⁰ B&H, 2005, p.11

problema moldado sob a velha estrutura inquestionável? O problema apontado por Wittgenstein é o de que a definição ostensiva, até então tida em caráter *dado e correto* na relação humana com a linguagem, pode, ela mesma, ser colocada em questão. Questionar a ostensão é questionar o alicerce de tudo o que se afirmou até aqui. E este questionamento autêntico pode ser indicado como um ponto do pensamento de Wittgenstein, que o coloca como um dos precursores da *Virada Pragmática*.

106. No *Caderno Azul*, Wittgenstein coloca a seguinte questão: “Será necessário compreender a própria definição ostensiva? - Não poderá a definição ostensiva ser mal compreendida?”⁶¹. Wittgenstein inicia o desenvolvimento desta problemática, insistindo que é possível aceitar, como exata, uma explicação da palavra ‘dois’ apontando para um par de nozes e dizendo “Isso é chamado de ‘dois’”⁶². No entanto, deve ser afastada a ideia de que tal explicação ocorre pelo seu valor nominal. Isto é, que entendemos o que significa ‘dois’ pela suposta nomeação de um numeral abstrato. Uma objeção apontada por Wittgenstein é a de que uma explicação ostensiva do número ‘dois’ pode, facilmente, ser mal interpretada. Neste caso, poderia ter sido interpretada como o nome próprio do par de nozes para o qual foi apontado. Com isso, Wittgenstein expõe o fato de que a definição ostensiva, até então incontestável, está, ela mesma, aberta a interpretações errôneas.

107. Interpretar de maneira errônea uma definição por ostensão é, *e.g.*, dizer que uma palavra numérica é o nome de um número (ou de uma entidade abstrata), visto que uma afirmação deste tipo apenas invoca a forma de representação essencialista da linguagem, qual seja: a palavra ‘dois’ *significa* ‘o número dois’. Isso é, na melhor das hipóteses, uma proposição vazia e, na pior, enganosa⁶³.

108. Os problemas que surgem desta consideração ocorrem, primeiramente, pela imposição de uma uniformidade espúria em uma gama numérica infinita. Em segundo lugar, trata as palavras numéricas como nomes de propriedades de ordem, o que obscurece as diferenças importantes entre palavras numéricas e expressões de generalidade, *e.g.*, entre ‘três’ e ‘todos’. Diante disso, Wittgenstein propõe uma alteração no modo de olhar para a linguagem, e para o processo de significação, e argumenta que o que deve ser assimilado na compreensão de palavras numéricas é o significado como uso da palavra, e não seu significado concebido como entidade que, por manipulações artificiais de conceitos, são tidas como ‘representativas’.

⁶¹“Need the ostensive definition itself be understood? - Can’t the ostensive definition be misunderstood?” (BB, 1965, p.1)

⁶² IF §28

⁶³ B&H, 2005, p. 84

109. Nas *Investigações* Wittgenstein traz, pertinentemente, à discussão outro exemplo para demonstrar a insuficiência da nomeação, ou designação ostensiva, em dar conta da linguagem nos seus múltiplos aspectos: tomemos hipoteticamente uma pessoa que vai à feira fazer compras, levando consigo um papel onde está escrito: ‘cinco maçãs vermelhas’⁶⁴. Quando partimos da imagem agostiniana da linguagem, a tendência é considerar que numerais, expressões dêiticas e alguns advérbios designam da mesma forma que a palavra ‘maçã’ designa um objeto, ou a palavra ‘vermelha’ designa uma cor. Os três signos aqui elencados (cinco, maçãs, vermelhas) tendem a ser simplificados e se transformarem, cada um, em um objeto a ser designado.

110. A procura pelo significado de cada um destes signos envolveria determinar a qual objeto eles se referem e, no entanto, se trata de um uso completamente diferente para cada um dos casos. Como saber, de fato, ao que se referem através da definição ostensiva: ao formato, à cor, ao material? Segundo Wittgenstein, esses aspectos tornam evidentes o fato de que a definição ostensiva não é definitiva ou completa, como fora suposto pela imagem agostiniana. Além de deixar claro que, no dia a dia, o que precisa ser suposto, em uma situação assim, é que a pessoa, qual foi às compras, sabe se comportar de maneira correta, isto é, sabe o que fazer com o bilhete e com os termos ‘maçã’, ‘vermelho’, e ‘cinco’⁶⁵.

111. Wittgenstein argumenta que considerar todas as palavras como nomes, e todas as sentenças como descrições, implica uma má compreensão do funcionamento da linguagem por gerar uma concepção equivocada da significação. Deste modo, percebeu que não se trata de estudar a distinção entre os elementos linguísticos e os extralinguísticos, mas a maneira como cada palavra é usada, pois são os diferentes usos que determinarão o significado. Isto marcou um dos tópicos centrais em sua fase pós *Tractatus*: compor uma imagem da linguagem irrestrita, sem se remeter à noção de essência, que pudesse dar conta de suas múltiplas manifestações efetivas. Wittgenstein ampliou a noção de gramática para além dos substantivos, das expressões dêiticas e dos poucos advérbios. Além disso, chamou nossa atenção para o fato de que a ostensão não é tudo aquilo que chamamos de linguagem, e sua utilidade se aplica em *alguns* domínios, não no *todo* que se pretendia apresentar.

112. Contudo, Wittgenstein não pretendeu mostrar que as definições ostensivas são defeituosas em comparação com outras formas de explicações de significado. Pelo contrário, seu objetivo foi provar que elas são formas legítimas de explicar os significados de muitas expressões, mas não são especialmente privilegiadas; elas não lançam as bases da linguagem.

⁶⁴ IF §1

⁶⁵ FREITAS, SILVA, 2018.

A definição ostensiva é realocada, não descartada por Wittgenstein⁶⁶. Segundo ele, este conceito encontra sua importância na maneira como o ser humano legitimou o seu treinamento linguístico.

113. Wittgenstein reconhece a importância da ostensão, ressaltando que o problema não está na própria consideração de que palavras servem para nomear objetos, e sentenças servem como descrição de fatos. *O problema está na ânsia de generalização*, presente na filosofia tradicional, que considerou o nomear como a tarefa mais grandiosa e primordial da linguagem, a partir da qual tentou determinar as condições necessárias e suficientes para toda a significação linguística⁶⁷.

114. Portanto, de acordo com este raciocínio, seria um equívoco supor que tudo o que preocupava o autor das *Investigações* era encontrar a *cura* dessa síndrome de confusões propondo, no lugar dela, uma nova teoria da linguagem. Wittgenstein não oferece uma teoria da linguagem, muito menos uma teoria da significação para uma linguagem natural. Ideias que ele, certamente, teria repudiado. O que Wittgenstein oferece, no seu trabalho pós *Tractatus*, são esclarecimentos gramaticais e articulações de conceitos como: ‘nome’, ‘palavra’, ‘significado de uma palavra’, ‘significando algo por uma palavra’, ‘explicação do significado da palavra’, ‘definição ostensiva’, ‘amostra’, ‘proposição’, ‘usos de sentenças’, e assim por diante.

115. Este assunto foi abordado, por Wittgenstein, em uma conversa com Waismann quando, no seu retorno à academia filosófica em 1929, fez o seguinte comentário: “No *Tractatus*, análise lógica e definição ostensiva *não* eram claras para mim. Naquele tempo eu *supunha* que havia ‘uma conexão entre linguagem e realidade’”⁶⁸. A concepção de que há uma conexão entre linguagem e realidade, de acordo com Wittgenstein, está equivocada. Linguagem e realidade não são duas coisas separadas, que compartilham a mesma forma lógica, como foi proposto no *Tractatus*. Na realocação conceitual, feita pelo autor, ambas são dadas pela gramática, isto é, pela vida.

116. Claro está que a definição ostensiva tem seu lugar, e é usada para explicar certos signos primitivos de maneira totalmente satisfatória. Mas estes signos não são, como eram no *Tractatus*, explicados por elucidação – que consiste em uma proposição empírica tal como: ‘Isto é x’. Em vez de elucidação, explica-se por definição ostensiva, ao passo que esta não é uma explicação verdadeira ou falsa acerca de um predicado. Antes, a definição ostensiva é

⁶⁶ B&H, 2005, p. 83

⁶⁷ DONAT, 2008, P.27

⁶⁸ WITTGENSTEIN, 1967

uma regra para uso do *definiendum* ‘x’, com a qual o objeto apontado é uma *amostra* definidora e não o significado do *definiendum*. A amostra definidora pertence aos meios de representação, e não ao que é representado⁶⁹. Dito de outro modo, a definição ostensiva é constituinte de uma regra gramatical que especifica o significado do *definiendum*. Aqui o significado é o uso.

117. Disso deriva que a definição ostensiva não liga a linguagem e a realidade, porque tudo ocorre dentro da linguagem. Não podemos usar a linguagem para sair da linguagem. Se usamos a linguagem para explicar a linguagem, caímos, então, em um círculo vicioso. “O que é falado só pode ser explicado na linguagem, e portanto, nesse sentido, a própria linguagem não pode ser explicada. A linguagem deve falar por si”⁷⁰. Logo, a ostensão não precisa mais ocupar a função de unir duas coisas que foram outrora separadas; passando a ocupar a função de um corretor gramatical e normativo.

118. A definição ostensiva não precisa, nem deve, ser considerada como o elo que une linguagem e realidade. Pensar dessa maneira é um equívoco herdado da imagem agostiniana, pois confunde uma amostra, que pertence ao meio de representação, com um objeto a ser representado. Tal como no *Tractatus*, quando Wittgenstein afirmou que o significado de um nome se dá por elucidação. Esse equívoco fomenta a ideia de que a semântica reflete a natureza essencial dos objetos correlacionados com expressões, por meio da definição ostensiva, como se as possibilidades combinatórias e relações internas fluíssem da natureza desses objetos.

119. Por conseguinte, definições ostensivas não conectam palavra e mundo. Elas explicam palavras, e dessa forma permanecem dentro da linguagem, isto é, dentro dos meios de representação. “Neste jogo não há nada exposto, mas um meio de exposição”⁷¹. “É mais natural e causa menos confusão se incluirmos os padrões nos instrumentos da linguagem”⁷². Ainda, afirmar que a ostensão, enquanto amostra, pertence aos meios de representação, é mais vantajoso quando se está consciente de que esta afirmação não é uma afirmação dogmática, mas sim uma recomendação de uma terminologia com a finalidade de facilitar uma visão geral da linguagem⁷³. Ela promove a percepção de que as explicações explicam apenas dentro da linguagem.

⁶⁹ B&H, 2005, p. 82

⁷⁰ GF §1

⁷¹ IF §50.

⁷² IF §16.

⁷³ B&H, 2005, p. 92

Definições ostensivas não relacionam a linguagem com algo fora ou diferente dela, como se poderia supor. Elas não promovem uma confrontação do signo com a realidade, por meio da qual se pretende, por exemplo, que se constitua seu significado. Situa-las dentro da linguagem resulta em compreendê-las como não mais do que uma regra de transformação. Desta perspectiva elas não poderiam ser apresentadas como a oportunidade privilegiada em que linguagem e realidade são confrontadas (e que marcaria o ponto final da análise)⁷⁴.

120. O trecho citado nos ajuda a compreender como a definição ostensiva pode ser entendida como uma regra na nossa linguagem. Para Wittgenstein, a definição ostensiva funciona como uma amostra que auxilia no emprego correto dos termos. Prudente frisar que nem toda definição ostensiva faz uso de objetos como amostra. Por exemplo, uma explicação ostensiva de ‘sul’ não usa de nenhum objeto⁷⁵. Assim como também não é o caso de tratar toda explicação, por meio de uma amostra, como uma definição ostensiva. Ampliar a noção de ostensão, para além do ato de apontar, nos permite, *e.g.*, contemplar explicações ostensivas pelo uso de gráficos ou tabelas. Logo, o mais apropriado, neste caso, é distinguir definições ostensivas por meio de amostras como uma espécie, dentro de um gênero, de explicações por amostras.

121. De acordo com o raciocínio de Wittgenstein, ‘amostras’ fazem parte de uma família de palavras que inclui ‘tipo’, ‘padrão’, ‘modelo’, ‘exemplo’, ‘paradigma’, ‘arquetipo’, ‘protótipo’, etc. que, embora seus usos e aplicações sejam semelhantes, são distinguíveis entre si. Todavia, em vez de explorar qualquer diferença sutil entre os termos, o conceito de ‘amostra’ será usado com a consciência de que seus limites são fluidos, e não rígidos⁷⁶. Isso porque a gama de amostras utilizadas em definições ostensivas é ampla e heterogênea, e o seu estatuto de uso dependerá de como ela é usada, e não do tipo de entidade a que se refere. Isso fica mais claro se recorrermos a um exemplo.

122. Vejamos, muitas concessionárias de veículos possuem os chamados ‘test drive’, no qual o modelo do veículo é usado como amostra. Alguns desses veículos são vendidos ao final das campanhas comerciais, e isto faz com que deixem de ser amostras. Por outro lado, um veículo antigo, que serviu para o uso de transporte de passageiros, pode se tornar uma amostra, como ocorre nas exposições de veículos antigos. No primeiro caso temos uma amostra que perdeu o seu papel e, no segundo caso, o contrário, algo que não era, mas passa a ser amostra.

123. Outro aspecto da fluidez dos limites do emprego da ostensão, como amostra, aponta que um mesmo objeto pode ter múltiplos usos enquanto amostra. Um pedaço de tecido, *e.g.*,

⁷⁴ CARVALHO, 2014, p. 154, 155

⁷⁵ B&H, 2005, p. 83 e 93

⁷⁶ B&H, 2005. p.93

pode ser usado como uma amostra para uma cor, para um tipo de tecido, para um formato de corte, entre outros⁷⁷. Esses aspectos demonstram que chamar algo de amostra é caracterizar suas funções e não suas características intrínsecas. Evidenciar as características intrínsecas não seria possível, ao passo que as amostras entram nas atividades humanas de várias maneiras, por exemplo, amostra de cores, de sons, de cheiros, de tamanho, de peso, de qualidade, de quantidade, etc.

124. Apesar disso, ainda que o conceito de amostra seja fluído, há de se considerar que uma amostra deve representar, de fato, aquilo que ela é uma amostra. Fluidez aqui quer dizer flexibilidade, e não algo que pode ser usado sem critério, com desatino ou estupidez. A amostra serve, na definição ostensiva, como um padrão de correção. Por conseguinte, não é válido usar, por exemplo, um objeto vermelho como amostra para a cor azul. Ou usar um cavalo como amostra de um elefante. É importante destacar o papel normativo que as amostras possuem. Normalmente devem funcionar como um padrão de correção, ao qual é possível apelar sempre que se precise justificar ou criticar os usos da linguagem.

125. A compreensão de Wittgenstein, de que as amostras pertencem ao meio de representação e não ao objeto representado, foi um passo crucial para minar a ideia de ostensão como conexão entre linguagem e realidade. Isto posto, e no intuito de contextualizar melhor a proposta de Wittgenstein, trataremos um pouco mais sobre os alcances e os limites da definição ostensiva enquanto regra da gramática.

1.3.1 O alcance e os limites da ostensão como regra

126. Wittgenstein enfatiza a possibilidade de usar definições ostensivas para *explicar* o significado de uma ampla gama de expressões, tais como cores, nomes próprios, nomes de coisas, de formas, de tipos ou espécies, verbos e até mesmo palavras numéricas e operadores lógicos. Nestes casos, dar definições ostensivas dessas expressões é explicar corretamente o que significam. A definição ostensiva não mais se restringe aos indefiníveis, como na imagem agostiniana da linguagem, onde é usada como um elo que une, diretamente, um significado com um objeto do mundo. Nem ocupa mais um lugar privilegiado, passando a ser uma regra de gramática entre outras. De acordo com Baker e Hacker:

⁷⁷ B&H, 2005, p. 93

Apontar para uma bola de tênis e dizer ‘Isso é esférico’ é uma explicação correta de ‘esférico’, embora seja possível dar uma definição lexical e analítica da palavra. Que uma definição lexical esteja disponível, não implica que uma definição ostensiva seja ilícita ou inferior. Ao longo de um amplo alcance, explicações ostensivas são equivalentes as várias formas lexicais de explicações, incluindo definições analíticas⁷⁸.

127. Esta passagem argumenta que a classe de definições ostensivas se fundem, imperceptivelmente, em explicações de diferentes formas. Não há, podemos dizer, um abismo entre definições ostensivas e definições analíticas, ao invés disto, é possível identificar conexões familiares entre elas. Ainda em tempo, reconhecer que a gama de expressões definíveis ostensivamente é muito mais ampla, do que a imagem agostiniana pressupôs, é reconhecer que sua amplitude advém da sua fluidez. Seus limites também não são claros, e sim fluidos. Isto não significa dizer que não há limites, mas que, desde que seja reconhecido, pouco importa onde é traçado o limite da ostensão.

128. Admitir os limites da ostensão importa mais para uma realocação do lugar privilegiado da definição ostensiva, do que para apontar as fronteiras de sua atuação. Existe um conjunto de exemplos paradigmáticos de definições ostensivas. Os casos centrais de explicações ostensivas envolvem um gesto de apontar, um algo apontado e uma fórmula verbal. Por exemplo, explicar o que é vermelho apontando para uma rosa vermelha; explicar o que é o conceito de ‘metro’ apontando para um objeto que contenha um metro; apontar para um siamês e dizer, “aquilo é um gato”; ou explicar o que é o número dois apontando para duas nozes. Esses paradigmas se assemelham, uns aos outros, em muitos aspectos em que as semelhanças tornam-se mais ou menos atenuadas à medida que nos afastamos dos casos centrais e nos aproximamos dos casos periféricos⁷⁹.

129. Ainda sobre os limites da ostensão, podemos notar que facilmente apontamos para uma cor, para um gato ou algumas nozes. Mas é possível apontar para um som, ou para um cheiro, como se aponta para um gato? Depende dos limites do que conta como apontar, diria Wittgenstein. Uma situação possível seria dizer: “Cheire, isto é cúrcuma”, e com o dedo indicador mergulhado em cúrcuma, aproximá-lo do olfato do interlocutor. O gesto de apontar aqui difere do gesto de apontar para um gato. Isto serve para mostrar que os limites do apontar não são claros. Assim como não são claros os limites do que conta como o que é apontado. Quando apontamos para algo, apontamos para o objeto, para a sua cor, forma, textura, peso,

⁷⁸ Pointing at a tennis ball and saying ‘That is spherical’ is a correct explanation of ‘spherical’, even though it is possible to give a lexical, analytic definition of the word. That a lexical definition is available does not imply that an ostensive definition is illicit or inferior. Over a wide range, ostensive explanations are equipollent with various forms of lexical explanations, including analytic definitions. (B&H, 2005, p.83)

⁷⁹ B&H, 2005, p.85

comprimento ou quantidade? Todas as respostas podem ser colocadas como corretas. Muitas vezes temos um ato de apontar bem definido, mas que deixa vago o que é apontado, outras vezes o contrário.

130. Se, ao ensinar uma criança o significado de 'lápiz' se aponta para um lápis amarelo, a criança poderá interpretar que o termo 'lápiz' nomeia a cor amarela; poderá também acreditar que 'lápiz' é o nome para objetos de madeira; ou concluir que 'lápiz' é aquilo que pesa algumas gramas de quilo. Nesse caso, o significado dependerá do uso do orador, pois este pode significar um número, uma cor, uma forma, uma substância, um peso etc. A questão é saber quais são as possíveis instâncias de substituição de 'x' na expressão 'apontando para x'. E, como são muitas as possibilidades, fica evidente que o uso, assim como os limites da definição ostensiva, são fluidos e não rígidos. Cabe ressaltar que a fluidez não é um elemento que atrapalha a comunicação humana. Pelo contrário, ela auxilia na normatividade da ostensão, ampliando os seus horizontes de atuação. A definição ostensiva fornece um padrão de correção para a maioria dos casos, mantendo, com isso, seu aspecto normativo. A normatividade está na gramática do uso linguístico, não em um elo ontológico com a realidade.

131. Tal normatividade, sugerida por Wittgenstein, atende como uma norma de representação contingente, e não como descrições necessárias da natureza. Importante salientar que fornecer um padrão para correção de uso de um termo não é o mesmo que oferecer uma verdade empírica, a qual daria significado ao termo. O lugar de um padrão ou um modelo, que é onde Wittgenstein coloca a ostensão, é um lugar maleável, diferente do nomear agostiniano, que fez da ostensão o vínculo da linguagem com a realidade, em que o conceito é amarrado ao objeto ou ao fato.

132. Quando um padrão ou um modelo é adotado, em substituição à noção essencialista de significado, as práticas da vida contam como explicações adequadas e critérios de compreensão da linguagem. Em consequência disso, não se pode afirmar que definições ostensivas, enquanto regras de uso, são incompletas. Mas a completude presente nelas não está à sombra de como a realidade se encontra; antes, seu escopo é o agir humano na vida cotidiana, que faz a definição ostensiva ser adequada, correta e normalmente completa.

133. Com isso, Wittgenstein sugere que as definições ostensivas são regras, que pertencem à gramática, e não o fundamento da linguagem pelo qual nomeamos signos mortos. A definição ostensiva tem um papel normativo na linguagem. Ela orienta o comportamento humano, fornecendo padrões de correção, mais ou menos delimitados, para o uso das expressões cujos significados elas explicam. Como quando pedimos um copo de água ao dono

da casa e ele, devido ao seu treinamento na linguagem com o auxílio da definição ostensiva, nos alcança um copo, e não um balde, contendo água, e não vinagre. Isso porque, ele sabe jogar com as regras da gramática em que o pedido ‘Traga-me um copo de água’ exige tal e tal comportamento.

134. Nesse prisma, perguntas do tipo: ‘Como é possível que uma definição ostensiva desempenhe o papel normativo para uma regra?’, ou ‘Como ela pode funcionar como um padrão de correção?’, podem ser postas. Em outras palavras, requer-se saber como a definição de ‘o vestido é vermelho’ funciona como uma regra de aplicação do termo ‘vermelho’, e não como uma informação verdadeira sobre a cor do vestido. Contudo, essas objeções estão sob o fulcro de uma incompreensão do conceito de ostensão quando se espera que, ao usar a definição ostensiva, se está, com isso, descrevendo um objeto particular. De acordo com o raciocínio de Wittgenstein esta premissa está incorreta. A definição ostensiva não é uma descrição, mas pode ser usada como uma regra que explica, não o objeto, mas o uso do termo ‘vermelho’, isto é, explica o que é, para qualquer objeto, ser vermelho. Na § 88 da obra *Gramática Filosófica*, diz Wittgenstein:

‘Aqui está um retalho vermelho’ e ‘Aqui não está um retalho vermelho’. A palavra ‘vermelho’ ocorre em ambas; portanto essa palavra não pode indicar a presença de algo vermelho. A palavra ‘vermelho’ faz sua função apenas no contexto propositivo. A incompreensão não consiste em tomar o significado da palavra ‘vermelho’ como sendo o sentido de uma sentença que diz que algo é vermelho?⁸⁰

135. Destarte, o argumento de Wittgenstein afirma que usar a definição ostensiva como *explicação do significado* não é o mesmo que usá-la como uma descrição, ao passo que usá-la desta forma consiste na própria incompreensão do termo. Afinal, para que a definição ostensiva funcione, ela depende de um conhecimento gramatical prévio, em que o *definiendum* já esteja localizado graças à gramática da forma de vida à qual pertence. Para clarificar, recorremos à seguinte passagem:

Poder-se-ia dizer, portanto: a definição ostensiva explica o uso – o significado – da palavra, caso já esteja claro que papel a palavra tem que desempenhar na linguagem. Se sei, no entanto, que alguém quer me explicar a palavra para uma cor, neste caso a explicação ostensiva ‘isto se chama ‘Sépia’’ vai me ajudar na compreensão da palavra.⁸¹

⁸⁰ GF § 88

⁸¹ IF § 30

Ou seja, até mesmo a função de designar uma cor, ou um objeto, só pode ser corretamente compreendida se já se tem algum conhecimento da maneira como aquela palavra é empregada. Não é possível saber, a priori, o que exatamente está sendo designado⁸²; antes disso deve estar claro o *papel* que o termo designado deve desempenhar na linguagem⁸³. (Esse papel é o que devemos compreender a fim de resolver paradoxos filosóficos)⁸⁴.

136. Não obstante, existe uma razão para conceber a definição ostensiva com fins ao uso da linguagem. Mas para isso a mesma deve ser entendida aqui não somente enquanto ‘explicar’, mas ‘treinar’, visto que ela envolve o método frequente pelo qual os mais novos são introduzidos na língua materna, ou pelo qual se ensina aos estrangeiros a língua nacional. O objetivo do ensino, entretanto, não é que aprendamos a vincular perpetuamente os mesmos signos linguísticos nos respectivos objetos referenciais; ele intenciona, antes de tudo, ao treino para o uso de uma linguagem específica.

137. Uma graduação em Filosofia, *e.g.*, nos treina em uma linguagem específica. O mesmo acontece com quem cursa Contabilidade, Direito, Gastronomia, etc. Wittgenstein concebe a definição ostensiva enquanto ‘ensino ostensivo’, o qual constitui uma importante forma de treinamento, ou adestramento, para o uso da linguagem humana. Por fim, a eficácia da definição ostensiva foi reduzida, mas salvaguardada. Para elucidar este fato, cabe verificarmos o lugar importante, mas não privilegiado, ao qual Wittgenstein conduziu a ostensão.

138. Este lugar, qual seja, o lugar do ensino ostensivo, é um lugar pelo qual todos nós passamos, e com o qual inserimos nossos falantes na língua. Isto posto, e para explanar melhor esse ponto, na próxima seção abordamos como os conceitos de ‘significado’, ‘ensino’ e ‘treinamento’ funcionam na perspectiva wittgensteiniana.

1.3.2 Significado, ensino e treinamento

139. Do que foi exposto até aqui, parece prudente salientar que, da reorientação dos conceitos proposta por Wittgenstein, depreende-se corolários dramáticos. Decorre, desta reorientação, que não existe conexão entre linguagem e realidade. Por questões óbvias, isso não significa que não nos referimos às coisas na realidade quando falamos acerca de casas,

⁸² BB, p. 26

⁸³ IF § 30

⁸⁴ IF § 182

árvores, maçãs, etc. O que significa é que a imagem da linguagem, a qual deriva seu conteúdo da correlação primitiva que mantém com objetos no mundo, é mal concebida e traz muitos embarços⁸⁵. Em outras palavras, a correlação entre mundo e linguagem, pressuposta na explicação ostensiva, feita pela imagem agostiniana, é, ela mesma, equivocada.

140. Isso porque, de acordo com Wittgenstein, a definição ostensiva diz respeito a apenas uma regra, entre outras, para o uso de uma palavra. Definições ostensivas podem ser mal interpretadas, pois não são, necessariamente, inequívocas. Entretanto, apontar para este aspecto não nos obriga a concluir pelo abandono da ostensão, na verdade nos obriga a reconhecer que equívocos acontecem e estão presentes nas práticas humanas. Além disso, nos auxilia na compreensão do conceito de ostensão, permitindo avaliar que ele não conecta a linguagem aos seus fundamentos, supostamente constituídos pelos objetos. A linguagem não possui os fundamentos que a concepção essencialista coloca, e os significados dos nomes não são, dessa forma, entidades de nenhum tipo.

141. A ideia de que a linguagem, preliminarmente vazia, recebe seu conteúdo no ponto em que os indefiníveis (nomes simples) entram em contato com a realidade, aparece como um equívoco para o Wittgenstein das *Investigações*. Neste horizonte, a prática de falar uma língua não se baseia em conferir significado a partir de conexões entre linguagem e realidade, ou em indefiníveis primitivos que injetam significado na teia das palavras. Antes, é totalmente embasada em tendências humanas naturais e propensões comportamentais; capacidades discriminatórias comuns e predisposições reativas compartilhadas⁸⁶. Falar é *atuar*, ou seja, é ação, e pressupõe a ação de seres vivos ativos no fluxo da vida. “O que tem que ser aceito, o dado, é – assim se poderia dizer – *formas de vida*”⁸⁷.

142. Podemos admitir, sem maiores dificuldades, inúmeras proposições e tipos de proposições que são tomadas como *verdades* por membros de uma comunidade linguística, como a nossa. Mas tais proposições não versam sobre ‘o dado’, como tradicionalmente foi concebido. Proposições como ‘A terra existe há muitos anos’, ‘Vermelho é uma cor’, ‘ $5 \times 5 = 25$ ’, não são fundamentos do conhecimento, mas eixos gramaticais sobre os quais nossa noética estrutural gira⁸⁸.

143. Neste mesmo sentido, explicações ostensivas são, normalmente, *definições*, e as definições não são *descrições*. Se ‘O céu é azul’ for uma definição ostensiva, então não se trata de uma predicação verdadeira ou falsa sobre a cor do céu, mas de uma regra para o uso

⁸⁵ B&H, 2005, p. 16

⁸⁶ B&H, 2005, p. 16

⁸⁷ IF Parte II, p. 222

⁸⁸ OC §10, §35, §43.

do *definiendum*. Para Wittgenstein, existe um parentesco patente entre a definição e uma regra de substituição. Pois, em vez de usar a palavra ‘azul’ como uma predicação verdadeira/falsa, a mesma pode ser usada como uma amostra, com um gesto ostensivo para dizer, por exemplo, ‘Este sapato é azul’. Longe de ser uma descrição ostensiva que conecta a linguagem com realidade, a amostra que faz uso de uma definição ostensiva pertence aos meios de representação, e não é algo descrito pela explicação.

144. A amostra, com a qual uma definição ostensiva pode estar ligada, não precisa ser um objeto. Deste argumento decorre que a competência da definição ostensiva não se restringe aos chamados nomes simples. Não há razão para que algumas palavras não possam ser explicadas em mais de uma forma legítima, por exemplo, por definição analítica e por definição ostensiva. O que parecem ser verdades sintéticas necessárias sobre a cor, digamos – *e.g.*, que o preto é mais escuro que o branco, ou que nada pode ser vermelho e verde simultaneamente – não são descrições da ordem *a priori* do mundo. A verdade contida nessas afirmações não é atribuível à natureza objetiva, e independente da linguagem, das coisas. Em vez disso, tais proposições, embora pareçam descrições necessárias *de estados de coisas*, são regras para o uso e a compreensão das palavras constituintes⁸⁹.

145. Desse modo, compreender uma expressão não é um processo mental, anímico⁹⁰. E assim é, por mais que estejamos inclinados a imaginar o significado de uma palavra, quando a emitimos ou a ouvimos, como sendo algo que surge diante das nossas mentes. Wittgenstein não discorda totalmente desta ideia. Para este autor, o que surge diante de nossas mentes é certamente algo característico do significado, mas, ressalta Wittgenstein, “o que surge diante da minha mente é um exemplo, uma aplicação da palavra. E esse surgir diante da mente não consiste, necessariamente, em uma imagem mental estar presente sempre que é emitida a palavra, mas no fato de que, quando me perguntam o significado da palavra, as aplicações da palavra a mim ocorrem”.⁹¹

146. Este argumento fortalece a ideia de que compreender uma expressão é uma habilidade, é um ‘saber como’ e não um ‘saber que’⁹². Saber o significado de uma palavra é ser capaz de usá-la corretamente. Ter a habilidade de usar uma palavra não significa estar familiarizado com o seu significado (se este for associado com alguma entidade *fora* da linguagem). O *critério* para determinar se uma pessoa entende, ou não, uma expressão é o uso que ela faz da expressão. Compreender, não sendo uma atividade mental, não é também uma derivação ou

⁸⁹ B&H, 2005, p. 17

⁹⁰ IF § 154

⁹¹ GF, 75

⁹² RYLE, 1975

processo computacional. Porque a compreensão é semelhante à capacidade, e como há graus de capacidade, pode haver graus de compreensão. Pode ocorrer o domínio parcial de compreensão em oposição ao domínio completo da técnica de usar uma palavra.⁹³

147. Por outro lado, a compreensão de uma expressão também envolve o método usado. Tanto as *investigações*, quanto o *Livro Azul*, destacam que o método de perguntar pela *explicação do significado*, em vez de perguntar “o que significa...?”, torna-se mais vantajoso pois, ao solicitar a explicação de um significado somos conduzidos para o *entendimento* do mesmo, e não para reconhecer o que representa – no mundo – o termo significado. No método proposto por Wittgenstein, os conceitos de *ensino* e *treinamento* são centrais no uso da linguagem, e nos seus processos de aprendizagem e compreensão⁹⁴.

148. O treinamento é considerado fundamental para o entendimento da linguagem. “Ensinar a linguagem não é explicar, mas treinar. As crianças são educadas para executar atividades, usar palavras e reagir de certa maneira às palavras dos outros. Quando a criança aprende a linguagem, ela aprende o seu uso”⁹⁵. Sendo assim, saber como as palavras são ensinadas e aprendidas também aparece como um componente importante no esclarecimento do uso dos conceitos. Práticas de palavras explicativas são estudadas como jogos de linguagem independentes, e o exame das diferentes formas de explicação é uma rota regular para chegar à percepções filosóficas sobre os usos das palavras⁹⁶.

149. A estratégia de Wittgenstein, no entanto, pode ser mal compreendida. Pode parecer que o autor propõe uma teoria da aprendizagem, há muito substituída por investigações psicológicas experimentais. Isto é, pode parecer uma forma de psicologismo. Entretanto, Wittgenstein apenas enfatizou a conexão do significado da palavra com a explicação desse significado, que é anterior a qualquer investigação empírica. Significado é o que é posto ao dar uma explicação do significado, e não uma entidade de um determinado estatuto. O significado de uma expressão não é algo mais profundo e teórico do que o que está patente na prática de explicar o que significa uma expressão, e esta prática, como qualquer prática normativa, deve ser conhecida aos seus participantes, aberta à inspeção e à investigação.

150. Todavia, uma advertência é necessária a respeito da ambiguidade presente no termo ‘explicação’. Ciências explicam fenômenos. Mas o sentido de ‘explicação’ do significado das palavras é diferente de sua contraparte na ciência. Isto porque, as explicações científicas são empíricas, teóricas, refutáveis e revisáveis à luz de novas descobertas. Explicações do

⁹³ BB, p. 51, IF §636

⁹⁴ Z §§387, 419

⁹⁵ IF §5, §9, §8

⁹⁶ IF §5, §28, §49

significado das palavras, em contraste, são normativas, não nomológicas. Elas não são descrições de *hábitos* de uso das palavras, mas regras ou padrões para o uso correto das mesmas. Elas não são *teóricas*, e assim também não são dogmáticas. Trata-se, antes, de especificações de regras básicas para os usos das palavras, da mesma maneira como as regras do xadrez não são teóricas, mas apresentam como o jogo deve ser jogado⁹⁷. Essas regras são gramaticais e envolvem o nosso entendimento.

151. Embora pareça paradoxal, é concebível que o entendimento de um termo ocorra sem qualquer ensino prévio, valendo-se apenas do treinamento preliminar. O ensino da linguagem não é, aqui, nenhuma explicação, mas sim um treinamento. Quando treinamos uma criança, para que adquira a habilidade da fala, não explicamos o significado das palavras. Isto é, ao treinar a criança a dizer ‘mamãe’ não é costume que se diga algo como: “mamãe: ser do sexo feminino que gera uma vida em seu útero como consequência de fertilização; ou o equivalente feminino do pai”, tal como definido nos dicionários. Nesta primeira fase, o treinamento basta por si mesmo. Cautos é destacar que, nesta fase de treinamento, a definição ostensiva é de extrema importância, não porque não poderia ser de outro jeito, mas porque é assim que o ser humano age ao treinar suas crianças⁹⁸. Este treinamento se vale do apontar e nomear. Afinal, não compreende a palavra ‘cavalo’ quem, diante do ato de apontar para um cavalo, aprende seu significado?

152. Ora, destaca Wittgenstein, certamente que o ato de apontar e nomear ajudou a produzir o ensino ostensivo da linguagem, mas na verdade apenas junto com uma lição determinada. “Com uma outra lição, o mesmo ensino ostensivo dessa palavra teria efetuado uma compreensão completamente diferente”.⁹⁹ Ou seja, em outros treinamentos, *e.g.*, no esporte, no xadrez, ou na biologia a explicação e o ensino dos termos técnicos são chamados à baila.

153. Desta forma, Wittgenstein faz a conexão entre o conceito de ensino e o conceito de significado. Para Wittgenstein existe uma conexão óbvia na medida em que o ensino envolve *explicação*, e não mero treinamento¹⁰⁰. A relação parece evidente, pois o objeto de ensino não é apenas ensinar o significado, mas o método de ensino é dar uma explicação do significado. Seu interesse pelo ensino se ramifica em várias direções. Em primeiro lugar, os contextos de ensino destacam os pressupostos de uma competência linguística, bem como sua contingência. Explicações sobre o significado, fornecidas no ensino, não funcionam em um vácuo linguístico.

⁹⁷IF §54

⁹⁸ IF §6

⁹⁹ IF §6

¹⁰⁰ B&H, 2005, p. 32

154. Conseqüentemente, explicações gramaticais pressupõem um pano de fundo de compreensão anterior, uma competência linguística, alcançada através do treinamento inicial. A explicação tem uma função pedagógica apenas depois que o treinamento bruto lançou as bases das habilidades elementares. O treinamento não envolve dar razões para fazer o que o aluno está sendo treinado a fazer. Tem como objetivo inculcar hábitos, disposições e tendências. As regularidades comportamentais e reativas resultantes fornecem a base para a possibilidade de ensino. O treinamento linguístico, realizado anteriormente para o ensinar e explicar, ocorre dentro da estrutura da ordem natural da vida e se vale da exemplificação como sua melhor aliada.

155. Por isso, é importante notar que uma série de exemplos é, ela própria, uma explicação do significado e, ao mesmo tempo, uma regra para o uso de uma palavra. Este uso pressupõe uma ampla gama de habilidades discriminatórias naturais do ser humano, reações de reconhecimento, propensões imitativas e padrões de comportamento. Uma linguagem faz parte de uma forma de vida, e a história de uma língua faz parte da história de uma cultura. O exame de contextos de ensino ajuda-nos a lembrar o quanto é *postó preliminarmente* para que a explicação seja possível. Isto converge com a ideia de Wittgenstein de que a definição ostensiva não pode ser o fundamento e o critério único da linguagem. A ostensão não é uma roda solta em uma engrenagem. Ela faz parte da engrenagem e, portanto, pressupõe a engrenagem e o todo que ela envolve.

156. Diante dessa engrenagem, as explicações do significado pressupõem uma considerável competência linguística para que algo possa ser explicado. Ou seja, a explicação cumpre sua função apenas dentro de uma linguagem já estabelecida. Não ensinamos a língua para as crianças por meio de explicações, e mesmo quando o arsenal de habilidade linguística da criança estiver estabelecido pelo treinamento, ainda assim, a maior parte do ensino não é por meio de explicações, mas através de exemplificação. Este é um aspecto do fato de que as explicações do significado pertencem à gramática. As exemplificações fornecem uma variedade de articulações de como a linguagem funciona, e como aplicamos as palavras, a partir de procedimentos. Um conjunto de exemplificações não trabalha para conectar a linguagem à realidade e afirmar verdades contingentes sobre sons ou sinais. Antes, chamam atenção para o contexto de ensino e aprendizagem da linguagem.

157. A atenção às características e contextos de ensino da linguagem pode lançar luz sobre o conceito sem ter que, necessariamente, conectá-lo com a realidade, visto que ilumina o seu uso, e não uma relação com uma suposta entidade que existe 'fora' da linguagem. Por exemplo, é salutar lembrarmos como lidamos na hora de explicar para uma criança o modo de

usar o sinal de pontuação ‘aspas’, dando-lhes inúmeros exemplos de situações nas quais o sinal pode ser usado. De modo semelhante, não mostramos um sonho quando ensinamos alguém a dizer: “Eu sonhei” mas fornecemos exemplos de como usamos esta expressão. Focar no ensino por este prisma, argumenta Wittgenstein, destaca os objetivos e o padrão de satisfatoriedade das explicações, bem como fornece orientações em resposta a solicitações como ‘O que significa ‘x’?’ ou ‘O que é um x?’, ensinando o uso da palavra ‘x’.

158. Explicamos o que uma palavra significa, ou o que se pretende dizer com uma palavra, para evitar um mal-entendido específico, ou para estabelecer uma compreensão de uma dada expressão. Para fazer isso, não é necessário nem possível que todo uso ou mal-entendido concebível seja trazido à luz e, explicitamente, excluído ou esclarecido. A fortiori, não é necessário tomar precauções contra confusões que não podem ocorrer. Ao dar uma explicação de ‘livro’, por exemplo, não é necessário distinguir livros de repolhos¹⁰¹. Tal confusão não será cometida por alguém treinado na linguagem.

159. No ensino, ao contrário do mero treinamento, o significado das palavras é explicado ao interlocutor. Explicações de significado são normativas. Elas fornecem regras para o uso das palavras que constituem padrões inseridos nos critérios de compreensão. Examinar as explicações do significado de palavras, e sentenças, traz compreensão para o seu significado a partir do uso e não da referência. Inclusive, chama a atenção para a diversidade de tipos de explicação de significado que dispomos, por exemplo, definição analítica, definição ostensiva, definição por referência às amostras, explicação por exame, definição contextual, tabelas, gráficos, entre outras. Por esta razão, Wittgenstein demonstra que a normatividade das explicações do significado é enfatizada como critério de aplicação, o qual fornece uma explicação correta do que uma palavra significa.

160. As explicações podem ser definidas, entretanto, não estão imunes a erros de interpretação, expondo, com isto, o seu caráter contingente. Uma explicação fornece uma regra para o uso da expressão que explica. A utilidade de uma regra consiste em não haver outra regra que guie a correta aplicação de um termo, e não por ela ser infalível. Nenhuma explicação de significado pode garantir que não haverá mal-entendidos ou aplicações erradas. Mas sempre se pode adicionar outra regra que guiará, ou somará, à regra primeira tornando-a mais clara e aplicável. Que uma regra é definitiva não implica que uma regra adicional não seja possível – apenas que na prática da explicação não há outra regra senão aquela.¹⁰²

¹⁰¹ B&H, 2005, p. 32

¹⁰² B&H, 2005, p.33

161. Isso decorre do fato de que temos, na vida, uma prática bem estabelecida de explicação. O que por si só é uma importante indicação sobre o que uma explicação é. A explicação deve ser comumente empregada, afinal, os motivos para uma afirmação devem valer, não apenas para uma pessoa e em uma ocasião, mas de modo geral. Fundamentos e justificativas aqui são gramaticais e são fornecidas em explicações. As explicações devem ser públicas e inteligíveis. Não há explicações privadas. As explicações, ao contrário das causas, chegam ao fim¹⁰³. Na verdade, se elas não o fizessem, o propósito da explicação seria arruinado.

162. Onde as explicações terminam, reside a ação consensual. Existem critérios que determinam o que conta como aplicação de uma expressão de acordo com sua explicação, e o que conta como transgressão dessa aplicação. Explicações de significado, Wittgenstein insiste, são acessíveis e inspecionáveis através do comportamento. Caso contrário, elas não poderiam cumprir seu papel de padrão de uso correto e esclarecimento sobre o significado.

163. A explicação pertence à gramática. Dar uma explicação consiste em mostrar as conexões apropriadas na rede da gramática. Explicações são regras. Sua normatividade consiste no fato de que uma explicação aceitável fornece um padrão para julgar a correção de uso de uma expressão. O padrão pode ser dado por meio de motivos de aplicação, legitimidade de *substituição* ou *critérios de compreensão*, e pode ser ensinado por exemplificação¹⁰⁴.

164. A exemplificação, por seu turno, foi muito utilizada por Wittgenstein. Tanto que nos serve, a nós estudiosos dos jogos de linguagem, como metodologia para compreender a filosofia de Wittgenstein. Isto por força da orientação, contida no prefácio das *Investigações*, na qual Wittgenstein aconselha o leitor a olhar para a obra como se folheasse um álbum de fotografias. Um álbum de família no qual se encontram registros que apresentam as semelhanças e as diferenças entre os seus membros. Essa orientação será de grande valia para a discussão sobre o que são os jogos de linguagem, temática do próximo capítulo.

165. De todo modo, o que foi tratado até agora procurou mostrar para onde apontam os jogos de linguagem de Wittgenstein. Esse *apontar* não é usado para afirmar que os jogos de linguagem revelam algo, antes encoberto. Mas que os jogos de linguagem apontam de forma a denunciar, para uma imagem da linguagem, a qual preconiza a ideia de que cada palavra possui essencialmente um significado. Semelhante a isso, apontam para o fato de que a

¹⁰³ IF §1

¹⁰⁴ BB, p. 95-96.

ostensão é o critério fundamental na imagem agostiniana, denunciando, com isso, que a ostensão é o pano de fundo no qual esta imagem funciona.

166. A importância que tem, para Wittgenstein, a visão agostiniana da linguagem está no fato de que ela representa uma “determinada imagem da essência de linguagem humana”¹⁰⁵, que, de uma maneira ou outra, estaria presente em toda consideração tradicional da linguagem e do significado linguístico. Vale pontuar a consideração de que, em nenhum momento Wittgenstein ataca a obra, ou a pessoa, de Santo Agostinho, apenas faz uso de uma de suas passagens para ilustrar seu argumento em desfavor ao essencialismo linguístico. A imagem essencialista da linguagem é, para a maior parte da humanidade, a maneira natural de pensar sobre a natureza linguística. Além do mais, exhibe as raízes da concepção filosófica acerca do significado de uma palavra; sendo, portanto, uma das fontes de equívocos sobre o funcionamento da linguagem, nos quais, grande parte dos filósofos incorreram.

167. É com a concepção essencialista da linguagem que os filósofos se envolvem, e que os faz buscar a essência da proposição, para compreender a essência da linguagem. Esta essência deveria expressar a forma geral e universal da linguagem e que, portanto, explicaria o funcionamento exato e definitivo da linguagem. No entanto, Wittgenstein alerta que o essencialismo linguístico não passa de uma ilusão gerada por uma má compreensão do funcionamento da linguagem. O que nos confunde é a aparente uniformidade das palavras, quando estas nos são ditas, ou quando com elas nos defrontamos na escrita. Pois seu *emprego* não nos é tão claro. E especialmente não o é quando filosofamos¹⁰⁶. Ou seja, é principalmente quando filosofamos que nos deixamos levar pela aparente uniformidade das palavras, e passamos a acreditar que todas podem ser *explicadas* da mesma maneira. Contudo, o insucesso de não alcançar a explicação universal demonstra a insuficiência da consideração de que o significado se constitui na relação entre palavras e objetos, e da metodologia de perguntar pelo “quê” significa um termo linguístico, em vez de perguntar pela explicação do mesmo.

168. Perguntas como: “O que significa esta palavra?” nos convida a pensar a linguagem abstraíndo-a de seu uso cotidiano e, portanto, formar uma falsa imagem de como ela funciona. Quando fazemos este tipo de pergunta temos uma ideia particular da forma de resposta necessária, que está ligada à definição ostensiva e à ideia de apontar para *o que* é significado por uma palavra. Entretanto, Wittgenstein defende que é o *uso* de uma palavra que mostra seu significado, e não um objeto que pode ser apontado. Uma mesma palavra pode exercer, na

¹⁰⁵ IF, § 1

¹⁰⁶ IF, § 11

comunicação, funções completamente diferentes. Por isto, colocar todas as palavras em um mesmo esquema explicativo não acrescenta em nada na busca para estabelecer uma característica comum, que poderia ser identificada como a essência do significado.

169. Contra a visão essencialista da linguagem, e evitando uma abordagem dogmática, Wittgenstein afirma que o significado da linguagem se origina em um uso comum e que, por isso, é dependente desse uso comum das palavras, que acontece dentro de jogos de linguagem. Seu objetivo é abalar a ideia de que a essência de palavras é nomear coisas, e a concepção de que frases nomeiam fatos, cuja essência deve ser afirmativa. Segundo Wittgenstein, o que leva a tais conclusões é, mais uma vez, um equívoco gerado pela má compreensão do funcionamento da linguagem, somado à ânsia filosófica por generalização e ao desejo de explicação.

170. O objetivo de Wittgenstein, com os jogos de linguagem, era a solução, ou melhor, a dissolução dos problemas filosóficos, através do esclarecimento do funcionamento da linguagem. Diante do exposto, é possível conceber que a realocação da ostensão, traçada por Wittgenstein, ocorreu em vias do uso do conceito como uma regra da gramática que, assim apresentada, estabelece um padrão de correção, do uso da palavra, e não um critério de verdade que participa de uma estrutura inquestionável. Com essa mudança, na forma de usar a ostensão, compreendemos melhor sua funcionalidade bem como suas aplicações. Evitamos, assim, muitas confusões linguísticas e filosóficas.

171. No próximo capítulo veremos, mais detalhadamente, que ao abandonarmos a busca por uma explicação universal da linguagem e do processo de significação (que poderia elucidar todo o funcionamento da linguagem através de uma teoria semântica sistemática), podemos ver com maior clareza que a linguagem comporta uma multiplicidade de usos que não podem ser reduzidos a um único uso. O funcionamento da linguagem deve ser esclarecido tendo sempre em vista as múltiplas e variadas atividades linguísticas. É a partir dessa multiplicidade e variedade que os jogos de linguagem compreendem o funcionamento da linguagem, de maneira não dogmática, nem sistemática, mas fluída. No que segue, todos estes pontos são abordados a partir da problemática de saber o que são os jogos de linguagem.

2. O QUE SÃO OS JOGOS DE LINGUAGEM?

172. No capítulo anterior mostramos para onde apontam os jogos de linguagem, de Wittgenstein. Esta primeira discussão serviu para contextualizar ou, como dissemos, para pavimentar as demais discussões, uma vez que ela apresenta o cenário de onde o conceito de Wittgenstein emerge. Isto posto, a proposta do segundo capítulo é dar sequência no debate, sobre o conceito de jogos de linguagem, a partir da segunda questão mencionada na introdução da pesquisa, qual seja: “O que são os jogos de linguagem?”, com vistas a apresentar o conceito em questão.

173. Veremos que se trata de uma apresentação por exemplificação, a qual funciona como um exercício de treinar regras para, com isso, desenvolver hábitos e habilidades. O hábito ou habilidade que Wittgenstein deseja treinar, ainda que vinculado à questão do significado, modificou-se da visão compartilhada pelo *Tractatus*, uma vez que a nova proposta tende a evitar a generalização e a procura pela essência de uma linguagem completamente descrita, em uma definição única e geral. Em consequência disso, nos deparamos com a dificuldade de encontrar, nos textos de Wittgenstein, uma definição exata, completa e definitiva do que são os jogos de linguagem, pois, de fato, não era esse o objetivo do autor.

174. Por outro lado, se entendemos a mensagem de Wittgenstein, ao buscarmos pela significação de ‘jogos de linguagem’, buscaremos, então, pelo seu uso e não, necessariamente, por uma definição, verbal ou ostensiva, que seja única e definitiva, *i.e.*, de acordo com os moldes do essencialismo linguístico. E os usos que compõem o significado da linguagem ocorrem em várias situações e casos da vida humana. Isto aclara a importância da exemplificação, enquanto método, e a genialidade de Wittgenstein ao estabelecer a analogia da linguagem com os jogos. Trabalhar com a exemplificação foi o método escolhido (entre muitos outros métodos que a filosofia dispõe¹⁰⁷) pelo autor da principal obra da nossa pesquisa: as *Investigações Filosóficas*.

175. Nas *Investigações*, Ludwig Wittgenstein apresenta o conceito de *Jogos de Linguagem* como uma possível resposta à questão “O que é o significado?”. Caberia a este capítulo dizer *o que são* os jogos de linguagem para, então, conhecermos o que o autor entende como o significado da linguagem. No entanto, o modo peculiar como Wittgenstein responde à questão não ocorre de maneira a fornecer uma definição essencialista do que são os jogos de linguagem, mas ocorre, podemos dizer, como uma postura de recusa da própria questão¹⁰⁸.

¹⁰⁷ IF §133

¹⁰⁸ IF §47.

Isto é, uma recusa em responder questões que, para ele, não são questões razoáveis. Um exemplo disso seria a questão: “o que é o significado?”.

176. Ora, Wittgenstein não responde, dentro de um padrão teórico, o que são os jogos de linguagem, pois é justamente com essa forma de fazer filosofia que ele está tentando romper, na qual cada palavra corresponde a um objeto e cada conceito possui uma definição única. No entanto, dizer que não há uma resposta teórica sobre o que são os jogos de linguagem não é o mesmo que dizer que não há resposta alguma para esta questão. Wittgenstein, ao questionar o próprio fazer filosófico, abandona a perspectiva essencialista do significado e adota uma perspectiva que volta o olhar para os exemplos, as semelhanças e as diferenças dos usos linguísticos. Sua perspectiva pode ser vista, em certa medida, como não teórica. Ou seja, a forma de pensar a filosofia e de definir conceitos, a partir dos jogos de linguagem, está ancorada em uma perspectiva anti-teórica e anti-dogmática. Consequentemente, Wittgenstein não oferece concepções exatas e definitivas dos seus conceitos, nem propõe verdades nas suas definições. O que ele propõe é um estudo das semelhanças e diferenças por meio de exemplificações.

177. Dito de outra forma, Wittgenstein visa romper com a tendência de responder perguntas do tipo (O que é o significado?; O que é um jogo de linguagem?; O que é o número dois? etc...). Este tipo de pergunta, ressalta Wittgenstein, torna turva a visão e não nos permite perceber como a linguagem, de fato, funciona¹⁰⁹. Wittgenstein adverte que a própria solicitação de uma definição exata e definitiva do conceito de jogos de linguagem, está, ela mesma, imbuída nos fundamentos da concepção agostiniana da linguagem.

178. No primeiro capítulo destacamos que esta concepção foi apontada e veemente criticada por Wittgenstein, principalmente nas *Investigações* e no *Caderno Azul*. A noção de jogos de linguagem cristalizou o abandono do atomismo lógico do *Tractatus*¹¹⁰, herdado da imagem agostiniana. E os objetos simples, até então necessários para formarmos proposições dotadas de sentido, foram substituídos por modelos empregados segundo regras da gramática¹¹¹. Por oportuno, se Wittgenstein determinasse um conceito preciso para o termo ‘jogo de linguagem’ estaria, com isso, caindo no mesmo essencialismo que ele tanto criticou. Permanecendo preso à mesma estrutura inquestionável, denunciada no capítulo 1. Por outro lado, não ter um conceito preciso de jogo de linguagem não significa o mesmo que não ter conceito algum. Pode-se dizer que se trata de um conceito com contornos imprecisos¹¹².

¹⁰⁹ DONAT, 2008, p.34

¹¹⁰ CHAUVIRÉ, 1989, p.90

¹¹¹ CHAUVIRÉ, 1989, p. 87

¹¹² IF §71

179. Tendo isso em vista, parece interessante, antes de abordarmos o conceito de jogos de linguagem, lembrarmos aqui qual é o nosso modo de abordagem. Ter claro qual é o modo de abordagem exige a compreensão de um ponto muito importante, qual seja, entender porque *não podemos* dar uma definição, do tipo essencialista, ao conceito de jogos de linguagem, nem reconhecê-lo como sendo o elemento fundamental de um sistema teórico filosófico. Para argumentar em nosso favor, citamos o que Rush Rhees escreve no Prefácio da obra *The Blue and Brown Books*:

Quando o *Brown Book* fala de diferentes jogos de linguagem como “sistemas de comunicação” (Systeme menschlicher Verständigung), não se trata simplesmente de notações diferentes. Introduce-se, assim, uma noção de compreensão, e da relação entre compreensão em linguagem. Wittgenstein insiste no fato de a “compreensão” não ser uma coisa única; ela é de espécies tão diferentes quanto os próprios jogos de linguagem. Poderíamos daí concluir que, quando imaginamos diferentes jogos de linguagem, não estamos a imaginar partes ou partes possíveis de um sistema geral da linguagem¹¹³.

180. Por isso, não parece prudente ler a obra de Wittgenstein buscando por elementos tais como um *sistema filosófico*, ou um uso do conceito de jogo de linguagem como um *conceito chave que sustenta toda uma teoria* do significado. Afinal, são esses os tipos de elementos criticados e abandonados por Wittgenstein. Tampouco devemos buscar, nas passagens das *Investigações*, afirmações que descrevem, por completo, o que é o conceito de jogo de linguagem. Na tentativa de apreender a mensagem de Wittgenstein devemos levar a sério a orientação que o autor apresenta, no prefácio das *Investigações*, onde encontramos a seguinte passagem: “As anotações filosóficas deste livro são, por assim dizer, uma porção de esboços de paisagens. (...) Assim, este livro é, na verdade, apenas um álbum”¹¹⁴.

181. Diante desta afirmação, parece crucial ler as *Investigações* tratando-as como *meras* investigações filosóficas, não como uma eloquência de cunho teórico dogmático. Pensar os jogos de linguagem a partir de uma visão essencialista não nos deixa em melhor posição do que a imagem agostiniana da linguagem. Em vez de buscarmos elementos afirmativos, componentes de um sistema formal, que fundamentam uma teoria (os quais podemos chamar de elementos essencialistas), melhor seria, de acordo com a orientação de Wittgenstein, ler a

¹¹³ When the Brown Book speaks of different language games as “systems of communication”(…), these are not just different notations. And this introduces a notion of understanding, and of the relation of understanding and language. Wittgenstein insisted that ‘understanding’ is not one thing; it is as various as the language games themselves are. Which would be one reason for saying that when we do imagine different language games, we are not imagining parts of any general system of language. (Rush Rhees, Prefácio The Blue and Brown Books, p. ix, 1960.)

¹¹⁴ IF, Prefácio.

obra como um álbum de família procurando pelas semelhanças e diferenças que os membros familiares possuem entre si. “Reconhecemos que aquilo que chamamos de ‘frase’, ‘linguagem’, não é unidade formal que me apresento, mas a família de estruturas mais ou menos aparentadas entre si”¹¹⁵.

182. Logo, aquele que entender o que pretende ser dito neste capítulo, perceberá que a *impossibilidade* de dizer o que é, em essência, um jogo de linguagem é uma *impossibilidade* gramatical. Por isso a abordagem do conceito não será epistêmica, nem lógica, tampouco ontológica, e sim gramatical.

Nossa consideração é, por isso, gramatical. E esta consideração traz luz para o nosso problema, afastando os mal-entendidos. Mal-entendidos que concernem ao uso das palavras; provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes domínios da nossa linguagem. Muitos deles são afastados ao se substituir uma forma de expressão por outra¹¹⁶.

183. Assim, partindo de uma abordagem gramatical, no que segue apresentamos pontos importantes do pensamento de Wittgenstein. Pensamento este que é exposto pelo autor de maneira, aparentemente, não sistemática, se o que se espera é uma sistematização teórica-filosófica, esquadrihada pela concepção agostiniana da linguagem. A dificuldade de encontrar ou traçar um fio condutor, na argumentação das *Investigações Filosóficas*, conduz o leitor a um parecer apressado de que a obra seria uma *apresentação desordenada* de ideias e, por este motivo, de difícil compreensão.

184. Ora, mesmo não sendo o caso de uma apresentação desordenada de ideias, há de se reconhecer que a ordenação, entre os temas apresentados, não está totalmente clara e que esta característica realça o caráter complexo que assume a leitura das *Investigações*. Em decorrência disto verificou-se, então, a conveniência de conduzir o estudo de acordo com uma linha dissertativa-argumentativa, cuidadosamente traçada, que possibilitasse responder, pelos menos em parte, as finalidades desta pesquisa. Portanto, o nosso cuidado, ao traçar a linha dissertativa-argumentativa, foi considerar as orientações de Wittgenstein quando, no prefácio das *Investigações Filosóficas*, afirma que:

As anotações filosóficas deste livro são, por assim dizer, uma porção de esboços de paisagens que nasceram nestas longas e confusas viagens. Os mesmos pontos, ou quase os mesmos, foram abordados incessantemente por caminhos diferentes, sugerindo sempre novas imagens. Inúmeras dessas

¹¹⁵ IF §108

¹¹⁶ IF §90.

imagens estavam mal desenhadas ou não eram características, sofrendo todas as falhas de um desenhista incompetente. E se estas fossem eliminadas, restaria um número de *imagens que, no mais das vezes retocadas, deveriam ser ordenadas de tal forma que pudessem dar ao observador um retrato da paisagem. - Assim, este livro é na verdade apenas um álbum.*¹¹⁷

185. A primeira orientação do autor, destacada na passagem acima, indica que a obra deve ser vista como um álbum que teve suas imagens ordenadas de acordo com um objetivo, uma finalidade. Sua ordenação não visa atender às demandas de um sistema teórico e, deste modo, permite que outras ordenações sejam feitas para outras finalidades. Em seguida, na intenção de tornar acessível seu pensamento, que por vezes foi “mal compreendido, mais ou menos trivializado ou mutilado”, Wittgenstein continua a orientar o leitor ressaltando que seu pensamento apenas pode ser verdadeiramente compreendido por sua oposição ao seu velho modo de pensar, isto é, tendo o *Tractatus* como pano de fundo.¹¹⁸

186. Isto posto, fica manifesto que Wittgenstein não apresentou seus argumentos de forma tradicional, e que seu estilo de escrita tornou um desafio tentar expor a suplantação do modo essencialista de conceber a linguagem pela noção de significado linguístico, proposta nas *Investigações*. Todavia, encaramos este desafio com o auxílio das orientações apresentadas que, consideradas com a devida atenção, mostram ser possível superar as dificuldades e alcançar a finalidade deste capítulo.

187. Tendo isso em vista, a primeira seção do segundo capítulo traz à baila a discussão acerca da definição dos jogos de linguagem, a partir da qual restará evidente como Wittgenstein define seu conceito de um modo diferente do essencialismo linguístico. Melhor dito, a discussão a seguir apresenta, de maneira mais detalhada, a crítica que Wittgenstein apresenta em desfavor do essencialismo linguístico quando, em um movimento de sobrepujamento do fazer filosófico adotado à época do *Tractatus*, elabora o conceito de jogos de linguagem.

188. Deste raciocínio segue-se que a crítica ao essencialismo linguístico é consequência direta daquele movimento que Wittgenstein faz na intenção de refinar o fazer filosófico, desvinculando-o da imagem agostiniana da linguagem, até então admitida como a estrutura de pensamento inquestionável, fundamentada na relação palavra/objeto. Passa-se a admitir, então, como um modo legítimo de fazer e pensar a filosofia como uma atividade terapêutica,

¹¹⁷ Prefácio das *Investigações Filosóficas*

¹¹⁸ Prefácio das *Investigações Filosóficas*

que cumpre a função de dissolver confusões linguísticas, das quais surge o sentimento de perplexidade perante questões que, por causa daquelas confusões, insistem em se apresentar ao espírito humano, como questões profundas e complexas. Questões como, por exemplo, saber “o que é o tempo?”, ou “o que é o número dois?”.

189. Se o que se pretende é evitar confusão, é melhor, de acordo com o que diz Wittgenstein na seção 38 das *Investigações*, não dizer que essas palavras denominam algo. No entanto, esquadrihada pela noção essencialista do significado, nossa tendência natural e filosófica é buscar uma definição que aponte um significado único e definitivo. Ao contrário disto, propõe Wittgenstein que a definição dos conceitos da linguagem é fornecida por um conjunto de exemplos, que elucidam as semelhanças bem como as diferenças, a partir do qual apresentam-se as regras que normatizam o uso, isto é, o significado do conceito em questão. Essas regras estão patentes no cotidiano da vida humana.

190. Para fortalecer os argumentos dos parágrafos acima, citamos o que Wittgenstein apresenta na seção 133 das *Investigações*:

Não queremos refinar ou completar de um modo inaudito o sistema de regras para o emprego de nossas palavras. Pois a clareza (Klarheit) à qual aspiramos é na verdade uma clareza completa. Mas isto significa apenas que os problemas filosóficos devem desaparecer completamente. A verdadeira descoberta é a que me torna capaz de romper com o filosofar, quando quiser. - A que acalma a filosofia, de tal modo que esta não seja mais fustigada por questões que colocam ela própria em questão. - Mostra-se agora, isto sim, um método por exemplos, e a série desses exemplos pode ser interrompida. - Resolvem-se problemas (afastam-se dificuldades), não um problema. Não há um método da filosofia, mas sim métodos, como que diferentes terapias.¹¹⁹

200. A partir desta explanação, passamos, então, à seção que aborda a questão de saber se é possível fornecer uma definição para o conceito de Wittgenstein.

2.1 Uma definição não essencialista para o conceito de *jogos de linguagem*

201. Vimos que, durante muito tempo, a filosofia buscou responder o que é o significado de uma palavra fazendo um uso privilegiado do conceito de ‘ostensão’, bem como da noção de

¹¹⁹ IF §133

‘nomear’ e ‘definir’. Neste modelo, denominado de imagem agostiniana da linguagem, a atenção da análise filosófica, acerca do funcionamento da linguagem, é centrada na relação palavra/objeto - proposição/estado de coisas. Partindo deste prisma, a argumentação desenvolvida a favor da ideia de que a *função primordial* da linguagem é nomear/referir ganha força e destaque no pensamento teórico ocidental.

201. Por consequência deste raciocínio imagina-se que, para realizar sua tarefa primordial a contento, a linguagem comum precisa, antes, ser depurada e analisada, pois os significados devem ser precisos e a cada nome da linguagem deve corresponder um ente nomeado na realidade. Feito isso, a linguagem analisada tornar-se-ia pura, cristalina e livre dos obstáculos da linguagem cotidiana, *i.e.*, da ambiguidade, da vaguidade, da falta de nitidez e falta de sentido.

202. Contrapondo-se fortemente a esta ideia de *purificação* da linguagem comum, Wittgenstein é tático e franco ao declarar que “nós não aspiramos a um ideal: como se nossas frases habituais e vagas não tivessem ainda um sentido totalmente irrepreensível e como se tivéssemos primeiramente de construir uma *linguagem perfeita*”¹²⁰. Para fortalecer seu posicionamento, Wittgenstein considera que “onde há sentido, deve existir *ordem perfeita*. Portanto, a ordem perfeita deve estar presente também na frase mais vaga”¹²¹.

203. No intuito de desenvolver esta argumentação, Wittgenstein apresenta uma objeção, possível de ser colocada, de que “o sentido da frase pode deixar em aberto isto ou aquilo, mas a frase deve ter um sentido determinado”. Por oportuno, a resposta de Wittgenstein é dada em termos de que: “um sentido indeterminado não seria propriamente sentido nenhum. Tal como uma delimitação imprecisa, não é propriamente nenhuma delimitação”¹²². Com isto, o autor torna notável o cuidado que devemos ter ao usar, no processo de significação linguística, a noção de ideal, uma vez que, o uso equivocado do termo pode conduzir ao erro. Nas palavras de Wittgenstein:

Pois pode parecer como se, em lógica, falássemos de uma linguagem ideal. Como se nossa lógica fosse uma lógica, por assim dizer, para o vazio. Ao passo que a lógica não trata da linguagem - ou do pensamento - no sentido em que uma ciência natural trata de um fenômeno natural e no máximo pode-se dizer que construímos linguagens ideais. Mas aqui a palavra "ideal" induz a erro pois soa como se estas linguagens fossem melhores, mais completas que nossa linguagem cotidiana; e como se fosse necessário um lógico para mostrar finalmente aos homens que aparência deve ter uma frase correta¹²³.

¹²⁰ IF §98

¹²¹ IF §98

¹²² IF §98

¹²³ IF §81

204. O autor reforça seu argumento, salientando que, da circunstância de exigir que a frase ou a palavra, da qual trata a análise lógica filosófica, deve ser algo puro e rigorosamente destacado, decorrem equívocos e confusões linguísticas que, por sua vez, podem resultar em perplexidades filosóficas. Isto porque, “se acreditamos que devemos encontrar uma ordem, a ideal, na linguagem real, ficaremos insatisfeitos com aquilo que na vida cotidiana se chama ‘frase’, ‘palavra’, ‘signo’”¹²⁴.

205. A insatisfação, comentada nesta passagem, ilustra um exemplo de perplexidade decorrente da exigência lógica, que acompanha a análise filosófica, e nos faz quebrar a cabeça na busca pela essência do verdadeiro signo. O que, segundo Wittgenstein, dificulta o entendimento de que

precisamos nos ater às coisas do pensamento cotidiano e não cair no mau caminho onde parece que devemos descrever as últimas sutilezas, o que não podemos fazer com os meios que possuímos. (...) Quanto mais exatamente consideramos a linguagem de fato, tanto maior torna-se o conflito entre ela e nossas exigências. (A pureza cristalina da lógica não se entregou a mim, mas foi uma exigência.) O conflito torna-se insuportável; a exigência ameaça tornar-se algo vazio.¹²⁵

206. O modo de filosofar acerca do funcionamento da linguagem, defendido por Wittgenstein, propõe, por sua vez, exatamente o uso da linguagem comum como o antídoto para as confusões linguísticas e filosóficas, uma vez que, segundo ele, a linguagem do dia a dia está em perfeita ordem¹²⁶ e seu emprego, a partir de regras, mostra-se mais produtivo para a comunicação humana do que o emprego de um sistema linguístico determinado por regras rígidas e fixas. Regras rígidas e fixas não têm, por sua própria natureza gramatical, a fluidez natural que toda a nossa comunicação precisa.

207. Regras rígidas são empregadas na tentativa da construção de uma linguagem ideal e, como pontuamos acima, a palavra ‘ideal’ induz ao erro, pois soa como se linguagens construídas desta forma fossem melhores, e mais completas, que a nossa linguagem cotidiana¹²⁷. Prudente salientar que Wittgenstein não abandona o conceito de ideal, o que ele faz é questionar o papel que a noção de ‘ideal’ possui nas considerações sobre a linguagem. Em outros termos, ele questiona o que, e em quais casos, há *ganho* com o emprego de uma linguagem ideal.

¹²⁴ IF §105

¹²⁵ IF §98, 99, 105, 106 e 107.

¹²⁶ IF §98

¹²⁷ IF §81

208. Para aclarar o assunto, e abrir passagem para a nova concepção da linguagem, Wittgenstein seguiu por um caminho que o levou a uma impiedosa autocrítica, a qual mostrou que a função da linguagem não é, somente, afirmar proposições acerca do mundo e de tudo o que é o caso, como ele havia defendido no *Tractatus*. Mostrou que podemos contar com a linguagem comum, pois ela é um tipo de ação, uma atividade, um comportamento, *i.e.*, uma forma de vida. Não se trata apenas da ação de emitir sons ou de mover, com a mão, uma caneta sobre o papel. Mas de se portar perante a vida.

209. Em outras palavras, dominar uma linguagem é dominar uma técnica, isto é, saber aplicar a linguagem dos cálculos, caso trabalhe com números; ou, caso seja dentista, ter desenvolvido a habilidade de compreender, e empregar, a linguagem e as técnicas cotidianas de, por exemplo, saber lidar com um extrator ortodôntico, ou ter a habilidade de saber como agir perante uma afirmação do tipo “meu terceiro dente do canto superior esquerdo está doendo”. Em outros casos, saber explicar para que serve e como funciona um extintor, caso domine a linguagem sobre a prevenção de incêndio. No mesmo caminho, não conhece o significado da expressão “Kamehameha” aquele que nunca assistiu o anime Dragon Ball; do mesmo modo, quem não conhece as técnicas do Ballet Clássico, não sabe o que fazer com os comandos “execute a sequência em adágio” ou “fique em Demi-plié”, além de não mensurar a dificuldade de realizar um Cambré Arqueado para trás.

210. Prudente destacar que, com os exemplos citados, não estamos chamando atenção para a habilidade de usar objetos, e sim para a habilidade de conhecer significados, *i.e.*, usos de um termo. O que quer dizer que para saber usar um termo, ou uma linguagem, é necessário estar envolvido com a prática de uso deste termo, ou desta linguagem. Se não estou acostumado a medir a temperatura em graus Fahrenheit, esta indicação de temperatura não me ‘diz’ nada, já que não domino essa linguagem¹²⁸. Do mesmo modo que alguém, por não dominar a linguagem e a técnica de ver se as velas do carro estão em boas condições, pode vir a ser enganado por um Mecânico que, ao constatar as boas condições das mesmas, afirma que elas precisam ser trocadas. Este pode, ainda, encenar comportamentos familiares de quem troca as velas do carro, quando de fato não o faz. Isso tudo reitera o fato de que os jogos de linguagem voltam a atenção para a diversidade da ação e do comportamento humano.

211. Como efeito desta reviravolta, na atenção da análise filosófica, o primado da tentativa de construir uma linguagem ideal, mais clara e definida que a linguagem ordinária (bem como o da tradição filosófica, preocupada com a construção de sistemas que revelam ou desvelam a realidade, em sua essência última) é abalado. Wittgenstein dispensa a exigência *da pureza*

¹²⁸ IF §508

crystalina da linguagem, moldada logicamente, e reconhece ser preciso uma consideração gramatical para acabar com a maioria dos mal-entendidos filosóficos. Ao passo que, se insistirmos na busca de uma definição exata e definitiva, de acordo com os padrões agostinianos, para os jogos de linguagem podemos, então, incorrer em um exemplo de mal-entendido.

212. A consideração gramatical supramencionada é fornecida, nas *Investigações*, em cada exemplo de Wittgenstein, que nos chama atenção para *como* usamos a linguagem, sem precisar pensar que ela expressa uma proto-teoria. “Não pense, mas olhe!”¹²⁹. Quando pensamos filosoficamente sobre a linguagem, tendemos a procurar por um elemento comum, presente em todas as ocorrências de um conceito. Esta procura nada mais é que uma busca metafísica. Porém, quando olhamos simplesmente para o funcionamento da linguagem, no dia a dia, podemos perceber que não há, necessariamente, algo comum e fundamental a tudo o que chamamos linguagem. Antes há semelhanças e parentescos, tal como nas semelhanças de família¹³⁰. Afirmar Wittgenstein:

Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que com a expressão ‘semelhanças de família’; pois assim se envolvem e se cruzam as diferentes semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, o andar, o temperamento, etc., etc. - E digo: os ‘jogos’ formam uma família. E do mesmo modo, as espécies de número, por exemplo, formam uma família. Por que chamamos algo de ‘número’? Ora, talvez porque tenha um parentesco – direto – com muitas coisas que até agora foram chamadas de número; e por isso, pode-se dizer, essa coisa adquire um parentesco indireto com outras que chamamos também assim. E estendemos nosso conceito de número do mesmo modo que para tecer um fio torcemos fibra com fibra. E a robustez do fio não está no fato de que uma fibra o percorre em toda sua longitude, mas sim em que muitas fibras estão trançadas umas com as outras.¹³¹

213. O mesmo raciocínio, contido nesta passagem, é encontrado na ideia de Wittgenstein de que “a palavra deve ter uma família de significações”¹³², na qual cada significação faz parte do significado da palavra, ou seja, de sua definição. Essa família de significações é composta pelos vários usos, em vários contextos, assim como a fibra é composta pelos vários fios que a entrelaçam. E aqueles usos aumentam e diminuem, em quantidade, conforme o fluxo da vida vai passando. Assim também ocorre com os fios da fibra, que vão se desgastando com o tempo e solicitando novos fios. Para uma breve ilustração, podemos recorrer ao exemplo da

¹²⁹ IF §66.

¹³⁰ IF §66.

¹³¹ IF §67.

¹³² IF §77

palavra ‘vão’, e ao fato de que podemos empregá-la em, no mínimo, dois casos distintos: (i) “esse vaso de flor é para decorar o *vão* da escada” e (ii) todo esse trabalho foi em *vão*”. Além desta, a maioria das palavras, da nossa linguagem, não têm um significado estrito, uma vez que possuem usos diferentes. Wittgenstein exemplifica este ponto da seguinte maneira:

É como se olhássemos a cabina do maquinista de uma locomotiva: lá estão alavancas de mão que parecem mais ou menos iguais. (Isto é compreensível, pois elas devem ser todas manobradas com a mão.) Mas uma é a alavanca de uma manivela que deve ser continuamente deslocada (ela regula a abertura de uma válvula); uma outra é a alavanca de um interruptor que tem apenas duas espécies de posições eficazes, ela é abaixada ou levantada; uma terceira é a alavanca de um freio, e quanto mais forte for puxada, tanto mais fortemente freia; uma quarta, a alavanca de uma bomba atua apenas quando movida para lá e para cá.¹³³

Perceber o aspecto amplo e fluido, do funcionamento da linguagem, foi o que levou Wittgenstein a reconsiderar muitas de suas ideias iniciais.

214. Feitas estas considerações, conduzimos a pesquisa para a discussão da nova proposta de linguagem, defendida por Wittgenstein, a partir do esclarecimento de não ser apropriado tentar dar um significado, aos moldes agostinianos, aos conceitos da linguagem. No entanto, dizer de um conceito que ele não possui uma definição essencialista não implica dizer que o mesmo não possui definição alguma.

215. Importante lembrar aqui do primeiro momento da pesquisa, em que mostramos quais as implicações problemáticas da imagem essencialista, ou agostiniana, da linguagem. Agora, pois, buscamos mostrar que a compreensão do conceito de jogos de linguagem depende, em certa medida, de compreendermos como Wittgenstein usou este conceito. Veremos, então, que o conceito foi usado a partir da consideração de suas regras fluídas, e não como a forma geral da linguagem.

216. Por consequência, dar um significado único e definitivo aos jogos de linguagem é ir de encontro com a proposta wittgensteiniana, que visa ser aberta, ampla e fluída. Desta forma, não podemos definir jogos de linguagem, a partir da perspectiva essencialista, em um conceito fechado, restrito e rígido. Apesar disso, podemos, de outra forma, fornecer um significado que não seja definitivo e que, nem por isso, não sirva como uma definição válida e legítima. Pode-se buscar por uma definição, a partir de uma família de significações, ou a partir da descrição de jogos de linguagem. Por exemplo, na §67 do *Brown Book* Wittgenstein afirma: “Não seria agora difícil descrever jogos de linguagem com expressões como ‘daqui a cinco

¹³³ IF §12

minutos’, ‘há meia hora’”¹³⁴ para, com isso, descrever jogos de linguagem empregados por quem saber usar um relógio.

217. Wittgenstein, conquanto, ressalta que devemos ter certo cuidado ao usarmos a palavra ‘descrever’. Na §290 das *Investigações* ele destaca: “Digo: ‘descrevo meu estado de alma’ e ‘descrevi meu quarto’. É necessário evocar as diferenças dos jogos de linguagem”¹³⁵. Essas diferenças devem ser percebidas, inclusive, na descrição do próprio conceito de jogo de linguagem. Por isso, na seção seguinte ele esclarece: “O que chamamos de ‘descrições’ são instrumentos para empregos especiais. (...) Pensar em uma descrição como uma figura verbal dos fatos tem algo de enganador”¹³⁶. Por isso, ao “Descrever meu estado de alma (o medo, por exemplo): faço-o num determinado contexto”¹³⁷. Da citação decorre que o contexto interfere no uso e, portanto, deve ser considerado quando o que se almeja é evitar enganos.

218. Wittgenstein descreve jogos de linguagem não como quem descreve um quarto, mas como quem fornece um modelo de significação. Estes modelos não são, eles mesmos, apresentados e explicados, antes, são eles os meios de apresentação ou de descrição (*Mittel der Darstellung*)¹³⁸. Wittgenstein enfatiza que o objetivo de descrever jogos de linguagem não é construir, progressivamente, os processos reais da fala ou do pensamento, mas apenas fornecer um objeto de comparação para o caso em particular¹³⁹. Vejamos o que diz o prefácio dos cadernos, marrom e azul: “Quando descrevo certos jogos simples de linguagem, não o faço com o propósito de construir gradualmente, a partir deles, os processos da nossa linguagem desenvolvida – ou do pensamento. Limito-me a expor os jogos tal como são, e a deixá-los lançar a sua luz sobre os problemas particulares”¹⁴⁰.

219. Quando descrevemos os usos de uma palavra não estamos, com isto, fazendo semântica “científica”, senão simplesmente tomando a ação da fala como um modo de vida. Se empregarmos os jogos de linguagem como modelo de significação, evitamos a pergunta filosófica pelo significado. Esta pergunta parece ter uma resposta misteriosa, algo como a busca por uma substância envolta por um halo¹⁴¹. Wittgenstein, ao contrário, retira o

¹³⁴ “It would be easy now to describe language games with such expressions as ‘in five minutes’, ‘half an hour ago’”. Brown Book §55.

¹³⁵ IF §290

¹³⁶ IF §291

¹³⁷ IF Parte II, p. 188

¹³⁸ IF §50

¹³⁹ B&H, 2005. p. 58

¹⁴⁰ “When i describe certain simple language games, this is not in order to construct from them gradually the processes of our developed language – or thinking. I simply set forth the games as what they are, and let them shed their light on the particular problems.” (TA). *Blue and Brown Book*, prefácio.

¹⁴¹ IF §117

significado linguístico do céu metafísico, trazendo-o para a terra firme e, com isso, “reconduz as palavras do seu emprego metafísico para o seu emprego cotidiano”¹⁴².

220. A perspectiva dos jogos de linguagem auxilia nesta recondução quando, a partir deste prisma, o que se vê são atividades e reações. Não há mais uma preocupação com a forma geral da proposição que teria, ela somente, o papel de comandar a linguagem. Como se a proposição fosse aquilo que sustenta tudo com o seu valor de verdade. No lugar da unidade formal, Wittgenstein sugere que vejamos, nas sentenças, as famílias de estruturas aparentadas entre si, as quais podem ser descritas, mas não elucidadas.

221. Não há teoria nas *Investigações Filosóficas*, mas há o propósito de mostrar que a linguagem deve ser vista como um comportamento, em que falar é uma forma, entre as formas possíveis, de agir sobre o meio. “O termo ‘jogo de linguagem’ deve, aqui, salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”¹⁴³. Wittgenstein argumenta que, diferente do que afirmou no *Tractatus*, a realidade não é composta de objetos simples, analisáveis pelo instrumento da proposição. Se o objeto não é simples, então precisamos dispor de instrumentos múltiplos que mostrem o que está sendo dito da realidade pela linguagem. Não há mais a busca de uma linguagem ideal, uma vez que a linguagem comum está em perfeita ordem¹⁴⁴. Tampouco dependemos de uma definição lógica, ou sintática, para empregarmos um termo ou uma proposição linguística no cotidiano. Bem como, não é necessário e obrigatório estabelecer uma definição exata, e totalmente delimitada, do conceito de jogos de linguagem para entender do que ele está tratando.

222. Em virtude disso, não é apropriado perguntar “*O que é o jogo de linguagem?*” visto que, em muitos dos casos, este tipo de questão espera receber um determinado tipo de resposta, que sane totalmente as dúvidas e apresente o conceito, e todas as suas possibilidades de ocorrência, de uma vez por todas. Espera-se, por assim dizer, a apresentação da essência, de um elemento sem o qual o conceito não opera.

223. A respeito disso é importante lembrar o que Wittgenstein diz, no início do *Blue Book*, quando afirma que questões como “O que é o comprimento?”, ou “O que é o significado?”, bem como “O que é o número um?” causam-nos algo que podemos chamar de “câimbra mental” (mental cramp)¹⁴⁵. Pois, sentimos que para respondê-las deveríamos apontar para algo e, contudo, sentimos que não podemos apontar para nada. E com isso enfrentamos, o que Wittgenstein chama de uma das grandes fontes de desorientação filosófica: um substantivo

¹⁴² IF §116

¹⁴³ IF §23

¹⁴⁴ IF §81.

¹⁴⁵ BB, p 01.

nos faz procurar por algo que lhe corresponda. O erro que estamos sujeitos a cometer poderia ser expresso desse modo: “Procuramos o uso de um símbolo, mas procuramos como se ele fosse um objeto que coexiste com o signo”¹⁴⁶.

224. Este tipo de erro, afirma Wittgenstein, ocorre frequentemente na filosofia, por causa da insistente mania, alimentada pelos filósofos, de levantar interrogações sobre a natureza dos conceitos como, por exemplo, o “tempo”. Temos uma forte tendência filosófica a imaginar que existem aspectos, acerca do conceito de tempo, que estão ocultos e não conseguimos penetrar. Na §92 das *Investigações*, Wittgenstein explana este ponto da seguinte maneira: “‘A essência nos é oculta’ eis a forma que o nosso problema assume”. No entanto, nada disso acontece¹⁴⁷. Em concordância com o raciocínio de Wittgenstein, a filosofia não toma, como sua, a pretensão de conhecer novos fatos sobre os objetos, dado que todos os fatos que nos interessam estão expostos perante nós. A vida em comunidade os expõe a todo momento. Mas, mesmo assim, o uso do *substantivo* “tempo” nos confunde¹⁴⁸.

225. Isso porque, estamos presos na ilusão de que o peculiar, o profundo, o fundamental de nossa investigação reside no fato de ela almejar compreender a essência incomparável da linguagem¹⁴⁹, que é dada no significado dos substantivos. E é, justamente, desta ilusão que decorre a principal crítica, levantada contra os jogos de linguagem, qual seja, a de que Wittgenstein não fornece, em parte alguma da obra pós *Tractatus*, uma definição específica, que apresente o essencial/geral/absoluto, para o seu conceito. Quanto a isso, Wittgenstein declara na §65:

Aqui encontramos a grande questão que está por trás de todas essas considerações. Pois poderiam objetar-me: “Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é o essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem ou partes da linguagem. Você se dispensa pois justamente da parte da investigação que outrora lhe proporcionou as maiores dores de cabeça, a saber, aquela concernente à forma geral da proposição e da linguagem”. E isso é verdade. - Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra, - mas sim que estão aparentados uns com os outros de muitos

¹⁴⁶ “We are looking for the use of a sign, but we look for it as though it were an object *co-existing* with the sign” (Blue Book, p5)

¹⁴⁷ BB, p. 01

¹⁴⁸ BB, p. 6

¹⁴⁹ IF §97.

modos diferentes. E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamamo-los todos de “linguagens”¹⁵⁰

226. Essa objeção, a qual Wittgenstein aceita e concorda, recebe comentários apropriados nas *Investigações*, e pelas *Investigações*. Nas *Investigações* uma vez que, nesta obra, o lugar único e privilegiado, ocupado pela proposição, cede vez à multiplicidade dos jogos de linguagem, tão diversos e numerosos que não encontramos um modo de classificar, efetivamente, as funções e usos da linguagem. Isso fica evidente no conjunto de exemplificações variadas, de caráter natural e imaginário, fornecido por Wittgenstein. E pelas *Investigações* já que a forma como a obra foi escrita pode, ela mesma, ser interpretada como uma ação crítica à visão agostiniana da linguagem. O fato de Wittgenstein não propor, em sua obra, uma teoria da linguagem, cujo critério seja o conceito de jogo de linguagem, somado ao estilo literário do livro corroboram com o raciocínio crítico do autor.

227. Se, por um lado, Wittgenstein não fornece uma definição analítica e definitiva dos jogos de linguagem, por outro lado, ele apresenta uma definição por semelhanças de família. Semelhança de família é uma forma de definição dos conceitos, em que não se busca pela essência comum a todas as ocorrências. É preciso ver os usos particulares sem pretender que a noção de jogo de linguagem seja uma espécie de fio que percorre toda a linguagem e, com isso, dá conta dela por completo. A analogia da linguagem com os jogos é, justamente, uma defesa contra a busca de um sistema que responda pela complexidade dos vários usos. Para Wittgenstein não há um fio, mas uma rede. Não há um sistema fechado, mas um panorama dado por descrições de semelhanças e diferenças entre usos. Essas diferenças que temos a tendência de não ver, ofuscados que estamos pela busca do ideal, têm, finalmente, sua visibilidade permitida pela ideia de familiaridade.

228. Wittgenstein demonstrou muito bem esse aspecto na §65 das *Investigações*, e no que seguiu dela. No diálogo didático entre o autor e o seu *interlocutor intelectualista*¹⁵¹, aquele pede que este considere os processos que chamamos de ‘jogos’ referindo-se a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, torneios esportivos, etc. No que o interlocutor questiona: “O que é comum a todos eles?”, esperando como resposta algo compartilhado por todas as ocorrências, sem o qual não se chamariam ‘jogos’. Wittgenstein responde que, se o interlocutor olhar com mais cuidado não verá, na verdade, algo comum a *todos*, mas verá

¹⁵⁰ IF §65

¹⁵¹ RYLE, 1975

semelhanças e parentescos¹⁵². Wittgenstein alerta que o olhar da filosofia não deve procurar por um aspecto essencial e comum, mas ver seu funcionamento na vida¹⁵³.

229. Wittgenstein ressalta, na §67, que no funcionamento da vida encontramos correspondência entre os jogos de cartas e os jogos de tabuleiro, mas também encontramos traços diferentes entre eles. O mesmo se dá na comparação com os jogos de bola, nos quais muita coisa comum se conserva, mas muitas semelhanças se perdem. Wittgenstein questiona, no intuito de antecipar-se frente ao seu interlocutor, se “seriam todos os jogos ‘recreativos’?”, ou seja, se o elemento de recreação poderia ser, aqui, considerado aquele comum a todos os jogos. Mas observa que, quando comparamos xadrez com jogo de amarelinha, isso não se sustenta.

230. Logo na sequência, Wittgenstein levanta outra sugestão: a de que em todos os jogos há um ganhador e um perdedor, ou seja, há uma *concorrência* entre os jogadores¹⁵⁴. O que o faz lembrar de jogos como ‘Paciência’, jogados individualmente, e a hipótese é abandonada. Mesmo nos jogos de bola em que, na maioria dos casos, temos um ganhador e um perdedor, o fato de ganhar ou perder pouco importa quando uma criança brinca de atirar a bola na parede fazendo, com isto, desaparecer o traço dito comum, tornando a hipótese insustentável. E ainda que possamos reconhecer o papel que a *habilidade* desempenha nos jogos, precisamos admitir a grande diferença que há entre ter habilidade no jogo de xadrez e ter habilidade no jogo de tênis¹⁵⁵.

231. Como lhe é característico, Wittgenstein leva seu exemplo ao extremo e pede para pensarmos, agora, nas brincadeiras de roda: na maioria delas o elemento ‘divertimento’ está presente, mas quantos dos outros traços característicos dos demais jogos desapareceram? E assim, afirma, podemos percorrer muitos e muitos outros grupos de jogos e ver semelhanças surgirem e desaparecerem. “E tal é o resultado desta consideração: vemos uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. Semelhanças de conjunto e de pormenor”¹⁵⁶.

232. Ao tornar patente essa rede de usos das palavras e sentenças - os seus contextos e suas situações - a perplexidade filosófica (que inquieta o espírito humano com questionamentos do tipo: “O que é o significado?”, “O que é o número um?”, “O que é o tempo?”) tende a se dissolver, desaparecendo por completo. A dificuldade que surge envolve reconhecer, como

¹⁵² IF §65

¹⁵³ IF §66

¹⁵⁴ IF §66

¹⁵⁵ IF §66

¹⁵⁶ IF §67

legítimo, o modo de definição por apresentação de semelhanças de família, visto que os filósofos, via de regra, não se satisfazem com essas apresentações por acreditarem que a filosofia tem uma missão mais sublime. Porém, ressalta Wittgenstein, os filósofos deveriam abster-se de interferir no uso normal da linguagem, e deixar tudo tal como está. “A filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo. Pois também não pode fundamentá-lo”¹⁵⁷.

233. À filosofia é aberta à possibilidade de descrever os usos da linguagem, tendo em vista certos propósitos específicos que, segundo Wittgenstein, são terapêuticos, *i.e.*, acalmam o vício metafísico da fundamentação gramatical o qual, muitas vezes, separa coisas unidas (na gramática, não na realidade) para, com isso, criar uma teoria a fim de uni-las (na realidade, não na gramática). Desta perspectiva, o ato de descrever não está, necessariamente, visando uma ação assertiva que deseja informar um estado de coisas no mundo, ou um estado anímico da alma. A descrição pode servir a diversos tipos diferentes de propósitos específicos na definição da linguagem.

234. Para tanto, é necessário treinar o olhar do filósofo para fazer ver o processo de significação linguística de um *outro* modo, acentuando ora um aspecto ora outro, sem a pretensão de encerrar a questão. Se a atenção filosófica for ajustada para olhar o funcionamento da linguagem onde ele, de fato, ocorre, *i.e.*, na vida cotidiana, estaremos, então, isentos de definir, a partir do método essencialista, *o que são os jogos de linguagem*, ou *o que é o tempo*, ou *o que é o número um*, etc.

235. Em virtude disto, a filosofia pode, então, conceber como satisfatória e legítima uma definição dada por semelhanças de família. Ou seja, uma definição fornecida a partir de uma família de significações, sem ficar dependente de um significado definitivo, encerrado em uma referência. Mesmo porque, não é possível encerrar os vários aspectos gramaticais em um aspecto somente. Da mesma sorte, não é possível encontrar, para todos os casos de significação, um critério único e delimitado, nem significar todas as palavras apenas pela relação de nomeação.

236. Nas §68 e §69, das *Investigações*, Wittgenstein argumenta que podemos dar a um termo limites firmes, isto é, usá-lo com o propósito específico de designar um conceito firmemente delimitado. Mas, por outro lado, podemos usá-lo de tal modo que a extensão do conceito não seja fechada por um limite. Em outras palavras, não é o caso de que um conceito

¹⁵⁷ IF §124

só se torna útil após uma definição estrita¹⁵⁸. Embora a delimitação exata de um conceito possa servir para casos particulares, como frequentemente ocorre na linguagem científica. Os conceitos usados pela ciência seguem uma ordem, do funcionamento da linguagem, visando uma finalidade determinada. O que quer dizer que a ciência estabelece uma ordem, dentre as muitas ordens possíveis. De acordo com Wittgenstein, não há uma ordem única e essencial para o funcionamento da linguagem¹⁵⁹.

237. Logo, é mais fácil pensar que não há uma ordem geral na linguagem, mas há a possibilidade de estabelecer uma ordem no modo como ela se apresenta a cada uso, no jogo de linguagem que participa, sem precisar chegar a um estágio final. E todas essas características, em vez de produzirem perplexidade, proporcionam serenidade. Os jogos de linguagem são formas de vida, uma práxis entre outras práxis, importando o seu papel e não sua significação última. A fixação estrita na definição de conceitos é feita em casos pertinentes, nos quais o uso especificamente delimitado é o uso adequado. Por exemplo, quando o dentista define os dentes de número 13, 14 e 15 de dentes ‘pré-molares’. Mas este tipo estrito e rígido, de fixação de sentido, não é necessário em todos os casos.

238. Wittgenstein não usa seu conceito como um substantivo, nem delimita-o como faz o dentista, porque, diferente do conceito “pré-molar”, que participa de alguns jogos de linguagem, o jogo de linguagem é, ele próprio, nosso modo de apresentação. Modo pelo qual conseguimos apresentar o conceito de ‘pré-molar’ em, *e.g.*, cursos formativos de odontologia. Podemos expressar isto da seguinte maneira: o termo, ou modelo, ‘pré-molar’ é um instrumento da linguagem pelo qual enunciamos dentes. Neste jogo, o modelo não é algo apresentado, mas um meio de apresentação¹⁶⁰. Quando o dentista denomina determinados dentes de pré-molares, com isso, ele dá a esses termos um papel em um jogo de linguagem. Nesta situação, a palavra ‘pré-molar’ não é nenhuma descrição. Descrever e denominar não se encontram num *único* nível: o denominar é uma preparação para a descrição¹⁶¹.

239. O denominar não é ainda nenhum lance no jogo de linguagem, da mesma forma que colocar uma peça de xadrez, no devido lugar do tabuleiro, não é um lance no jogo de xadrez. Pode-se dizer: ao se denominar uma coisa, nada ainda está feito¹⁶². Dito de outro modo, denominar não é um mecanismo de referência, mas uma prática de usar o nome¹⁶³. Portanto,

¹⁵⁸ IF §68 e §69

¹⁵⁹ IF §132

¹⁶⁰ IF §50

¹⁶¹ IF §49

¹⁶² IF §49

¹⁶³ B&H, 2005, p. 247

nomear não é um movimento no jogo de linguagem, mas uma preparação para fazer movimentos.¹⁶⁴ Veja que muita coisa, além de um nome, deve ser dado para que haja significado. O que precisa ser dado, junto ao nome, foi o que Wittgenstein chamou de regras. Wittgenstein não tem a intenção de definir os jogos de linguagem de forma precisa e inequívoca, como se estivesse a nomear algo. Qualquer definição já seria, ela mesma, um lance no jogo, portanto a definição por semelhanças de família, de Wittgenstein, vem da necessidade de seguir um fato de sua própria consideração gramatical. Não se trata de uma escolha pessoal. A intenção de Wittgenstein é defender que aprendemos um jogo ao aprender suas regras. Com os jogos de linguagem não é diferente. Diante disso, a próxima seção abordará a temática das regras, e o lugar que elas ocupam no pensamento do filósofo.

2.2 As regras no jogo de linguagem

240. O pensamento que acompanhou os escritos pós *Tractatus* de Wittgenstein substituiu a imagem que buscava uma linguagem ideal, a qual deveria operar melhor que a nossa linguagem ordinária, pela ideia de que o uso das palavras é normatizado por regras, as quais constituem os jogos de linguagem (“podemos dizer que o ‘xeque-mate’ *pertence* ao nosso conceito de rei do xadrez como uma parte constituinte do mesmo”¹⁶⁵). Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são *hábitos* (costumes, instituições)¹⁶⁶.

241. As palavras têm, em circunstâncias habituais, um emprego que nos é familiar¹⁶⁷. É o hábito que confere a significação determinada para cada palavra, e constitui o jogo de linguagem em questão¹⁶⁸. Aqui se expressa a reviravolta no pensamento de Wittgenstein. O interesse pela linguagem permanece, só que as considerações filosóficas levam em conta a linguagem em ação: os jogos de linguagem e suas regras *mostram* como ela funciona.

242. A discussão, desenvolvida no primeiro capítulo, mostrou que a linguagem, definitivamente, não é uma coisa morta que ganha vida por representar algo fora dela. Pelo contrário, a linguagem é uma atividade humana situada, cultural e histórica, que envolve toda uma forma de vida num movimento orgânico e vivo. Mostrou também que designar objetos é uma parte importante da linguagem, mas que ela não se reduz a isso. “Quando aprendemos o

¹⁶⁴ B&H, 2005, p. 163

¹⁶⁵ IF §137

¹⁶⁶ IF §199

¹⁶⁷ IF §349

¹⁶⁸ IF §349

significado de uma palavra muitas vezes recebemos apenas uma única regra, a saber, a definição ostensiva. Então como ocorre de, por força dessa definição, entendermos a palavra? Adivinhamos o resto das regras?¹⁶⁹”.

243. Uma criança, quando está aprendendo a falar, ainda não é capaz de entender elucidações indicativas, quando desconhece o significado, isto é, o uso da palavra que se busca elucidar. A criança aprende, junto com a linguagem, uma determinada forma de vida. Formas de vida manifestadas por regras e jogos de linguagem constituem, portanto, nosso cenário linguístico e são as categorias centrais da nova imagem de linguagem elaborada por Wittgenstein. Nas palavras de Baker e Hacker:

No lugar da concepção de que o significado das palavras é determinado por um nexos palavra-mundo, Wittgenstein agora sustenta que o significado de uma expressão é, com algumas considerações, seu uso na prática de falar uma língua. Devemos conceber palavras não como nomes de entidades, de tipos lógicos diversos, mas como ferramentas que possuem uma variedade de usos. A linguagem é uma prática pública, governada por regras, parcialmente constitutiva da forma de vida de seus falantes. O significado de uma palavra é o que é dado pela explicação desse significado, e uma explicação do significado é uma regra para o uso da palavra explicada, isto é, um padrão de uso correto. Saber o que uma palavra significa é ser capaz de usá-la de acordo com as explicações geralmente aceitas e ser capaz de explicar, adequadamente, o que significa e o que se quer dizer em um enunciado, bem como, ser capaz de responder, de forma abrangente, o seu uso por terceiros. A ideia de que a função essencial das palavras é nomear entidades e, portanto, a questão básica a ser abordada em relação a qualquer palavra é “Que nome isso tem?” ou “Que tipo lógico de entidade isso representa?”, está equivocada (TA)¹⁷⁰.

244. Tendo esse equívoco em vista, a perspectiva do funcionamento da linguagem e, por conseguinte, do fazer filosófico, explanada pelos jogos de linguagem, deve ser colocada em oposição à ideia de linguagem como *um sistema de signos significativos*, que podem ser considerados em abstração de seu emprego real, na prática da vida. Em vez de abordar a linguagem como um sistema de signos com significados específicos e uniformes, somos

¹⁶⁹ GF §26.

¹⁷⁰ In place of the conception of word-meaning as determined by a word–world nexus, Wittgenstein now holds that the meaning of an expression is, with certain qualifications, its use in the practice of speaking the language. We should conceive of words not as names of entities of various logical kinds, but as tools with a variety of quite different uses. A language is a public, rule-governed practice, partly constitutive of the form of life and culture of its speakers. The meaning of a word is what is given by an explanation of meaning, and an explanation of meaning is a rule for the use of the word explained, a standard of correct use. To know what a word means is to be able to use it in accordance with generally accepted explanations of what it means, to be able to explain appropriately what it means and what one means by it in an utterance, and to be able to respond comprehendingly to its use by others. The idea that the essential function of words is to name entities, and hence that the basic question to be addressed regarding any given word is ‘What does it name?’ or ‘What logical type of entity does it stand for?’, is misguided. (B&H, 2005, p. 15).

levados a pensar sobre ela no contexto da vida daqueles que a falam, isto é, em seu lugar natural – dentro de uma forma de vida¹⁷¹.

245. A tendência de isolar a linguagem, ou abstraí-la do contexto no qual ela funciona, está relacionada com a adoção de uma atitude teórica em relação a ela, e com o desejo de explicar como meros signos, meras marcas, podem adquirir seu extraordinário poder de significar ou representar algo. O objetivo de Wittgenstein, com os jogos de linguagem, foi mostrar que, nesse ato de abstração, estamos dando as costas a tudo o que é essencial para o funcionamento real da linguagem¹⁷².

246. Sobre este ponto, cabe apreciar o que Marie McGinn diz a respeito:

É nosso ato de abstrair a linguagem do seu emprego em nossas vidas comuns que a transforma em algo morto, cuja capacidade de representar clama por explicação. A sensação de necessidade de explicar como a linguagem (concebida como um sistema de símbolos) tem o poder mágico de representar o mundo, está, portanto, conectada com nossa falha em olhar para ela onde ela realmente funciona. Wittgenstein não se propõe a satisfazer nosso senso de necessidade de uma teoria da representação (uma teoria que explica como o signo morto adquire significado), mas a dissipar esse senso de necessidade, levando-nos a olhar para a linguagem onde ela realmente está funcionando. (TA)¹⁷³.

247. Constata-se, a partir da passagem citada, a realocação da linguagem feita por Wittgenstein, argumento defendido no capítulo 1. Abandonamos a ideia de que cada termo da linguagem possui um significado, dentro de um sistema semântico, e passamos a usar os conceitos como ferramentas, isto é, como um *procedimento* de uso de um conceito. Na realocação da linguagem, nenhuma proposição possui, por si mesma, ou por sua relação com o mundo, uma classe específica, *i.e.*: empírica, lógica, analítica ou sintética. A classe vai depender do uso, e o uso, por sua vez, das regras que o torna normativo. Consoante a isso, Wittgenstein escreve nas §11, §13 e §14 das *Investigações*:

Pense nas ferramentas dentro de uma caixa: encontram-se aí um martelo, um alicate, uma serra, uma chave de fenda, um metro, uma lata de cola, pregos e parafusos. - Assim como são diferentes a funções desses objetos, são

¹⁷¹ MARIE MCGINN, 1997

¹⁷² MARIE MCGINN, 1997

¹⁷³ It is our act of abstracting language from its employment within our ordinary lives that turns it into something dead, whose ability to represent now cries out for explanation. The sense of a need to explain how language (conceived as a system of symbols) has the magical power to represent the world is thus connected with our failure to look at it where it actually functions. Wittgenstein does not set out to satisfy our sense of a need for a theory of representation (a theory that explains how the dead sign acquires meaning), but to dispel this sense of a need through getting us to look at language where it is actually doing work. (TA) MARIE MCGINN, 1997, p.44

diferentes as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali.) (...) Quando dizemos: “cada palavra da linguagem designa alguma coisa”, com isso não se disse por enquanto *absolutamente* nada; a não ser que explicássemos, exatamente, *que* distinção desejamos fazer. (...) Imagine que alguém dissesse: “Todas as ferramentas servem para modificar alguma coisa. Assim, o martelo, a situação do prego, a serra, a forma da tábua, etc”. - E o que modificam o metro, a lata de cola, os pregos? - “Nosso conhecimento do comprimento de uma coisa, da temperatura da cola e da consistência da caixa”. Ter-se-ia ganho alguma coisa com a assimilação da expressão?¹⁷⁴

248. Defender que “todas as ferramentas servem para modificar algo” é insistir na busca de um elemento comum e essencial para a linguagem. O que não serve para os jogos de linguagem, em razão da realocação da linguagem que o conceito wittgensteiniano preconiza, o que acaba exigindo do autor uma didática própria. Vale lembrar que a análise lógica filosófica não encontra mais lugar privilegiado na metodologia didática dos jogos de linguagem. Sobre isso Wittgenstein comenta que “quem não tem perante os olhos a multiplicidade dos jogos de linguagem será talvez inclinado a colocar questões como estas: ‘Que é uma pergunta?’”¹⁷⁵ ou “O que são os jogos de linguagem?”. Perguntas deste tipo são, como afirmamos em outro momento, fontes de desorientações filosóficas¹⁷⁶ – não de erros filosóficos – mas de desorientações. O que sugere que as coisas podem ser acertadas seguindo uma orientação menos problemática e mais simples.

249. Lembremo-nos que, no *Blue Book*, Wittgenstein orienta ser mais vantajoso perguntar pela *explicação do significado*, em vez de perguntar pelo *que o termo significa*, pois assumindo esta postura somos curados da tentação de procurar, à nossa volta, um objeto que possa ser chamado de “significado”. O filósofo, diria Wittgenstein, em vez de perguntar “O que é o significado/significação?”, pode questionar: “Para que serve esta palavra?”, ou “A que necessidade ela atende?”, ainda “Como alguém poderia ensinar seu uso?” ou “O que conta como uma explicação correta de seu uso?”¹⁷⁷ - e as respostas para essas perguntas mostrarão *como* uma palavra adquire significado.

250. Se considerarmos a maneira de questionar, proposta por Wittgenstein, e voltarmos ao exemplo das ferramentas podemos, no lugar de perguntar algo como: “O que significa martelo?”, questionar: “Para que serve um martelo?” e aqui várias respostas cabem. Um

¹⁷⁴ IF §11, §13 e §14

¹⁷⁵ IF §23

¹⁷⁶ “What is the meaning of a word? (...) The way this question helps us is analogous to the way the question ‘how do we measure a length?’ The questions ‘What is length?’, ‘What is meaning?’, ‘What is the number one?’ etc, produce in us a mental cramp. We feel that we can’t point to anything in reply to them and yet ought to point to something. (We are up against one of the great sources of philosophical bewilderment: a substantive makes us look for a thing that corresponds to it. (*BLUEBOOK*, 1965, pg.01)

¹⁷⁷ BB p. 01

martelo serve para fixar pregos em paredes, portas, janelas, etc; mas também para retirá-los das superfícies. Além disso, um martelo pode servir para outras finalidades, como, ser peso de papel, descascador de castanhas, uma arma de defesa ou ataque e, até mesmo, um brinquedo (inapropriado) para uma criança. Perguntas deste tipo apresentam o benefício de evitar problemas típicos das propostas referencialistas, por exemplo, o problema de explicar a ligação que a palavra “martelo” mantém com o objeto que ela denomina.

251. Isto porque, no segundo tipo de questão, o significado não é dado pelo objeto, mas pelo uso que fazemos dele. O uso não se restringe a um uso específico, como ocorre na significação semântica. A ideia tradicional de significado vincula-se com a ideia de definição restrita e rígida. Considerar o significado das palavras a partir de seu uso é dar ênfase às diferentes funções que as palavras ocupam na linguagem. Da mesma maneira que diferentes ferramentas (martelo, tenaz, chave de fenda, serra, metro, etc.) exercem diferentes funções, diferentes palavras exercem diferentes funções: as palavras são ferramentas com as quais exercemos a linguagem¹⁷⁸. A ideia de uso traz a vantagem da flexibilidade, organicidade e fluidez característica que decorre da vida.

252. Outra vantagem a ser apontada, acerca do método de Wittgenstein, versa sobre os termos que não possuem referência. Por exemplo, termos como “comprimento” ou “então” (que não encontram objetos no mundo para lhes conferir significado) podem, sem maiores problemas, ser explicados a partir de seu uso. Parece ser suficiente, na explicação do significado de “comprimento”, mostrar para que serve o termo; qual necessidade ele atende e como ensinar o seu uso, ou os seus usos, através de regras.

253. Prudente lembrar que, similarmente ao raciocínio de que é equivocado supor que as palavras nomeiam, e por isso possuem um significado, é errôneo supor que a função essencial das sentenças seja descrever. Se pensarmos assim, estaremos novamente propensos a fazer o tipo errado, ou melhor, *equivocado* de pergunta. Mas, antes de nos interessarmos por descrições, deveríamos perguntar, de acordo com Wittgenstein, quais funções as proposições (lógicas, aritméticas, geográficas, etc.) cumprem na linguagem. Isto é, qual é o objetivo do seu emprego.

254. Hacker olha para essas proposições como regras. Segundo ele “o que mantemos rigidamente em face da experiência não é uma verdade acerca do mundo, mas a expressão de uma regra”¹⁷⁹. “Correto e falso é o que os homens *dizem*; e na linguagem os homens estão de

¹⁷⁸ DONAT, 2008, p. 29

¹⁷⁹ HACKER, 2007, p. 32.

acordo. Não é um acordo sobre as opiniões, mas sobre o modo de vida”¹⁸⁰. “Uma regra aritmética como ‘ $25 \times 25 = 625$ ’ nos autoriza a certas coisas”¹⁸¹. Por exemplo, autoriza o professor de matemática considerar correta a resposta “625” para a questão de saber quanto é 25×25 . Da mesma maneira, o alfabeto é uma regra universalmente reconhecida pelas pessoas¹⁸², e nos autoriza a escrever cartas, mandar bilhetes, digitar tratados e recitar o ‘m’ depois do ‘l’.

255. Semelhantemente, a geometria define a forma cúbica a partir de regras e autoriza usar o desenho de um cubo como uma notação do conceito¹⁸³. A regra mostra aquilo que deve ser feito. Ela não descreve uma ação, ela é constitutiva da ação. Dito de outro modo, a regra não nos dá uma descrição adicional do conceito, ela constitui o conceito¹⁸⁴. Sabemos que o jogo ‘Paciência’ se joga sozinho porque a regra nos diz. Sabemos que devemos parar no sinal vermelho porque a regra nos diz. Sabemos que $E=mc^2$ porque a regra nos diz.

256. Aqui cabe a importante reflexão de saber quão delimitada é a constituição de um conceito a partir de regras. Para refletir sobre isto, é válido ilustrar a discussão com um exemplo. Podemos citar as regras de trânsito. Supondo que estamos em uma estrada, não muito conhecida por nós, e que precisamos nos orientar pelas placas e sinalização de trânsito dispostas na estrada. Digamos que se trata de uma estrada muito bem sinalizada, mas que a falta de prática em andar por ela nos faz errar o caminho. Com quantos de nós isso já aconteceu? Esse fato corriqueiro demonstra que as regras, por mais abrangentes que possam ser, deixam lacunas. Este aspecto pode conduzir à observação de que “uma delimitação que tem uma lacuna vale tanto quanto nenhuma. - Mas isso é verdadeiro?”¹⁸⁵ questiona Wittgenstein. “Uma regra está aí como uma placa de orientação. - Ela não deixa em aberto nenhuma dúvida sobre o caminho que devo seguir?... Há apenas uma interpretação para ela?”¹⁸⁶. Aquele que já errou o caminho concorda com Wittgenstein que, mesmo havendo lacunas, as regras funcionam e sem elas a vida, tal como conhecemos, seria impossível. Pense no trânsito, sem as regras de trânsito, que caos seria.

257. Na §84 das *Investigações*, Wittgenstein diz que, similarmente a isso, o emprego das palavras também não é totalmente delimitado. E o mesmo ocorre com os jogos. Ao passo que o personagem das *Investigações* (o interlocutor intelectualista) discorda, defendendo a ideia

¹⁸⁰ IF §241

¹⁸¹ HACKER, 2007, p. 32.

¹⁸² IF §165

¹⁸³ GF15

¹⁸⁴ GF14

¹⁸⁵ IF §99

¹⁸⁶ IF §85

de que: “Não é jogo algum, se houver vagueza nas regras”¹⁸⁷. Neste momento podemos lembrar ao interlocutor de Wittgenstein que as regras do futebol, mesmo estipulando não ser permitido fazer gol com as mãos, nada comentam, em específico, sobre como o gol deve ser feito. E assim temos gol feito a chute, feito com a barriga, com a cabeça, de escanteio, de voleio, de bicicleta e tantos outros. Neste caso, a vagueza advinda das lacunas, deixadas pelas regras do futebol, é o que permite vibrarmos diante da beleza de lances, jogadas, gols e defesas inimagináveis, como a defesa feita pelo goleiro René Higuita (Defesa do Escorpião) em uma partida amistosa entre Colômbia X Inglaterra, no antigo estádio de Wembley, em 7 de setembro de 1995.

258. Mas se, diante da nossa argumentação, o interlocutor manter sua opinião dizendo algo como: “Sim, talvez você vá chamá-lo de jogo, mas em todo o caso não é um jogo perfeito”¹⁸⁸ Wittgenstein novamente responde dizendo: “o jogo está então impuro, mas interesse-me por aquilo que aqui se tornou impuro. - Mas quero dizer: compreendemos mal o papel que o ideal desempenha no nosso modo de expressão. Isto é, também nós o chamaríamos de jogo, apenas estamos cegos pelo ideal e por isso não vemos claramente o emprego efetivo da palavra ‘jogo’”¹⁸⁹.

259. No trecho citado podemos perceber o desejo de generalização, exposto e negado por Wittgenstein, que leva-nos a procurar alguma forma canônica, *i.e.*, uma explicação exata para especificar o significado das expressões, seja por via de regras ou de definições. A forma canônica, apenas por ser geralmente aplicável, pode, ainda, parecer captar algo essencial sobre o significado e nisso paira o seu caráter ideal¹⁹⁰. Wittgenstein tenta mostrar o quão vazia essa ideia é. Ele não sugere que nenhuma forma canônica, ou explicação exata, possa ser encontrada, mas, supondo que pudéssemos construir uma forma canônica do tipo: “Esta palavra significa isso” ou “O jogo de linguagem significa exatamente”, Wittgenstein argumenta quão pouco é realizado com isso.

260. Em primeiro lugar, a técnica para usar uma palavra é simplesmente pressuposta na descrição canônica. Assim sendo, a descrição canônica não nos aproxima mais do significado, pois toda a estrutura do emprego de nomes – em um jogo de linguagem – não é descrita, mas pressuposta. Em segundo lugar, a função das palavras, na linguagem, costumam ser diferentes e variadas, e colocá-las em um esquema comum não as elegem como a *essência* do significado. A construção de uma forma canônica para especificar o significado das

¹⁸⁷ IF §100

¹⁸⁸ IF §100

¹⁸⁹ IF §100

¹⁹⁰ MARIE MCGINN, 1997, p.46

expressões não é produtiva, afirma Marie McGinn. Na verdade, serve apenas para fazer com que tipos diferentes de expressão pareçam mais semelhantes do que realmente são¹⁹¹.

261. Wittgenstein sinaliza que, porque temos a tendência de buscar pela exatidão, distorcemos o significado de inexato. “Se ao menos entendêssemos o que ‘inexato’ significa! Porque não significa ‘inutilizável’”¹⁹². Basta lembrarmos como expressões do tipo: “Pare mais ou menos aqui!”¹⁹³ funcionam perfeitamente bem em nossa comunicação, e nos é de muita serventia.

262. Diante disso, podemos constatar que o conceito de jogo de linguagem não perde sua utilidade, ou deixa de ser um conceito importante para o contexto filosófico, por não ter uma definição exata e ideal. “Não conhecemos os limites, porque não se traçou nenhum limite”¹⁹⁴. Ao que parece, tocamos insistentemente na tecla do ‘ideal’ pelo motivo que “o ideal está fixado em nossos pensamentos de modo irremovível”¹⁹⁵, afirma Wittgenstein. “A ideia de ideal está colocada, por assim dizer, como óculos sobre o nosso nariz, e o que vemos, vemos através deles. Nem nos ocorre a ideia de tirá-los”¹⁹⁶. Wittgenstein arrisca-se em olhar por sobre a lente do ideal e percebe que:

Quanto mais exatamente consideramos a linguagem de fato/cotidiana, tanto maior torna-se o conflito entre ela e nossas exigências. (A pureza cristalina da lógica não se *entregou* a mim, mas foi uma exigência.) O conflito torna-se insuportável; a exigência ameaça tornar-se algo vazio. - Caímos numa superfície escorregadia onde falta o atrito, onde as condições são, em certo sentido, ideais, mas onde por esta mesma razão não podemos mais caminhar; necessitamos então do *atrito*. Retornemos ao solo áspero!¹⁹⁷

263. Os jogos de linguagem são, portanto, o nosso retorno ao solo áspero, sobre o qual caminhamos seguros e despreocupados, pois as perplexidades de outrora já não mais nos assola. Voltar ao solo áspero permite que a pesquisa se detenha somente sobre considerações gramaticais acerca do conceito de Wittgenstein. E sobre considerações, comenta: “Era certo dizer que nossas considerações não deviam ser considerações científicas. (...) E não devemos construir nenhuma espécie de teoria. Não deve haver nada de hipotético nas nossas considerações. Toda explicação deve desaparecer e ser substituída apenas por descrição”¹⁹⁸.

¹⁹¹ MARIE MCGINN, 1997, p.47

¹⁹² IF §87

¹⁹³ IF §71

¹⁹⁴ IF §69

¹⁹⁵ IF §103

¹⁹⁶ IF §103

¹⁹⁷ IF §107

¹⁹⁸ IF §109

Com isso em vista, observa Wittgenstein, “nossos claros e simples jogos de linguagem não são estudos preparatórios para uma futura regulamentação da linguagem – como que primeiras aproximações, sem considerar o atrito e a resistência do ar”¹⁹⁹.

264. Os jogos de linguagem, ressalta Wittgenstein, figuram muito mais como *objetos de comparação* que, através de semelhanças e dissemelhanças, lançam luz sobre as relações de nossa linguagem. Wittgenstein ainda destaca que “só podemos evitar a injustiça ou o vazio de nossas afirmações, na medida em que apresentamos o modelo como aquilo que ele *é*, ou seja, objeto de comparação e não como um pré-juízo ao qual a realidade deva corresponder. (O dogmatismo no qual tão facilmente caímos ao filosofar)”²⁰⁰.

265. O que Wittgenstein espera alcançar, com os conceitos de ‘jogo de linguagem’, ‘regras’ e ‘gramática’ (forma de vida) é simplesmente uma visão panorâmica, a partir da qual seja possível estabelecer uma ordem no nosso conhecimento do uso da linguagem. “Uma ordem para uma finalidade determinada – uma ordem dentre as muitas possíveis; não *a* ordem”²⁰¹. Sendo esta a sua finalidade, Wittgenstein salienta, constantemente, as diferenças que nossas formas habituais de ver a linguagem não deixam perceber, visto que prezam pela busca do elemento comum, desconsiderando o fato de que as palavras são diferentes entre si, no sentido de que ocupam papéis diferentes na linguagem.

266. Em vista disto, facilmente percebemos quão rica foi a analogia da linguagem com os jogos, feita por Wittgenstein, no intento de levar a cabo a sua finalidade. Abordamos essa analogia com mais atenção na seção seguinte.

2.3 A analogia entre linguagem e jogos

267. Nesta seção veremos que, do retorno de Wittgenstein à filosofia, e a partir da revisão do seu trabalho no *Tractatus*, o autor começa a dedicar maior atenção para a analogia que fez, em um primeiro momento, da linguagem com os sistemas de cálculos e da analogia que, um pouco mais tarde, fez com os jogos. Wittgenstein, por fim, desiste da analogia da linguagem como um cálculo, passando a compará-la somente com jogos. Ele manteve esta comparação ao concluir que a mesma vem da compreensão da língua como uma prática pública governada por regras.

268. Para a filosofia, isso implica que o significado não é mais fornecido por uma referência, mas dado por uma explicação do significado. E uma explicação do significado, por

¹⁹⁹ IF §130

²⁰⁰ IF §131

²⁰¹ IF §131

sua vez, é uma regra para o uso da palavra explicada, isto é, um padrão de uso correto. Como quando, em resposta a alguém que pergunta “O que é um termômetro?”, respondemos que se trata de um objeto com certas características físicas e que serve para tal e tal finalidade, o qual pode ser usado dessa e daquela maneira. Aqui a explicação da função do objeto é mais importante, para clarificar o seu significado, do que suas características físicas.

269. Esta constatação corrobora com a ideia de que o significado de um termo é o uso do mesmo, e não o objeto ao qual se refere. Afinal, com a explicação do objeto não fornecemos verdades necessárias sobre ele, mas as regras de como aplicá-lo nos lugares pertinentes que o treinamento se encarrega de tornar um hábito.

270. Para exemplificar, podemos supor o seguinte caso: o Sr. F ganhou, de uma amiga distante, um objeto muito estranho e não consegue imaginar o que fazer com ele. O Sr. F, então, entra em contato com a amiga pedindo esclarecimentos sobre o estranho objeto. Qualquer um concorda que o Sr. F espera receber, de sua amiga, informações de uso e não somente as características físicas do objeto, as quais ele mesmo pode constatar, mas principalmente a função ou as funções do mesmo. Caso o objeto não tenha uma função específica, ainda assim servirá, ao Sr. F, como objeto de recordação da amiga querida. Visto que, para ter significado não é necessário ter também utilidade, basta que tenha alguma explicação.

271. Como vimos no capítulo 1, as explicações de significado são normativas. Elas fornecem regras para o uso de palavras que constituem os padrões que entram nos critérios de compreensão. A partir deste escopo podemos imaginar que, se a amiga informa ao Sr. F que o objeto se trata de um descascador de nozes, então o Sr. F terá um padrão de funcionamento do objeto, o qual já não lhe é mais estranho. A aplicação deste padrão em nada impede o Sr. F de usar o descascador de nozes como um objeto decorativo, dada sua estima para com a amiga. Isso se dá devido ao caráter fluido do padrão defendido por Wittgenstein. Fluidez não encontrada nas teorias do significado, que operam com o critério de verdade e consideram uma explicação como a demarcação de regras fixas, as quais determinam as condições de verdade das proposições onde ocorrem. O caso é que esta perspectiva de ‘explicação’ está em contradição com nossa noção comum²⁰² estando, em contrapartida, de acordo com a ilusão agostiniana da linguagem que, como vimos, teve reflexos diretos no *Tractatus*.

272. Segundo o raciocínio do *Tractatus*, a imagem da linguagem logicamente perfeita funcionava tal como um cálculo e a imagem da linguagem comum, por sua vez, era tida como uma gramática de superfície enganadora, que ocultava as verdadeiras formas lógicas da

²⁰² B&H, 2005 p.50

gramática. O Wittgenstein do *Tractatus* defendia uma ‘análise completa’, e acreditava que a filosofia devia fazer uma dissecação definitiva das proposições a fim de estabelecer claramente todas as suas conexões e remover todas as possibilidades de mal-entendidos. Como se houvesse um cálculo em que tal dissecação fosse possível.²⁰³

273. Ao contrário disso, nas *Investigações*, o argumento de Wittgenstein defende que a linguagem comum está em perfeita ordem lógica. Pois nada pode ser dito nem representado, em uma linguagem, *sem que* ela esteja em boa ordem lógica. Não há graus de sentido. Uma frase não pode fazer um pouco mais de sentido, esclarecem Baker e Hacker²⁰⁴. Na §2 da *Gramática Filosófica* Wittgenstein argumenta que “o que é falado só pode ser explicado na linguagem e, portanto, nesse sentido, a própria linguagem não pode ser explicada”. Se a linguagem não pode ser explicada, a analogia com o cálculo começa ser questionada, uma vez que um sistema de cálculo idealiza a sintaxe e busca pela explicação dada a partir de um sistema de regras, as quais definem completamente o objeto, a função, a operação, o cubo, o quadrado, o retângulo, etc.

274. A concepção da analogia com o cálculo começou a se desintegrar quando o eixo da lógica do *Tractatus*, qual seja, a independência da proposição elementar – que assegura que qualquer proposição elementar pode ser verdadeira ou falsa e o resto permanece igual – não se sustentava mais. Nesta suposição baseia-se a conta da lógica nas tabelas de verdade, uma vez que, para a lógica de Wittgenstein, a ideia da proposição elementar era fundamental. Se essa ideia fosse dada, então, também seriam dadas as noções de verdade e falsidade. Se estas são dadas, assim também teríamos a noção de negação. Com a noção de afirmação sucessiva, a ideia de conjunção era dada. E, se negação e conjunção estavam dadas, assim também se obtinham todas as proposições elementares, ou seja, todas as proposições da lógica seriam fornecidas. Entretanto, com a percepção de que as relações lógicas podem ser determinadas pelo *conteúdo* das proposições elementares, e não apenas por suas combinações funcionais de verdade, a concepção do papel da lógica no *Tractatus*, e de sua neutralidade em relação ao tema, exigia reconsideração²⁰⁵.

275. O primeiro movimento de Wittgenstein não tinha a intenção de abandonar a ideia de linguagem como um cálculo, pelo contrário, a intenção era dar suporte a esta concepção. O resultado foi constatar que o âmbito de aplicação de um sistema proposicional era estreito demais para a linguagem. Mesmo com algum avanço, ressaltam B&H, a mera reescrita das

²⁰³ GF, Apêndices 4 A1- B2

²⁰⁴ B&H, 2005. p 45

²⁰⁵ B&H, 2005. p. 46

regras para os conectivos e quantificadores não conseguiram capturar mais do que um fragmento da gramática dos conceitos, e longe estavam de contemplá-los por completo²⁰⁶.

276. Além disso, outros elementos da estrutura do *Tractatus* também começaram a desmoronar: a ontologia entrou em colapso e com ela toda a ideia de uma conexão entre linguagem e realidade. Daí também a teoria pictórica e sua explicação da intencionalidade do pensamento e da proposição, que dependia da existência de tais conexões, desmoronou²⁰⁷.

277. Outro motivo pelo qual a analogia entre linguagem e cálculo passou a preocupar Wittgenstein deu-se, de acordo com B&H, em relação à polêmica entre Frege e os formalistas. Em junho de 1930, e em ocasiões posteriores, Wittgenstein discutiu com os formalistas a concepção de aritmética. Segundo o que é apontado por Baker e Hacker, Frege apresentou duas alternativas: ou a matemática é sobre sinais, marcas de tinta no papel, ou é sobre aquilo que os sinais representam, nomeadamente os números. Wittgenstein objetou ser esta uma falsa dicotomia e esclareceu seu argumento com a analogia ao jogo de xadrez²⁰⁸.

278. Wittgenstein evidenciou que o jogo de xadrez não é sobre as peças de xadrez, tanto que se a rainha for esculpida de modo a parecer feroz, isto por si só não lhe acrescentará maiores poderes no jogo²⁰⁹. Pode-se dizer, então, que o significado de uma peça de xadrez é a *soma de regras* que determinam seus possíveis movimentos, isto é, o seu papel no jogo²¹⁰. Soma-se à falsa dicotomia de Frege, o fato dele também estar equivocado ao inferir que ‘ $0 + 1 = 1$ ’ versa sobre números.

279. Diante dos equívocos contidos nas teses formalistas, a analogia com o jogo de xadrez surge como uma concepção alternativa e aclaradora, na qual os numerais usados em sentenças da aritmética não têm significado. Apenas as aplicações da aritmética lhe dão qualquer significado. As sentenças da aritmética pura são, na verdade, *regras de efeito*. Elas governam o uso de numerais em transformações de sentenças de aritmética aplicada²¹¹. Reconhecidos esses aspectos, Wittgenstein percebeu que poderia usar a analogia com o jogo de xadrez de maneira mais extensiva, coisa que a analogia com cálculo não permitia.

280. Quando Wittgenstein voltou suas atenções para criticar a concepção da linguagem como um cálculo, os equívocos implícitos nela foram esclarecidos. Baker e Hacker defendem que uma lista provisória de algumas das características *enganadoras*, da concepção de linguagem como cálculo, pode ser útil para nossa compreensão do tema. Vejamos: quando

²⁰⁶ B&H, 2005. p. 46

²⁰⁷ B&H, 2005. p. 46-47

²⁰⁸ B&H, 2005. p. 47

²⁰⁹ B&H, 2005. p. 47

²¹⁰ IF §563

²¹¹ B&H, 2005. p. 47

derivada dos cálculos da matemática e da lógica, a concepção de linguagem como cálculo implica que uma linguagem é governada por um sistema de regras computáveis e que, ao falar uma língua, estamos operando esse sistema computacional. Também pode parecer implicar que esse sistema de regras contempla *todos os casos possíveis*, em uma linguagem ideal, enquanto nossa linguagem comum não estabelece (e nem poderia) estabelecer regras que ditam um resultado para cada circunstância concebível²¹².

281. Além disso, a concepção de linguagem como cálculo sugere um sistema em que existem termos primitivos e derivados: os termos derivados seriam definidos em termos primitivos, e os termos primitivos teriam, por sua vez, um significado completamente nítido. Essa visão propicia o engano de ter a definição ostensiva como fornecedora das bases que ligam a linguagem à realidade.

282. Há ainda, segundo B&H, outras características, da analogia com cálculo, que precisam ser mencionadas. Esta analogia tende a problemas filosóficos relativos à formulação de uma regra, a regra que expressa e a prática de aplicação da regra. Este assunto foi o ponto focal das discussões de Wittgenstein sobre seguir regras, nas *Investigações*, e do que tratamos na seção anterior. Ademais, a concepção de linguagem como cálculo interpreta mal o princípio de que uma palavra tem significado apenas no contexto de uma sentença.

283. Lembrem-nos B&H, que Frege deu a este princípio uma justificação teórica da função e o *Tractatus* deu-lhe uma justificação teórica da imagem; ambos estavam equivocados, usando essa regra como uma justificativa teórica. Em decorrência disso, a analogia com cálculo também distorce a natureza do entendimento. O problema parece estar contido no fato de que, ao conceber a linguagem como cálculo, pode-se facilmente considerar que entender a fala do outro é calcular ou computar o significado de uma frase a partir dos significados dos seus elementos²¹³. E assim, o entendimento seria tal como uma operação, um cálculo, uma soma ou divisão, da qual resultaria uma verdade ou uma falsidade.

284. Para Baker e Hacker, conceber a linguagem como um cálculo é idealizar a sintaxe lógica, encorajando com isso o que chamaram de ‘mito da forma lógica’²¹⁴. Bem como acreditar que ela fornecerá um método seguro de distinguir o que faz sentido do que não faz. O que é um equívoco, segundo os autores, pois o uso e a diversidade de usos da linguagem não são espelhados nas formas dos cálculos derivados da lógica. Este tipo de consideração (entre outras) levaram à erosão progressiva da concepção da linguagem como um cálculo.

²¹² B&H, 2005. p. 48

²¹³ B&H, 2005, p. 48

²¹⁴ B&H, 2005, p. 49

285. À medida que esta analogia desmoronava, a analogia da linguagem com jogos progredia e se tornava mais proeminente nas reflexões de Wittgenstein, no início dos anos 30. A atenção de Wittgenstein mudou, da geometria de cálculos, para a integração de simbolismos governados por regras nas práticas humanas. O xadrez forneceu um objeto frutífero para comparação, não porque se trata de um cálculo, mas porque se trata de um jogo.

286. Destacam B&H, que a analogia com o jogo de xadrez pode apresentar recursos importantes, ilustrando a autonomia da linguagem e diminuindo a tentação de conceber o significado como um objeto que pode ser apontado. Vejamos a seguir esses recursos: (i) as regras do xadrez não têm fundamentos e não podem ser justificadas por referência à realidade. Elas são autônomas e nada além de nossas decisões dita-as. De modo similar as regras da linguagem também não podem ser justificadas²¹⁵. Nem são *necessárias* como condição para a possibilidade de representação pelas supostas formas do mundo. Além disso, as regras do xadrez, não correspondendo a nenhuma realidade, podem ser diferentes. Da mesma forma, as regras da linguagem são, neste sentido, arbitrárias e também podem ser diferentes²¹⁶. Só que neste caso as palavras teriam, então, um significado diferente.

287. Prudente reconhecer, neste momento, uma possível crítica apontada contra Wittgenstein por alguém que, ao não entender a arbitrariedade das regras da linguagem proposta por ele, defende a ideia de que poderia usar as palavras como bem entender e, *e.g.*, usar o termo ‘cachorro’ para designar um felino. E assim pode agir, já que esses termos não se referem à realidade e suas regras são contingentes. Bem, o que temos a dizer sobre isso é que, de fato, nada impede de usarmos o termo ‘cachorro’ no lugar de ‘gato’, ou qualquer coisa do tipo. Mas, se pretendemos nos manter dentro do uso normativo e habitual destes termos, certamente não agiremos assim. O que significa dizer que usamos as palavras e as expressões linguísticas em certas situações, e elas estão cercadas de um comportamento especial, e mesmo de várias vivências características²¹⁷.

288. Respondido isto, podemos apontar outro recurso da analogia com o xadrez. B&H salientam que (ii) as regras do jogo são constitutivas do jogo. Elas devem ser distintas das regras estratégicas que dizem a melhor forma de mover as peças a fim de vencer. Semelhante a isso, as regras da gramática visam determinar *o que faz sentido*, não o que é verdadeiro ou o que será útil dizer. Elas são constitutivas dos significados das expressões. Assim como as regras do xadrez determinam os movimentos possíveis de uma peça do jogo, a gramática de

²¹⁵ GF §134

²¹⁶ GF §133

²¹⁷ IF, parte II, p.216

uma palavra determina seu lugar e suas possibilidades combinatórias. O significado de uma palavra é análogo aos poderes de uma peça de xadrez, e como uma peça de xadrez tem significado apenas no contexto dos seus movimentos, assim também uma palavra cumpre o papel de dizer algo apenas no contexto de uma sentença²¹⁸. Expor essas semelhanças clareiam as intenções do nosso filósofo.

289. Isso porque, a analogia com o xadrez torna mais fácil resistir às tentações de mistificar o domínio da linguagem, de forma que a pergunta ‘O que é uma palavra?’, análoga à pergunta ‘O que é uma peça de xadrez (digamos, o rei)?’, recebem respostas a partir de regras²¹⁹. Regras que excluem certas combinações de palavras como ‘sem sentido’, por exemplo: ‘Nada pode ser vermelho e verde ao mesmo tempo’ são comparáveis à regra do xadrez que proíbe duas peças de ocuparem o mesmo quadrado²²⁰. As possibilidades combinatórias de palavras são comparáveis às configurações possíveis das peças do xadrez. O uso de uma palavra em um enunciado é como o uso de uma peça em um movimento. Tudo o que está faltando é, segundo Baker e Hacker, a atribuição do significado, que é feita pelo método de aplicação, *i.e.*, pelo jogo de linguagem. É o método de aplicação que diferencia a linguagem do xadrez²²¹.

290. Um ponto importante a ser notado, na analogia entre o jogo de xadrez e a linguagem, advertem B&H, é o de que as semelhanças não devem ofuscar as diferenças que ocorrem entre eles, visto que podemos nos esquecer de que estamos lidando *apenas* com uma analogia. Os comentadores alertam que falar uma língua *não* é o mesmo que jogar. Pois, por mais que existam muitos jogos diferentes e, da mesma maneira, muitas linguagens diferentes, não traduzimos, *e.g.*, futebol por voleibol como podemos traduzir o português para o inglês. E mesmo que muitos dos nossos jogos envolvem ganhar e perder, tais elementos não se destacam no que se refere aos jogos de linguagem. Dizer algo verdadeiro não é ganhar²²², ao passo que mentir ou dizer algo falso não corresponde a perder no jogo da linguagem “(Mentir é um jogo de linguagem que deve ser aprendido como qualquer outro)”²²³.

291. Além do mais, qualquer jogo de nossa consideração pressupõe a linguagem, mas a linguagem e seu uso não pressupõem a existência de jogos. Podemos imaginar seres que falam uma linguagem desenvolvida e não jogam jogos, mas não seres que jogam jogos

²¹⁸ B&H, 2005. p. 48

²¹⁹ IF §108

²²⁰ GF §81, IF §499, IF §500

²²¹ B&H, 2005. p. 48

²²² B&H, 2005. p. 53

²²³ IF §249

desenvolvidos e não falam uma linguagem. Todavia, nada disso diminui o poder de iluminação da analogia de Wittgenstein. Apenas indica a necessidade de cuidados.

292. De outra sorte, comparando as analogias feitas por ele, o próprio Wittgenstein rapidamente percebeu que a concepção da linguagem como um cálculo possuía defeitos. Logo, precisava ser substituída por algo muito mais solto e flexível – algo como a atividade de jogar um jogo vagamente regido por regras, que não tentam (absurdamente) fazer uma previsão para todas as eventualidades concebíveis. Neste ponto podemos citar a seguinte passagem das *Investigações*:

Será que aqui a analogia da linguagem com o jogo não nos será esclarecedora? Podemos muito bem imaginar que pessoas se divertem num campo jogando bola e de tal modo que comecem diferentes jogos existentes, não joguem muitos deles até o fim, atirem a bola entrementes para o alto ao acaso, persigam-se mutuamente por brincadeira, atirando a bola, etc²²⁴.

293. Se analisarmos a passagem citada, provavelmente concordamos que isso ocorre nas nossas atividades de lazer. Que, quando nos é permitido, lançamo-nos em brincadeiras sem regras pré estipuladas, que vão tomando forma conforme a brincadeira vai acontecendo. Pode ser que encontremos oposição quanto à concordância de que as regras da gramática são iguais às regras dos jogos. Wittgenstein dirá que isto está correto, elas não são iguais no sentido de que o que faz de um jogo ‘um jogo’, como a competição dos jogadores e o propósito de entretenimento e relaxamento, estão ausentes da gramática²²⁵. Mas ninguém vai negar que o estudo da natureza das regras dos jogos, e da linguagem, são semelhantes, e que a comparação pode ser produtiva para o estudo das regras gramaticais, uma vez que *algum tipo* de semelhança, inegavelmente, parece haver. A propósito disso, é melhor refletir sobre as regras dos jogos sem qualquer opinião fixa, ou preconcebida, sobre a analogia com a gramática, apenas deixando-se conduzir pelo instinto seguro de que existe um parentesco entre elas. E aqui, novamente, deve-se simplesmente relatar o que vê, sem a impressão de que se está ignorando aspectos importantes da linguagem, ou desperdiçando tempo em algo irrelevante²²⁶.

294. Não buscamos a essência. Buscamos as semelhanças. As semelhanças acentuam-se sempre que se tem em mente que os jogos são jogados de acordo com regras, as quais podem ser mais ou menos explícitas, mais ou menos formais. Da mesma forma, a linguagem possui regras que definem o que é, ou não, válido. Essas são regras de uso, regras pragmáticas²²⁷ que

²²⁴ IF §83

²²⁵ IF §66

²²⁶ IF §83

²²⁷ IF §54, §82

constituem os jogos, tornando possíveis as ações praticadas por quem joga; e não se reduzem a regras formais e rígidas, como as regras aritméticas. Analisar o significado das palavras consiste em situá-las nos jogos em que são empregadas, observando o uso que os participantes fazem em determinado jogo.

295. Em outros termos, analisar o significado das palavras consiste em mapear as regras segundo as quais jogam e realizam lances lícitos, nos jogos que participam. Assim como no jogo de xadrez, onde o importante não são as figuras das peças, mas a maneira como o jogo funciona. Também na linguagem o que parece ser importante, nas *Investigações*, são as funções que as palavras podem exercer nos diversos jogos de linguagem. As regras estruturam os jogos de linguagem fornecendo o “como”, o “para quê” e “em quais circunstâncias” podemos usar a linguagem. Estruturar não é o mesmo que encerrar um conceito em si mesmo. Vê-se, então, sobretudo como o conceito de jogo, e com ele o de regras de um jogo, têm seus contornos imprecisos²²⁸.

296. Devido a esta característica, uma objeção poder ser levantada afirmando-se que, por não ter limites bem delineados, os jogos estariam sujeitos a critérios pragmáticos, *i.e.*, poderiam ser modificados com o passar do tempo, ou conforme o grau de interação que proporcionam, ou qualquer outra coisa. De modo parecido, alguns jogos poderiam ser esquecidos ou substituídos por outros mais completos e melhores. Dirá Wittgenstein que é justamente isso que pode, e vai acontecer²²⁹. Segundo o que afirma, com o passar dos anos modificamos determinados jogos, descartamos outros e também criamos novos jogos, dependendo da importância que tais jogos têm para nós e para o meio onde os empregamos. Ora, se esses jogos são parte integrante de uma forma de vida que é, na verdade, a prática humana, logo se percebe que estão sujeitos à mudanças assim como toda prática que nos envolve como seres humanos. Pois os jogos de linguagem, que jogamos, são moldados pela natureza do mundo em que vivemos, bem como por nossa natureza, e eles são parcialmente constitutivos de nossa formas de vida²³⁰.

297. As regras também interagem com a forma de vida e, diferente dos cálculos, não visam formar um sistema²³¹. Regras não são verdadeiras nem falsas²³². Não podemos enunciar uma regra falsa, podemos mentir sobre ela. Da regra podemos dizer que ela funciona ou não funciona, que se aplica ou não ao caso. Há regras aplicáveis que ainda não foram aplicadas²³³,

²²⁸ IF §71

²²⁹ IF §23

²³⁰ IF §23

²³¹ IF parte II, p. 224

²³² HACKER, 2007, p.33

²³³ HACKER, 2007, p.33

por inconveniência ou coisa do tipo, como, por exemplo, apontar com o cotovelo em vez de usar o dedo indicador; ou, por outro lado, tornar legal o armamento de uma população civil. Há regras que nascem e há as que caem em desuso, como no caso da implantação do sistema de VAR (Video Assistant Referee) no futebol, o que fez nascer uma nova regra para o jogo. E para o outro caso, lembremo-nos que, até o século XV, a regra dizia que o sol girava em torno da terra (geocentrismo). Esta regra caiu em desuso quando admitimos o caso contrário, passando a valer a regra de que a terra é que gira em torno do sol (heliocentrismo).

298. Ainda em tempo, por mais que digam que nunca desaprendemos andar de bicicleta, a falta da prática pode, facilmente, levar à quedas. Além disso, podemos ressaltar o fato conhecido de que só se aprende um novo idioma praticando. A vida, a linguagem e as regras acontecem no gerúndio e por isso estão sujeitas à mudanças. As semelhanças e diferenças oscilam e acentuam-se à medida que o movimento da vida vai acontecendo.

299. Tendo isso como escopo, Wittgenstein foi atraído, não apenas pela analogia entre linguagem de um lado e jogos de outro. O conceito de jogo tornou-se seu exemplo favorito do conceito de ‘semelhança de família’. Jogos exemplificam as características importantes da semelhança familiar que, pensou ele, também caracterizam a linguagem, a proposição e a regra. O conceito de jogo não é especificado por uma lista de condições suficientes. Em vez disso, é explicado de forma característica (e pode perfeitamente ser bem explicado) por referência a uma série de exemplos com similaridades entre si. Os jogos, em toda a sua variedade, formam uma família unida por numerosas sobreposições de semelhanças, em vez de um conjunto de marcas características, compartilhadas por todos eles²³⁴.

300. Assim também o conceito de linguagem é um conceito de semelhança familiar, que incorpora em sua extensão, proposições de numerosos tipos logicamente diferentes: fechadas; abertas; generalizações; hipóteses científicas; proposições teóricas da Ciência; declarações de experiência, pensamento ou intenção; proposições psicológicas; proposições de ética, estética ou religião; proposições matemáticas; proposições lógicas, etc. O que une os membros da família de proposições, não é uma essência comum, mas semelhanças sobrepostas²³⁵.

301. Não se pode dizer quantos jogos de linguagem diferentes devem coexistir para constituir uma linguagem. Não há uma linha nítida separando o que é, do que não é, uma linguagem. Os jogos, assim como as línguas, são criações de seres humanos em sua interação social. Eles não são responsáveis pela correção da realidade. Eles são governados por regras. As regras de um jogo são regras constitutivas, assim como as regras da gramática. Ao

²³⁴ IF §67

²³⁵ B&H, 2005, p.51

contrário dos cálculos, elas não são ‘fechadas’; elas não tentam fazer uma previsão para todas as eventualidades. Mas nem por isso são consideradas incompletas. Não são incompletas visto que o fundamento da capacidade de jogar um jogo, como os fundamentos de nossas habilidades linguísticas, normalmente reside no treinamento e no ensino.

302. A capacidade de jogar um jogo, como a capacidade de usar as palavras de uma linguagem, está contida no domínio de uma técnica. Jogar um jogo, como falar, é uma atividade humana e a existência de jogos compartilhados, como linguagens compartilhadas, pressupõe reações, propensões e habilidades comuns. A ‘lacuna’ entre as regras e sua aplicação é preenchida por treinamento e familiaridade com a prática²³⁶. A preocupação aqui é a função dos conceitos, na vida cotidiana, e como eles são usados. É sempre prudente atentar para os usos da linguagem nas nossas vivências, porém, não apenas esperando deles uma experiência para servir de referência para a significação. É preciso atentar também para o fato de estarmos lidando com conceitos (com o emprego dos conceitos), e não com conteúdos experienciais (fenômenos) que os conceitos designam²³⁷. “Conceitos nos levam à investigações. São a expressão do nosso interesse e o dirigem”²³⁸.

303. Quanto mais precisamente considerarmos esses detalhes e, junto com eles, a forma de vida na nossa investigação sobre o modelo de significar a linguagem, mais entenderemos a filosofia de Wittgenstein. Por considerar, então, o fazer filosófico que este propõe; por considerar o que foi dito neste capítulo acerca de Wittgenstein não ter definido, por meio de um significado único e essencial, o seu conceito; por considerar que a não definição essencialista do conceito não significa que Wittgenstein silenciou sobre a função de um jogo de linguagem; por considerar que o autor fala dos jogos de linguagem em, praticamente, toda a sua obra pós *Tractatus*, em inúmeras exemplificações e com tamanha riqueza de detalhes das situações narradas, as quais permitem que Wittgenstein se movimente por inúmeras direções, em uma vasta área do pensamento, mostrando com isso a complexidade da linguagem, que é a complexidade da vida (a qual não é comportada por um sistema lógico-formal); considerando as regras que damos a nós mesmos, as quais orientam a linguagem, o trânsito, o muay thai, o imposto de renda, a lei da gravidade, a missa aos domingos, etc., e que não podem ser fixas, nem limitar totalmente a ação humana.

304. Por considerar todo este contexto dizemos, então, que se por um lado não é possível fornecer uma definição única do que é o jogo de linguagem, por outro lado, podemos contar

²³⁶ IF §199, §205, §337,

²³⁷ IF §383

²³⁸ IF §570

com uma definição a partir das semelhanças de família, já que este conceito é o nosso método/instrumento na lida com a linguagem. E para concluir o segundo capítulo, citamos Wittgenstein:

Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes. Pode-se representar facilmente uma linguagem que consiste apenas de comandos e informações durante uma batalha. - Ou uma linguagem que consiste apenas de perguntas e de uma expressão de afirmação e de negação. E muitas outras. - E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida.²³⁹

305. Se representar uma linguagem é representar uma forma de vida, sigamos nossa investigação em busca de clareza para o conceito de “jogos de linguagem”, e do fazer filosófico que o acompanha, mas agora explorando com mais atenção a noção de seguir regras e, conseqüentemente, a noção de forma de vida, na filosofia do Wittgenstein das *Investigações*.

²³⁹ IF §18 e §19

3. PARA QUE SERVEM OS JOGOS DE LINGUAGEM?

306. Nosso trajeto, até aqui, consistiu em seguir, no aparente emaranhado que são as *Investigações Filosóficas*, uma linha argumentativa a partir de dois prismas, quais sejam: saber “Para onde apontam os jogos de linguagem?” e “O que são jogos de linguagem?”. No presente capítulo discutiremos “Para que servem os jogos de linguagem?”. Sendo esta a terceira questão didática da nossa introdução que, em conjunto com as duas primeiras, foram postas a fim de estruturar um horizonte para o qual podemos recorrer na tentativa de compreender o conceito de jogo de linguagem, bem como o fazer filosófico que ele implica. Veremos, então, que a questão “Para que servem os jogos de linguagem?” não destoa da metodologia defendida por Wittgenstein, nos escritos aqui analisados. Pelo contrário, tende a fortalecer a eficácia de sua aplicação.

307. Quando perguntamos “para que serve” o conceito de jogos de linguagem estamos, com isso, colocando em prática o que aprendemos no primeiro e segundo capítulo desta dissertação. Isto é, deixamos de levantar questões do tipo “o que é?” ou “qual o significado/referência?” de um conceito e passamos a solicitar uma explicação do significado, tal como prescreve Wittgenstein no *Blue Book* e nas *Investigações*. Explicar o significado de um conceito é também dizer para que ele serve. Fornecer explicações pressupõe uma considerável competência linguística por parte do falante, pois consiste em mostrar as conexões apropriadas na rede da gramática²⁴⁰. Pedir por explicações do significado, argumenta Wittgenstein, permite a apresentação de regras de correção de aplicação, dos termos da linguagem, como uma maneira válida e eficaz de significação.

308. Ao fornecer regras que, nas nossas vivências, podem ser apresentadas por definições – ostensivas ou verbais – ou por meio de exemplos, amostras, padrões, modelos, etc; nos mantemos no nível gramatical, sem *ascender* para um nível *material/real* e, por assim dizer, *superior*. No que se refere aos jogos de linguagem, teremos a peculiaridade de demonstrar, sem deixar passar despercebido, que os jogos de linguagem *nos servem* como meios pelos quais demonstramos as regras. Logo, não é interessante apresentar um conjunto de explicações hipotéticas sobre os jogos de linguagem, mas tornar evidente que os conjuntos de exemplos, amostras ou modelos, são fornecidos pelos jogos de linguagem. Ou seja, “não se trata da explicação de um jogo de linguagem, mas da constatação de um jogo de

²⁴⁰ B&H, 2005, p. 35

linguagem”²⁴¹. Eles funcionam como ferramentas para procedimentos ou, melhor dito, como instrumentos pelo qual fazemos enunciações²⁴².

309. Cabe reiterar que Wittgenstein, em nenhum momento, oferece uma definição essencialista ou uma teoria sistemática acerca dos jogos de linguagem, da noção de significado, ou da noção de seguir regras. Apenas descreve suas possibilidades, muitas vezes, a partir de analogias.

310. No capítulo anterior vimos que a analogia da linguagem, com a noção de cálculo, começou a se desintegrar quando o eixo lógico filosófico, basilar em obras como o *Tractatus*, não se sustentava mais. Wittgenstein compreendeu, segundo seu próprio testemunho no prefácio às *Investigações Filosóficas*, que haviam no *Tractatus* “muitos erros”. De modo geral, entende-se que os *erros* contidos nesta obra provieram de uma de suas teses centrais, que Wittgenstein expressou assim: “há uma e apenas uma análise completa da proposição”²⁴³. Ao reconhecer o equívoco contido nesta afirmação, Wittgenstein abandona algumas ideias e teses de sua primeira obra.

311. A primeira tese, abandonada por Wittgenstein, refere-se à independência das proposições elementares, isto é, a tese segundo a qual a verdade, ou a falsidade, de uma proposição elementar não depende da verdade, ou da falsidade, de outra proposição elementar. Ao encontro disso, pensava Wittgenstein à época do *Tractatus*, que há somente duas possibilidades para um estado de coisas: estar ou não realizado, independente do fato de que um outro estado de coisas esteja ou não realizado. De acordo com o *Tractatus*, não haveria relação lógica (de contradição ou inferência) entre proposições elementares²⁴⁴. Wittgenstein terminou por rejeitar essa tese, quando considerou as implicações lógicas de proposições como, por exemplo, “A mancha no vestido é vermelha”. Ora, da verdade desta proposição parece seguir-se, necessariamente, que a proposição “A mancha no vestido é azul” é falsa. No *Tractatus*, contudo, essa aparente contradição levou Wittgenstein afirmar que, na realidade, proposições deste gênero não são elementares. Mas que, após devida análise, chegar-se-ia a proposições que não seriam contraditórias entre si.

312. Entretanto, Wittgenstein acabou por convencer-se de que isso não era razoável, visto que, até no nível mais elementar, contradições como aquela seriam possíveis. Dever-se-ia, portanto, admitir que há relações lógicas, também, entre as proposições elementares. O que equivale admitir que as proposições elementares não são independentes. A consequência

²⁴¹ IF §655

²⁴² IF §50

²⁴³ TLP 3.25

²⁴⁴ TLP 5.134, 5.136

imediate desta constatação sinaliza que “o que se compara com a realidade não é uma proposição ‘isolada’, mas um sistema de proposições”²⁴⁵.

313. A segunda tese do TLP, abdicada por Wittgenstein, considerava que proposições gerais, como “há livros na caixa”, são proposições *vagas*, no sentido de que deixam algo indeterminado. Pois, neste caso não foi especificado, ao certo, quantos livros há na caixa. Parece, então, ser preciso especificar o número exato de livros para que o sentido do que foi dito alcance o status de *perfeitamente determinado*. A questão levantada mais tarde por Wittgenstein era, então, saber se com a proposição “há quatro livros na caixa” dizemos a mesma coisa, de uma forma mais precisa que quando afirmamos, apenas, que havia livros na caixa. Na maioria das vezes, e se formos cautelosos, afirma Schmitz²⁴⁶, chegaremos a uma resposta negativa. De acordo com este comentador, uma proposição geral pode ter um sentido *perfeitamente determinado*, mesmo que não restituído pela análise que o *Tractatus* supunha ser necessária. Por consequente, o sentido de uma proposição geral não depende somente de sua condição de verdade, mas do contexto no qual ela é enunciada.

314. O abandono dessas duas importantes teses, do *Tractatus*, decorre do fato de Wittgenstein ter questionado boa parte de sua *teoria* pictórica, em particular, tudo o que dizia respeito à ideia de que o sentido de qualquer proposição consiste em suas condições de verdade. Na §136 das *Investigações* Wittgenstein elucida este ponto recorrendo, mais uma vez, à analogia com o xadrez:

É como se tivéssemos um conceito de verdadeiro e falso, com o auxílio dos quais podemos determinar o que é uma proposição e o que não é. O que se engrena no conceito de verdade (como numa roda dentada) é uma proposição. Mas esta é uma imagem ruim. É como se alguém dissesse: ‘O rei, no xadrez, é a figura que se pode dar xeque’. Mas isto só pode significar que no nosso jogo de xadrez só podemos dar xeque ao rei. Tal como a proposição ‘apenas uma proposição pode ser verdadeira’ só pode querer dizer que afirmamos ‘verdadeiro’ e ‘falso’ apenas daquilo que chamamos de proposição. E o que é uma proposição é, *num* sentido, determinado pelas regras de construção da proposição (da língua portuguesa, por exemplo), e, num outro sentido, pelo uso dos signos no jogo de linguagem. E o uso das palavras ‘verdadeiro’ e ‘falso’ pode ser também uma parte constituinte desse jogo; e então pertence à proposição, mas não se ‘ajusta’ a ela. Como também podemos dizer que o dar xeque pertence ao nosso conceito de rei do xadrez (como que uma parte constituinte do mesmo).²⁴⁷

²⁴⁵ SCHMITZ, 2004, p. 139

²⁴⁶ SCHMITZ, 2004

²⁴⁷ IF §136

315. Fazer uso de uma imagem ruim, como afirma Wittgenstein na passagem citada, torna-se um problema ainda maior quando percebemos que a *teoria* pictórica (assim como a maioria das teorias filosóficas decorrentes da imagem agostiniana da linguagem) leva-nos a considerar que *não há nada antes do sentido*. Todavia, a reviravolta operada por Wittgenstein, no início dos anos 30, não mais permite sustentar uma posição como esta. Isto porque, não podemos *começar* a falar de maneira significativa, não podemos enunciar proposições dotadas de sentido, a não ser quando admitimos de antemão – e, em geral, sem ter a necessidade de dizê-lo – as regras da gramática da linguagem na qual nos expressamos.

316. Precisamos reconhecer que, se queremos nos fazer entender por outros, é preciso que aceitemos tacitamente e, na maior parte do tempo, sem discussão as regras que permitem, inclusive, que uma discussão se estabeleça. O interessante é precisamente isso: podemos discutir tudo, salvo as regras da gramática, pois a linguagem ainda não tem, sem essas regras, nenhuma significação²⁴⁸. Este argumento permite afirmar que Wittgenstein, nas *Investigações*, não rejeita a ideia de que há uma lógica na linguagem, a qual restringe o que pode ser dito com sentido. Mas, diferentemente do *Tractatus*, que visava uma análise completa das proposições, em um simbolismo ideal, nas *Investigações* a lógica da linguagem se mostra nas regras gramaticais, que admitimos tacitamente no uso cotidiano da linguagem.

317. Ora, admitimos uma regra quando, por exemplo, consentimos no caso de um(a) guarda de trânsito nos multar por ultrapassar em sinal vermelho. Outro exemplo, de que admitimos regras, encontra-se no fato de confiarmos a extração de um dente ao dentista, e a declaração de Imposto de Renda ao Contador, e não o contrário. No mesmo sentido em que há, para a regra matemática: “ $25+25=50$ ”, a nossa admissão! Sem esta, o que seria daquela, ao passo que é, podemos assim dizer, a partir da segunda que a primeira acontece, encontrando efetiva aplicação em como nos organizamos em sociedade.

318. Portanto, sendo as regras gramaticais, dentro do raciocínio de Wittgenstein, o conjunto de todas as regras que pulsam nos ritos da vida humana - na forma como são expressos- para esclarecer o raciocínio de Wittgenstein acerca das regras gramaticais, dividimos este capítulo em três seções das quais, na primeira, discute-se sobre aspectos gerais das regras gramaticais, como a arbitrariedade e *práxis* a elas vinculadas; na segunda seção, a discussão tem como objeto o conceito de ‘seguir regras’; ao passo que, na terceira seção, a discussão sobre o seguir regras é contextualizada dentro de passagens específicas das *Investigações Filosóficas*. Passamos, então, à primeira seção deste capítulo, com a discussão sobre as regras gramaticais.

²⁴⁸ IF §552 - b

3.1 Regras gramaticais

319. Iniciamos esta seção esclarecendo um ponto importante, a saber, que quando falamos de regras gramaticais, da maneira como são consideradas por Wittgenstein, não falamos das regras estudadas pela ciência linguística, enquanto sintaxe, que estuda as regras que regem a construção de frases nas línguas naturais como, *e.g.*, na gramática da língua portuguesa, estabelecem que o pronome “mim” não conjuga verbo. Em outras palavras, a gramática, no sentido de Wittgenstein, não é aquela que aprendemos na escola. Falamos aqui de uma noção de gramática mais ampla. Wittgenstein utiliza o termo ‘gramática’ para designar o conjunto de regras que condicionam um discurso significativo dentro de uma forma de vida.

320. Para compreender o que Wittgenstein entende por ‘gramática’, tomemos novamente o exemplo da seguinte afirmação: “a mancha no vestido é vermelha”. Ao afirmarmos que a mancha é vermelha, podemos, imediatamente, concluir que ela não é verde nem azul. Uma conclusão assim parece decorrer de uma propriedade necessária, que pode ser expressa por uma proposição do tipo: “a mancha no tecido não pode, simultaneamente, ser de duas cores distintas”, a qual parece ser uma proposição do tipo empírica. Mas atenção, para Wittgenstein, em casos assim estamos diante de uma proposição gramatical²⁴⁹.

321. Ao dizer que se trata de uma proposição gramatical, Wittgenstein quer dizer que a sentença “a mancha no tecido não pode, simultaneamente, ser de duas cores distintas” enuncia uma regra de correção, do que entendemos por “cor de uma mancha em um tecido”, pressuposta tacitamente sempre que utilizamos a expressão. A proposição é, desse modo, gramatical e não empírica²⁵⁰. Logo, estamos diante de uma regra, e não uma verdade necessária sobre manchas em tecidos²⁵¹. Tomar uma regra de correção por uma verdade necessária costuma ser o tipo de confusão na qual os filósofos incorrem.

322. Nestes casos, a confusão consiste apenas no fato de que a frase parece falar de objetos, enquanto que deve dizer qualquer coisa sobre o uso das palavras²⁵². O que passa despercebido pelos filósofos não é a forma lógica, mas o lugar que ocupam, na linguagem, proposições como “nenhuma mancha de tecido possui, ao mesmo tempo, duas cores distintas”. Antes de afirmar alguma verdade necessária, a proposição enuncia uma proibição que não nos permite

²⁴⁹ GF §83

²⁵⁰ IF §251 e §295

²⁵¹ GF §32

²⁵² IF §58

dizer de uma mancha em um tecido que ela é, ao mesmo tempo, vermelha e azul. Com isto, uma combinação de palavras é excluída da linguagem, é tirada de circulação.²⁵³

323. Tal proibição não é empírica, senão gramatical. Portanto, depende inteiramente de nossa gramática o que é (logicamente) dito possível e o que não é²⁵⁴. Mantendo-se no âmbito gramatical, a filosofia praticada por Wittgenstein, após a crítica ao *Tractatus*, torna-se descritiva e resguardada de toda tentativa de explicação geral. Seu interesse, a favor do qual lhe servem os jogos de linguagem, passa a ser, nas *Investigações Filosóficas*, a descrição dos usos da linguagem, deixando claro que “a gramática não diz como a linguagem deve ser construída para realizar sua finalidade (...). Ela apenas descreve, mas de nenhum modo explica o uso dos signos”²⁵⁵. A partir disso, Wittgenstein reconfigura nossa relação com a linguagem.

324. Foi nessa toada que a discussão do segundo capítulo, na qual voltamos a atenção para clarificar “o que é um jogo de linguagem”, permitiu que contemplássemos a proposta de Wittgenstein para a nossa relação com a linguagem. Uma relação fluída, orgânica e pragmática, corrente na vida cotidiana do ser humano. Uma relação contingente e arbitrária, que não tem um único fundamento, nem se justifica fazendo referência à realidade. Uma relação que se dá a partir de regras gramaticais, que também são arbitrárias.

325. Dizer que as regras gramaticais são arbitrárias pode significar duas coisas. De um lado, pode significar que nós escolhemos, livremente e sem nenhuma razão, uma regra em vez de outra. Consequentemente, poderíamos, ao que parece, adotar qualquer outra regra e, ainda, decidir o momento em que queremos alterar uma regra vigente. Por exemplo, poderíamos, se nos pusessemos de acordo, mudar as regras que determinam que a terra é redonda. Uma definição difícil de aceitar, pois com isso estamos sugerindo que cabe a nós decidir se a terra é redonda ou não.

326. Por outro lado, considerar a arbitrariedade das regras gramaticais pode significar algo mais modesto, porém, mais interessante. Pode significar apenas que não podemos justificar uma regra gramatical, sem que disso decorra imediatamente que ela pode ser modificada segundo a vontade de cada um de nós²⁵⁶.

As regras da gramática são arbitrárias da mesma forma que a escolha de uma unidade de medida é. Mas isso significa apenas que a escolha é independente da extensão dos objetos a serem medidos e que a escolha de uma unidade não

²⁵³ GF §16, IF §58, IF §500

²⁵⁴ IF §520

²⁵⁵ IF §496

²⁵⁶ SCHMITZ, 2004, p. 156

é "verdadeira" e a escolha da outra é "falsa". Somos tentados a justificar as regras da gramática por meio de sentenças como "Mas há realmente quatro cores primárias". E se dizemos que as regras da gramática são arbitrárias isto é dirigido contra a possibilidade dessa justificativa. (...) As regras devem ser estabelecidas arbitrariamente, isto é, não devem ser lidas a partir da realidade, como uma descrição. Pois quando digo que as regras são arbitrárias quero dizer que não são determinadas pela realidade da maneira como uma descrição da realidade é.²⁵⁷

327. Como diz Wittgenstein: "A gramática não tem contas a prestar à realidade. As regras gramaticais nada mais fazem que determinar o significado (que o constituir); (...), e nessa medida são arbitrárias"²⁵⁸.

328. Ainda em tempo, é válido ressaltar que só podemos buscar justificativas para aquilo que poderia *não* ser o caso. A terra poderia não ser redonda e, neste caso, é importante que se busque justificativas para demonstrar que ela não é quadrada, nem retangular, e sim redonda. As tentativas de justificação precisam de refutação²⁵⁹. Nos casos de regras gramaticais não há refutação, havendo espaço somente para a admissão. Não saímos, portanto, *para fora* da gramática. "Pode-se chamar as regras da gramática de 'arbitrárias', se com isto se quer dizer que a *finalidade* da gramática é apenas a da linguagem"²⁶⁰.

329. É necessário salientar, que a arbitrariedade da gramática não é, na verdade, uma tese defendida Wittgenstein. Em consonância com o seu pensamento, isto não seria nem uma tese propriamente dita. Trata-se, antes, de um aspecto que somos levados a reconhecer, tão logo ampliamos nossa perspectiva sobre o funcionamento da linguagem²⁶¹. A descrição dos usos linguísticos, que Wittgenstein fornece a partir dos jogos de linguagem, chega ao ponto em que percebemos que insistir na busca de uma justificação conduz à pressuposição daquilo que procuramos justificar. É digno de nota lembrar que, a busca insistente por justificativas definitivas provém da tendência filosófica de não saber se deter na busca por razões ou justificações. Não necessitamos de uma razão para obedecer à regra como o fazemos²⁶². Uma forma de superar essa tendência filosófica seria, então, compreender que o que tomamos por verdades, cujos fundamentos não foram explicitados, não passam de regras de gramática, as quais pressupomos, inclusive, quando questionamos a justificação das mesmas.

²⁵⁷ GF §133, §134 e p. 189

²⁵⁸ GF, I, §133.

²⁵⁹ IF parte II, p. 198

²⁶⁰ IF, §497

²⁶¹ SCHMITZ, 2004, p. 157

²⁶² BB §5

330. Nesta mesma linha de raciocínio faria sentido conceber a aritmética como um conjunto de regras gramaticais²⁶³; isto é, conceber proposições aritméticas como expressões de regras gramaticais²⁶⁴. Tratar com legitimidade este ponto de vista causa certo desconforto, visto que ele toca naquilo que costumamos admitir em relação à matemática, a saber, que se trata de uma ciência exata na qual figura, por excelência, a preocupação de fundamentar definitivamente tudo o que se propõe, dando aos seus teoremas justificativas sólidas que possam apoiar verdades.

331. Contudo, Wittgenstein argumenta que não há razões para fundamentar a matemática, quando se concebe que a mesma elabora formas de representação, pertencentes à gramática da nossa linguagem. As proposições matemáticas, enquanto proposições gramaticais, determinam o que pode ser dito no mundo com sentido. Isto significa, por exemplo, que a gramática da proposição aritmética “ $5 + 4 = 9$ ” nos conduz (através do treinamento) a concluir que, da posse de 5 canetas mais 4 lápis temos, ao todo, 9 objetos. Esta mesma proposição nos proíbe concluir que, desta soma, portamos 54 objetos.

332. É natural que haja, devido ao nosso treinamento com a matemática (e o uso que fazemos dela), a inclinação para concebermos “ $5 + 4 = 9$ ” como uma verdade necessária, à qual nos submetemos de bom grado, pois, na falta disso não teríamos nada em que nos apoiar. Wittgenstein, por sua vez, dirá que o fato de adotarmos tal aritmética, e não outra, não se dá por uma circunstância isolada, mas depende de um conjunto mais vasto de *escolhas*, que constitui o que chamou de ‘forma de vida’²⁶⁵. Certamente não é sem um bom motivo que calculamos com números, e da maneira que o fazemos. Basta citar algumas necessidades da vida prática, do comércio, da organização social e de boa parte das atividades humanas, as quais nos fazem admitir que, ao somarmos 5 canetas com 4 lápis obteremos, como resultado, 9 objetos. Neste sentido, parece desinteressante pensar que poderíamos mudar as regras gramaticais, e aceitar que a soma mencionada resulte em 54 objetos. Uma atitude assim causaria muitos transtornos à nossa maneira de viver.

333. Imagine um comerciante que, por caprichos pessoais, solicita que uma criança lhe pague R\$54,00, na compra de dois suvenires, sendo que um deles custa R\$5,00 e o outro R\$4,00. Dependendo da etapa em que se encontra - as vivências no treinamento de uso dos números e no procedimento de compra, dinheiro e troco - a criança perceberá, ou não, o *erro*

²⁶³ B&H, 2005, p. 151

²⁶⁴ O tema das regras e sua ligação com a matemática é altamente controverso dentro da literatura existente. Por isso é necessário esclarecer que não é minha intenção desenvolver uma discussão acerca disto, senão apenas buscar maior clareza quanto a linha argumentativa que desenvolvo neste capítulo.

²⁶⁵ IF parte II, p. 222

oportunista do comerciante. Este, por sua vez, dificilmente encontrará guarida, para sua nova regra aritmética, em uma sociedade organizada pela normativa de que, somado os valores R\$5,00 e R\$4,00, a dívida da criança resulta em R\$9,00. Evidentemente que, para evitar mais transtornos deste tipo, os pais e os professores podem destinar mais tempo ao treinamento e ensino da criança, na aplicação dos números e nas questões práticas da vida. O que tende a inculcar hábitos de uso, reconhecimento das circunstâncias e dos comportamentos linguísticos, a partir de vivências características para esses procedimentos²⁶⁶.

334. Quando ensinamos uma criança que “ $5 + 4 = 9$ ”, fazemos uso de brincadeiras e maneiras lúdicas para facilitar sua compreensão da regra. Pode ser que a criança, em um momento posterior, lembrando-se do caso do comerciante replique o equívoco e aponte como resultado de $5 + 4$ o número 54. Neste caso, afirmamos convictamente que ela se enganou. Tal convicção advém da postura inexorável que mantemos, na aplicação daquela regra. Isto quer dizer que exigimos, como resposta correta, daquele que soma ‘ $5 + 4$ ’ o resultado ‘9’; ao mesmo tempo que recusamos um resultado diferente deste. A necessidade que vemos surgir aqui é consequência do uso, ou aplicação, que fazemos de proposições deste gênero e não diz respeito ao conteúdo da proposição.

335. Assim é, pois o uso das proposições é dado pelo caráter normativo da gramática, expresso pelas regras gramaticais. Os padrões, ou paradigmas, resultantes das regras servem para guiar nossa relação com a linguagem e, simultaneamente, com o mundo. De acordo com a argumentação de Wittgenstein, não precisamos justificar esses padrões, e sim admiti-los antes mesmo de qualquer discussão sobre justificação. Que a gramática seja arbitrária significa, então, que ela é injustificável, não significando que pode ser modificada sem qualquer motivo aparente. Além disso, a arbitrariedade da gramática não impede que nos ponhamos todos de acordo sobre ela. Wittgenstein insiste no ponto de que não há nada para justificar no tocante às regras gramaticais, porque nestas regras se encontra o solo áspero ao qual pretendemos retornar.

336. Essas regras são, no fim das contas, expressões da vida comum onde podemos nos deter. O entendimento entre os seres humanos só é possível diante do compartilhamento de uma rede indiscutível de acordos sobre o que faz sentido dizer. “Não é um acordo sobre opiniões, mas sobre o modo de vida”²⁶⁷. Aprender uma linguagem não se trata apenas de aprender formar sentenças gramaticais, mas também a concordar com os demais usuários

²⁶⁶ IF parte II, p. 216

²⁶⁷ IF, §241

sobre aspectos que não serão postos em questão²⁶⁸. O uso da linguagem pressupõe concordância entre seus falantes. Falar é uma maneira de agir, no contexto de uma “forma de vida”, comum a uma coletividade. O que implica que seguimos as mesmas regras. Diante desta constatação, a noção de seguir regras ganha destaque especial na argumentação de Wittgenstein. Portanto, na seção seguinte contextualizamos a noção de seguir regras no pensamento do autor.

3.2 Contextualizando o conceito de seguir regras

337. O conceito de regras da linguagem já ocupava um lugar importante na filosofia do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Nesta fase do pensamento de Wittgenstein, a linguagem era concebida como composta por regras que formam um complexo conjunto lógico sintático. De acordo com esta perspectiva, as regras determinam, por completo, as possibilidades combinatórias dos símbolos que empregamos para representar o pensamento, e são tomadas como governando qualquer linguagem possível. Porém, de acordo com o *Tractatus*, as regras da sintaxe lógica estão escondidas na linguagem cotidiana, sendo humanamente impossível extrair desta, de modo imediato, a lógica da linguagem²⁶⁹. Desta característica decorria, então, a necessidade de criar uma linguagem pura e cristalina, *i.e.*, logicamente perfeita e determinada.

338. Como vimos na discussão do segundo capítulo, esta concepção de regras, como as regras de cálculos, não perdurou por muito tempo no pensamento, e na filosofia, de Wittgenstein. A partir de 1931, Wittgenstein encaminha-se gradativamente para a concepção de que, ao usarmos a linguagem, estamos diante de uma atividade normativa multifacetada, governada por regras flexíveis. Esta mudança de concepção decorre do abandono da imagem agostiniana da linguagem, a qual servia de base para o isomorfismo defendido no *Tractatus*. Para tanto, os objetos, que antes fundamentavam a possibilidade de significação, foram postos de lado, e a ênfase agora é sobre a compreensão das regras de uso das palavras.

339. As regras constroem o significado das palavras, pois são elas, e não as relações entre palavras e objetos, que comandam o uso da linguagem²⁷⁰. De toda sorte, é sempre prudente

²⁶⁸ SCHMITZ, 2004, p. 163

²⁶⁹ TLP, 4.002.

²⁷⁰ FATTURI, 2002, p.12

evitar o equívoco de considerar que há, por assim dizer, um conjunto *ideal* de regras fixas para o uso de uma expressão²⁷¹. Este raciocínio se fortalece quando consideramos a dificuldade de saber, se tivermos que imaginar um conjunto ou uma lista completa das regras para a utilização de uma palavra, qual seria o nosso procedimento. O que buscamos ao exigir tal coisa? Não seria possível elencar casos não contemplados por uma lista dita completa? Ora, este ideal de completude é, de fato, resultado da adesão a uma forma de expressão dogmática que exige a rigidez e a determinação completa das regras que normatizam o uso da linguagem. É justamente a adesão a um ideal de exatidão que conduz à concepção de idealizar um conjunto de regras que, por fim, acabam desconectadas da prática da linguagem.

340. A objeção pelo ideal de exatidão é um ponto central na transição do pensamento de Wittgenstein, do *Tractatus* para as *Investigações*. Essa diferenciação não diz respeito a uma mera rejeição do pensamento daquela obra. Podemos ver que as coisas não se passam desta maneira pelo seguinte: a ideia básica do *Tractatus* era a de que se deveria descrever as condições de possibilidade de *toda* linguagem possível. Logo, a vaguidade/ambiguidade/imprecisão, que se manifesta na linguagem comum, deveria ser evitada. O sentido de qualquer linguagem deveria ser determinado de maneira categórica. Wittgenstein, à época do TLP, diria que ‘vaguidade e imprecisão’ constituem problemas filosóficos pelo fato de que não conhecemos a lógica da nossa linguagem²⁷².

341. Contudo, enquanto que no *Tractatus* não poderia haver vaguidade quanto ao sentido das proposições, nas *Investigações* temos a admissão de que a vaguidade e a imprecisão de nossa linguagem não podem ser completamente eliminadas, afinal não se tratam de defeitos da linguagem. Pelo contrário, tais características são fundamentais para a nossa linguagem natural e, via de regra, não representam obstáculos para a comunicação, antes a enriquecem.²⁷³

342. Claro está que, devido ao treinamento ao qual somos submetidos na filosofia e que preconiza uma forma de lidar com a linguagem em desfavor de outras, tendemos ao preconceito de interpretar negativamente a vaguidade linguística. Isto porque, idealizamos a forma que visa alcançar a universalidade, a essência, o fundamento, e outros elementos deste tipo. Essa forma sugere que a complexidade de um tema traz riqueza e profundidade ao conhecimento do mesmo, ao passo que a vaguidade e a imprecisão obscurecem e atrapalham a busca dele. E porque tal forma, em seu *modus operandi*, separa a linguagem da realidade, acredita que o importante, em relação aos conceitos, é seu *conteúdo cognitivo*. Todas essas

²⁷¹ IF parte II, p. 224

²⁷² TLP: 3.323, 3.324, 3.325, 4.003

²⁷³ FATTURI, 2002, p.25

características resultam do olhar constante através das lentes do ideal, gerando uma ilusão a respeito do funcionamento da linguagem. Como se a sua função mais sublime da linguagem, assim como a da filosofia, operasse com vistas ao progresso cognitivo, a partir da busca pelo essencial. “Estamos na ilusão de que o especial, o profundo, o essencial (para nós) de nossa investigação residiria no fato de que ela tenta compreender a essência incomparável da linguagem”.²⁷⁴ Deste modo, os jogos de linguagem servem para combater, e protestar contra, essa ilusão.

343. Cientes desta ilusão, podemos ver com maior clareza que ‘precisão’ e ‘imprecisão’; ‘ideal’ e ‘não ideal’; ‘exato’ e ‘inexato’, *não* são, por essência, conceitos absolutos. Ou seja, um conceito é preciso, ou impreciso, segundo uma certa relação. Na §88 das *Investigações* temos que, conforme as circunstâncias e os propósitos, estabelecemos o que é exato ou inexato.

“Inexato” é, na verdade, uma censura e “exato” é um elogio. E isto quer dizer: o inexato não atinge o seu alvo tão perfeitamente como o mais exato. Depende, pois, do que chamamos “o alvo”. Sou inexato se não indico com precisão métrica a que distância o sol está de nós, e se não indico ao carpinteiro com precisão milimétrica a largura da mesa? Não está previsto um ideal de precisão; nem sabemos que ideia fazer disso – a não ser que você mesmo estipule o que deve ser denominado assim. Mas vai ser difícil para você encontrar uma tal estipulação; uma que o satisfaça²⁷⁵.

344. Um cuidado deve ser tomado sobre o que foi citado. Wittgenstein não está afirmando que devemos abrir mão da precisão. Não estamos advogando contra ela (ou contra a verdade). Diferente disto, nos propõe que busquemos determinar qual a função do ideal de precisão nas nossas investigações sobre a linguagem. Além disso, não precisar tratar a vaguidade e a imprecisão, como defeitos da linguagem, é outra razão pela qual Wittgenstein traz à baila a maneira de olhar o funcionamento da linguagem através do conceito de familiaridade, o qual nos permite ver as diferenças – além das semelhanças – coisa que o conceito de ideal não logra fazer. Diz ele: “é necessário evocar e salientar constantemente as diferenças que nossas formas habituais de linguagem facilmente não deixam perceber”.²⁷⁶

345. Não destoando disto, Wittgenstein destaca que as regras, que coordenam o uso da linguagem, não se constituem em um quadro fixo²⁷⁷. Ressalta, ainda, que buscar uma explicação exclusiva para o fato de usarmos nossa linguagem de forma significativa, partindo

²⁷⁴ IF, §97

²⁷⁵ IF §88

²⁷⁶ IF §132, §290

²⁷⁷ IF §81

do princípio de que este uso repousa sobre uma base estritamente única, constitui-se num engano. Como comentado anteriormente, a insistência por explicações definitivas configura uma característica do fazer filosófico. O que reflete, diretamente, na investigação sobre a possibilidade de uma base comum para tudo aquilo que denominamos ‘linguagem’²⁷⁸. Wittgenstein visa mostrar que não há um elemento comum a todas as nossas manifestações linguísticas. Aqueles fatos que designamos como linguagem possuem, entre si, não uma espécie de essência comum, e sim semelhanças e diferenças, que são expressas de maneiras variadas. Para ele, a busca por uma forma geral é um ideal, de ordem lógica-filosófica, que *impomos* à linguagem, e não uma característica intrínseca que a ela pertença e que precisamos desvendar.²⁷⁹

346. Para que esta imposição se desfaça, é interessante considerarmos como Wittgenstein utiliza a expressão “jogos de linguagem”. A utilidade deste conceito não está no fato de servir como base para uma teoria da linguagem. Antes, o conceito é útil para os interesses de Wittgenstein, justamente por permitir expressar a diversidade e a multiplicidade dos usos da linguagem: “É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego. a multiplicidade das espécies de palavras e frases, com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-philosophicus*.)²⁸⁰”.

347. Consoante aos interesses de Wittgenstein, os jogos de linguagem servem para demonstrar que os usos linguísticos integram o conjunto das atividades da vida humana, e estes usos não podem ser definidos de uma única maneira, nem de uma vez por todas. Ou seja, as palavras estão correlacionadas com o comportamento dos falantes, formando um complexo conjunto de atividades, conhecido por “vida humana”²⁸¹. Considerar o caráter pragmático do uso linguístico tornou evidente o fato de que, antes do significado linguístico, temos uma porção de coisas já postas e funcionando, as quais Wittgenstein chamou de regras. Por causa das regras que estão postas, é que podemos utilizar, sem prejuízo, os conceitos da linguagem sem a necessidade de uma significação rígida.²⁸²

348. Foi para fortalecer este ponto de vista que estipulamos, como objetivo principal deste terceiro capítulo, tratar do conceito de ‘seguir regras’. Para tanto, se fez necessário reconhecer e expor o trajeto que nos conduz à discussão pretendida. Reconhecer, então, que falantes

²⁷⁸ IF §65

²⁷⁹ IF §107

²⁸⁰ IF §23

²⁸¹ IF §6, §7, §23, §92

²⁸² IF §79

seguem regras. Cientistas seguem regras. Cristãos seguem regras. Astronautas seguem regras. Jogadores de futebol seguem regras. Crianças seguem regras. E cada um é treinado de acordo com o contexto no qual nasce, cresce e se desenvolve. Quando empregamos nossa linguagem, não pensamos nas regras (e em quais regras) que estamos seguindo. Não questionamos a forma como nos relacionamos com elas. Não são os fatos empíricos, a respeito da linguagem, que interessam aqui. Wittgenstein afirmou que suas ocupações voltavam-se, apenas, para a descrição do que acontece, não interessando a verdade, mas a forma de descrição do que acontece, visto como um jogo²⁸³.

349. De fato, é toda nossa compreensão filosófica que deve ser redirecionada. Nossa expectativa de encontrar a explicação última, para o funcionamento da linguagem, deve ser compreendida naquilo que ela é: um ideal que queremos ver cumprido²⁸⁴. Contudo, compreendemos mal o papel que o ideal desempenha em nosso modo de expressão²⁸⁵. Não é necessário que elaboremos uma teoria da linguagem, com caráter científico, pois não se trata de ciência. Os problemas filosóficos não são empíricos; os problemas filosóficos são conceituais e podem ser dissolvidos por um exame cuidadoso do funcionamento da linguagem²⁸⁶. Este exame mostrará que as explicações de significado são demonstrações de compreensão das palavras e sentenças. Compreender é uma habilidade treinada. Para compreender a significação linguística, ou seja, aquilo que normatiza o uso das expressões, é produtivo compreender a possibilidade de falar sobre a linguagem como falamos de um jogo, e das regras deste jogo.

350. Há a indicação positiva de que o entendimento, acerca da significação linguística, pode ser melhor assimilado a partir de uma mudança, no eixo da investigação, que concede à análise gramatical dos conceitos, de ‘explicação’ e ‘compreensão’, um lugar proeminente e não secundário²⁸⁷. Algumas confusões filosóficas, a respeito destes conceitos, são fruto da falta de uma visão de conjunto dos variados critérios de compreensão das expressões, bem como da negligência quanto às relações familiares entre ambos os conceitos. Estas relações brotam do fato de que ao fornecer uma explicação da significação de uma expressão, fornece-se, concomitantemente, um critério para a compreensão da mesma²⁸⁸. A explicação dada é, por oportuno, um padrão para o uso correto da expressão. De maneira correspondente,

²⁸³ GF, §66

²⁸⁴ FATTURI, 2002, p.48

²⁸⁵ IF §100

²⁸⁶ IF §109

²⁸⁷ B&H, 2005, p. 39

²⁸⁸ IF §533, §560

usar uma expressão, de acordo com as explicações corretas, é aplicar um critério de compreensão. Enquanto que compreender a expressão pressupõe a habilidade de explicá-la.

351. Há, na argumentação de Wittgenstein, a inversão do caminho tradicional da investigação do significado. A imagem agostiniana da linguagem parte do princípio de que o significado dos conceitos, de ‘compreensão’ e ‘explicação’, é fundamentado na interpretação de que a significação consiste na relação palavra/objeto. Inverter tal projeto requer considerar em que se baseia a compreensão de uma expressão. É neste cenário que podemos avançar na discussão sobre regras, pois este conceito está relacionado com os de ‘compreensão’ e, principalmente, de ‘explicação’ (já que a explicação do significado tem caráter normativo)²⁸⁹.

352. O conceito de ‘regra’ é, para Wittgenstein, um conceito expresso por semelhanças de família, possuindo, por esta característica, uma família de significações: definições ostensivas, diagramas, explicação por enumeração, definições verbais, tabelas de verdade, paráfrases contextuais, regras de jogos, regras que impõem algum tipo de obrigação, regras que conferem direitos etc²⁹⁰. O autor tinha em mente a variedade e a diversidade das regras. Tal postura o diferencia da maioria dos filósofos, que adotam a perspectiva de regras estipuladas como regras de cálculo, priorizando, com isso, a função matemática. Por conseguinte, outros tipos de regras não parecem acessar a mesma instância de certeza e fundamento alcançada pela função matemática²⁹¹.

353. Para Wittgenstein, concentrar-se somente nas regras de cálculo é cair no engano de acreditar que tais regras oferecem, para a significação, condições precisas, completas e imunes de erros. Expor, de maneira crítica, este tipo de engano acaba por desestabilizar o modelo de cálculo como *o único* modelo legítimo e seguro de conceber, e de agir de acordo com, as regras²⁹². Assim, a discussão sobre regras se encontra dentro de um contexto maior, a saber, do tratamento filosófico, para com o funcionamento da linguagem, a partir dos enganos advindos da imagem agostiniana. Portanto, nosso trabalho, a partir de agora, será considerar como se dá a compreensão de uma regra, e quais critérios nos permitem dizer que uma determinada ação está, ou não, de acordo com a regra que a normatiza.

354. Sendo assim, na próxima seção detalhamos os argumentos de Wittgenstein, na sua discussão sobre seguir regras. Cabe frisar que não forneceremos argumentos conclusivos ou uma interpretação dogmática de como compreender tais argumentos. Nossa exposição se limita a esmiuçar, para aclarar, a argumentação do nosso filósofo.

²⁸⁹ BAKER, 1981, p. 47

²⁹⁰ FATTURI, 2002, p.56

²⁹¹ IF parte II, p. 222

²⁹² BAKER, 1981, p. 50

3.3 O conceito de Seguir Regras nas *Investigações Filosóficas*

355. Na seção anterior foi estabelecido, de acordo com a argumentação de Wittgenstein, o contexto e a função do conceito de regras e suas relações gramaticais com os conceitos de ‘explicar’ e ‘compreender’. Nossa tarefa, agora, é abordar a discussão sobre ‘seguir regras’, elaborada por Wittgenstein nas seções centrais das *Investigações Filosóficas*, mais precisamente entre as seções 185 a 242. Em razão disso, nossa atenção se volta para o encadeamento dos argumentos, contido nestas seções, uma vez que é nele que Wittgenstein, com o auxílio do seu interlocutor didático, explora a relação entre uma regra e suas aplicações, incluindo a temática sobre a autonomia da gramática e, por consequência, sobre o papel da concordância no ‘seguir regras’²⁹³.

356. A questão do seguir regras é lançada, por Wittgenstein, na §185 das *Investigações*, quando retoma o caso do aluno a quem se está ensinando séries numéricas:

Retornemos ao nosso exemplo (143). O aluno domina agora – de acordo com os critérios usuais – a série dos números naturais. Ensinamos-lhe a escrever outras séries de números cardinais e conseguimos que ele, p. ex., ouvindo ordens da forma “+n” escreva séries da forma 0, n, 2n, 3n, etc.; à ordem “+1” escreva, portanto, a série dos números naturais. - Nós faríamos nossos exercícios e testes de sua compreensão com números até 1000²⁹⁴.

357. A retomada deste exemplo tem, como ponto de partida, o resumo da discussão sobre a significação da linguagem (fornecida, entre outras coisas, por uma explicação do significado). O resultado desta discussão mostra que a ‘compreensão’ é uma *habilidade/capacidade*, e não um *estado anímico* (mental ou psíquico)²⁹⁵ no qual poderia se encontrar a pessoa que compreende uma palavra ou fórmula. “(...) ‘Agora sei continuar’ (...). Assim são usadas estas palavras. Neste caso, seria muito enganador chamar as palavras de ‘descrição de um estado psíquico’. - Melhor seria chamá-las aqui de ‘sinal’ e, de acordo com o que ele (o aluno) continua fazendo, podemos avaliar se o sinal foi usado corretamente”²⁹⁶.

358. Nesta passagem se encontram, ao menos, duas informações valiosas no que diz respeito ao pensamento de Wittgenstein. Por um lado, ela critica fortemente uma das ideias do essencialismo linguístico, ao conceber a compreensão como uma capacidade, *i.e.*, um ‘ser

²⁹³ Para enriquecer a discussão sobre ‘seguir regras’, destacamos que, além das seções mencionadas (185-242), citamos algumas passagens apresentadas nas seções *finais* (431 a 693), bem como trechos da segunda parte, das *Investigações*.

²⁹⁴ IF §185

²⁹⁵ IF §33; §81; §154; §155; §636 - segunda parte, p.183 e GF §8, §11

²⁹⁶ IF §179 - §180 - §199

capaz de'. Esta concepção implica em uma mudança de perspectiva, já que abandona a ideia de que conceitos *psicológicos*, como o de 'compreensão', referem-se a estados de espírito, ocultos e privados, que são descritos por meio dos nomes da linguagem. Por outro lado, a passagem permite identificar que Wittgenstein está chamando atenção para a expressão "critérios usuais" que servem como critérios de correção para a significação. "Critérios usuais" são ensinados e passíveis de serem testados. Portanto, são critérios públicos, e não privados.

359. Para desenvolver o raciocínio de seu pensamento, a partir das considerações sobre o caso do aluno, Wittgenstein traz para a discussão a seguinte problemática: "Fazemos agora com que o aluno continue uma série (p. ex., '+2') acima do n. 1000, e ele escreve: 1000, 1004, 1008, 1012. Dizemos-lhe: 'Veja o que você está fazendo!'. Ele não nos compreende. Nós lhe dizemos: 'Você deve adicionar *dois*' -Ele responde: 'Sim! Não está correto? Eu pensei que *devia* fazer assim'"²⁹⁷. Inicialmente, parece óbvio que há um engano por parte do aluno. "Este engano seria semelhante ao caso de uma pessoa que, por natureza, reagisse a um gesto de apontar com a mão, olhando na direção que vai da ponta do dedo para o pulso, em vez de olhar na direção da ponta do dedo para fora".²⁹⁸

360. Isto porque esperava-se que o aluno, por sua própria natureza, e a partir do ensinamento que recebera por elucidação (por exemplos), reagisse à ordem como quem a *compreende de maneira correta*. Logo, para corrigir este engano, segundo o que sugere o interlocutor de Wittgenstein, devemos mostrar ao aluno o que ele está fazendo, através de exemplos e da repetição do ensino, evidenciando onde está o seu engano (com o auxílio de elucidações). Como se a elucidação fosse suficiente para fornecer a correta compreensão da ordem. Contudo, observa Wittgenstein, "toda elucidação pode ser mal compreendida"²⁹⁹. Deste modo, considerando o caráter arbitrário da elucidação, Wittgenstein questiona quão proveitoso seria, na tentativa de fazer o aluno compreender corretamente a ordem, fornecer novamente os mesmos exemplos anteriores? A partir desta problemática, Wittgenstein inicia a investigação sobre em que consiste compreender uma regra.

361. Esta problemática coloca em foco a questão de como saber que 1002 segue de 1000, no desenvolvimento da série "+2"? O que justifica o argumento de que 1002 é o próximo número, na sequência, e não 1004? Que razões podem ser fornecidas? O problema seria, então, fornecer razões pelas quais a continuação não se deu de acordo com a regra. Estes

²⁹⁷ IF §185

²⁹⁸ IF §185

²⁹⁹ IF §29

questionamentos levaram o interlocutor, de Wittgenstein, a supor a existência de um *vácuo* entre *ensinar uma regra*, neste caso “+ 2”, através do aprendizado e, por outro lado, *compreender o que devemos fazer para seguir esta regra*. Em detrimento disto, seria necessário algo para ligar a explicação e a compreensão da fórmula de maneira que, para o aluno, o passo correto fosse escrever 1002 depois de 1000. Esta suposição, feita pelo interlocutor, cria a deixa para que ele aponte possíveis soluções que foram consideradas por Wittgenstein.

362. Na §186 das *Investigações*, a primeira solução proposta apresentada pelo interlocutor, de Wittgenstein, afirma ser necessário que, para a correta execução da ordem, tivéssemos uma *intuição*, a cada passo dado. Mas, novamente, Wittgenstein pergunta como decidimos qual é o passo correto?

363. A possibilidade de admitir a intuição, como sendo o elo entre ensino e compreensão, foi logo eliminada por Wittgenstein. Isto porque a intuição supõe um critério independente de correção visto não ser possível, objetivamente falando, demonstrar a intuição de alguém que faz com que certos passos, no desenvolvimento de uma série numérica, estejam corretos ou não. Wittgenstein argumenta, ainda, que apelar para a intuição pressupõe, claramente, o que nos conduz à perplexidade, já que necessitamos saber o que devemos chamar, para cada ponto no desenvolvimento da série, por ‘concordância com a ordem’. Por isso, “mais correto do que dizer que em cada ponto é necessário uma intuição, seria quase dizer: é necessário em cada ponto uma nova decisão”³⁰⁰.

364. Diante destes entraves, o interlocutor de Wittgenstein aceita que a intuição não fornece uma resposta segura e satisfatória ao problema, decidindo, então, defender a ideia de que o professor, ao dar a ordem, *quis dizer* que o aluno devia escrever, após cada número já escrito, o segundo número seguinte; e, a partir daí, todas aquelas frases decorrem da sua posição. De pronto, lembra Wittgenstein, é justamente aí que está a questão: saber o que, num ponto qualquer, decorre dessa frase. Considerando o apontamento de Wittgenstein, o interlocutor explica-se nos termos de que “*já sabia* também, naquela ocasião em que deu a ordem, que o aluno deveria escrever 1002 após 1000!”. Wittgenstein adverte seu interlocutor a não se deixar enganar pela gramática das palavras empregadas. Na passagem seguinte encontramos o motivo para esta adversão:

Você pode até afirmar que quis dizer isto na ocasião; apenas você não se deve deixar enganar pela gramática das palavras “saber” e “querer dizer”.

³⁰⁰ IF §186

Pois você não quer dizer que pensara, na ocasião, na passagem de 1000 a 1002 – e, se pensara nesta passagem, não pensara em outra. Seu “eu já sabia naquela ocasião...” significa algo como: “se alguém me tivesse perguntado naquela ocasião que número deveria escrever após 1000, eu teria respondido ‘1002’”. Não duvido disso. É uma suposição da mesma espécie desta: “se ele naquela ocasião tivesse caído na água eu teria saltado atrás dele”. - Em que consistia então o erro de sua ideia?³⁰¹

365. Em caráter de advertência, Wittgenstein se presta a esclarecer o erro de seu interlocutor quando este, na busca pela significação das palavras, se apoia nas semelhanças compartilhadas, neste caso, entre ‘saber’ e ‘querer dizer’ e não observa as diferenças que acompanham as significações de ambas as expressões. Por isso, logo em seguida revela Wittgenstein:

Aqui gostaria, antes de tudo, de dizer: sua ideia foi a de que aquela significação (Meinen) da ordem tinha já, a seu modo, feito todas aquelas passagens: seu espírito como que voava adiante, ao dar significação e fez todas aquelas passagens antes que você tivesse chegado corporalmente a esta ou àquela. Você tendia a empregar expressões tais como: “As passagens realmente já estão feitas mesmo antes que eu as faça por escrito, oralmente, ou mesmo em pensamento”. E parecia como se fossem já predeterminadas de um modo peculiar, como se fossem antecipadas – como apenas o ‘significar’ pode antecipar a realidade.³⁰²

367. Nesta passagem Wittgenstein chama atenção para a confusão gramatical, do significado, que pode ser expressa na resposta à seguinte questão: “dar a ordem de ‘somar + 2’ consiste em realizar um número infinito de atos de significação, relacionando cada número com o próximo na série?” Ora, significar alguma coisa através daquilo que é dito por alguém não é efetuar um tipo especial de ato mental, ou ato de significado, que acompanharia o que diz a pessoa que ordena. Ainda mais, a pretensão do interlocutor é a de que o ato mental *completaria* as passagens. Conforme a passagem citada, seria como se a alma se adiantasse à frente do corpo e fizesse todas as passagens. Desta maneira, as transições já estariam feitas antes mesmo que as fizéssemos por escrito ou em pensamento, o que seria um absurdo.

368. Ciente dessas dificuldades, o interlocutor de Wittgenstein sugere, então, que as passagens poderiam ser determinadas pela própria forma algébrica. Ao que imediatamente Wittgenstein lhe responde: “Sua questão contém um erro. Utilizamos a expressão: ‘as passagens são determinadas pela fórmula...’ caberia, aqui, o questionamento de saber como é ela empregada?”³⁰³. O questionamento de Wittgenstein consiste em mostrar que esta sentença

³⁰¹ IF §187

³⁰² IF §188

³⁰³ IF §189

pode ser interpretada ambigüamente, o que significa que ela permite mais do que um único emprego. Por exemplo, ela pode ser usada tanto para dizer algo sobre um comportamento normativo, quanto para afirmar uma constatação gramatical. Wittgenstein desenvolve seu raciocínio:

Podemos falar talvez que as pessoas são levadas pela educação (treinamento) a empregar a fórmula $y = x^2$, de tal modo que todas obtêm o mesmo valor para y quando substituem x pelo mesmo valor. Ou, podemos dizer: ‘estas pessoas foram treinadas de tal modo que, à ordem ‘+ 3’, fazem todas a mesma passagem, no mesmo nível. Poderíamos expressar isso da seguinte maneira: “a ordem ‘+ 3’ determina inteiramente, para essas pessoas, a passagem de um número ao seguinte”. (Ao contrário de outras pessoas que, a essa ordem, não sabem o que devem fazer; ou que reagem a ela com toda certeza, mas cada um de um modo diferente.).³⁰⁴

369. Na abordagem destacada, pela citação, a sentença “as passagens são determinadas pela fórmula algébrica” é empregada como estímulo a um comportamento normativo. Isto é, pessoas que porventura empregarem, mediante treinamento, a fórmula (algébrica) “ $y=x^2$ ” sabem o que fazer em resposta a ordens do tipo “ $y=x^2$ ”. Para elas, os passos a serem tomados já estão, *em certa medida*, determinados, tal como a receita determina os passos para preparar uma refeição. Ainda sobre este primeiro emprego, Wittgenstein nos recorda de que há casos em que o ouvinte, não possuindo treinamento suficiente, não sabe o que deve fazer para obedecer corretamente a ordem ‘ $x+2$ ’. Como também há pessoas que não sabem cozinhar uma boa lentilha, mesmo estando de posse dos ingredientes e do passo a passo para prepará-la.

370. De outro modo, a sentença do interlocutor, empregada enquanto expressão de uma constatação gramatical, nos permite contrapor diferentes tipos de fórmulas (algébricas, químicas, mecânicas, do excel, do word, etc.) e diferentes espécies de emprego das mesmas (“diferentes espécies de treinamento”)³⁰⁵. Aqui, o uso da sentença “as passagens são determinadas pela fórmula” diz respeito a um tipo formal de afirmação feita através da fórmula “ $y = x^2$ ” (que determina um número y , dado um determinado x), que difere do tipo formal de outras fórmulas (que *não* determinam um número y , dado um determinado x).

371. Em outras palavras, o ponto de vista de Wittgenstein defende que a questão sobre se uma determinada fórmula define um único valor para cada argumento, apenas faz sentido em certos contextos. Assim, a questão elaborada pelo interlocutor de Wittgenstein – “Mas as

³⁰⁴ IF §189

³⁰⁵ IF §189

passagens não são determinadas pela fórmula algébrica?” - contém o engano de pensar que a fórmula determina, sem equívocos, quais passos estão corretos. Como se ela agisse anteriormente a nós, tornando estes passos corretos. Isto, todavia, é um tanto quanto confuso. Não há um tipo de mecanismo, lógico ou psicológico, que torne os passos corretos – eles são ou não são corretos de acordo com a regra e o contexto de uso que ela padroniza.

372. Apesar do desenvolvimento argumentativo, realizado por Wittgenstein, o interlocutor não demonstra estar convencido e reformula seu raciocínio, passando a afirmar que é “o modo como a fórmula é significada (*gemeint*) que determina quais as passagens a fazer”³⁰⁶. Wittgenstein não discorda totalmente desta afirmação, pois o que é intencionado pela fórmula é o que, em geral, a fórmula significa. Contudo, esta reformulação não ajuda o interlocutor a unir, como gostaria, a fórmula e os passos corretos a seguir. Este propõe, então, que a *ponte* entre as explicações da regra, e suas aplicações, é construída pela adequação do aluno ao que o professor *intencionava* que o aluno fizesse³⁰⁷. Apesar de não se constituir em um argumento totalmente incorreto (conferir §187), o mesmo pode induzir a certos enganos. Basta lembrarmos, aqui, do engano cometido pelo aluno e, com isso, recordar também do argumento de que não se exige, por parte do aluno, o domínio de um conteúdo mental, mas de uma técnica de aritmética na qual ele foi treinado.

373. Se aquilo que o aluno deve fazer fosse uma espécie de ato mental, então *como* saber a fórmula intencionada pelo professor? Por qual critério chegaríamos a tal intenção? A resposta pode ser: “talvez o modo como a usamos constantemente, o modo como nos foi ensinado usá-la”³⁰⁸. De acordo com Wittgenstein, o critério para o que intencionamos com aquela regra é impessoal. Ou seja, são os usos estabelecidos da fórmula e os procedimentos padrões que ensinam a sua utilização³⁰⁹. Similarmente, o que se intenciona com a aplicação de uma fórmula é manifesto na maneira como a utilizamos, e no modo como explicamos a aplicação que dela fazemos.

374. Mas o interlocutor de Wittgenstein não estava imbuído disso quando apelou para a *intenção* como o elemento que une a regra e a sua correta aplicação. O que, de fato, ele buscava era levar para o plano mental o critério que determina quais são os passos corretos. Contudo, a intenção do professor, quando ordena o aluno a escrever a sequência numérica, não dizia respeito a qualquer conteúdo mental. Antes, pretendia conduzir o aluno a utilizar

³⁰⁶ IF §190. Ainda, em outra tradução temos “É o modo como se tem a fórmula em mente que vai determinar quais passagens devem ser feitas?”

³⁰⁷ IF §187

³⁰⁸ IF §190

³⁰⁹ IF §185

certas habilidades aritméticas que já possuía. Entretanto, o interlocutor não aceita que a discussão de seu argumento tenha sido feita de forma completa.

375. O que o interlocutor anseia é alcançar uma noção mais geral, que constitua o uso *total* da expressão ou da fórmula. Diz ele: “É como se pudéssemos apreender toda a aplicação da palavra de um golpe só”³¹⁰, e, com isso, lança o argumento com base na *compreensão* da fórmula. Como se esta pudesse ser compreendida de uma só vez, através de um ato instantâneo da nossa mente. Wittgenstein, então, chama a atenção do interlocutor para o engano que está cometendo, a partir de sua perplexidade filosófica, quando busca por uma ligação entre regra e aplicação da regra, propondo um tipo de compreensão da expressão como um ato mental, supostamente presente em *todas* as suas aplicações. Esta perplexidade é fruto da imagem essencialista da linguagem, e tem como corolário a *mitologia* das explicações filosóficas do significado³¹¹.

376. Em primeiro lugar, a compreensão não é um processo mental, *i.e.*, não é um relato de algo que aconteceu em nossa mente num determinado momento, a saber, no momento em que compreendemos como continuar uma série numérica, ou que aprendemos a usar uma palavra. Em segundo lugar, a relação entre regra e sua aplicação é uma relação gramatical. Portanto, sua conexão está na lista das regras envolvidas, no ensino dessas regras e nas práticas que as envolvem. De fato, a formulação de uma regra não está, por assim dizer, suspensa no ar. Ela não é independente do uso das expressões em atividades normativas. Isto é, a formulação de uma regra significa que as expressões que ela contempla são usadas de certa forma, e não de outra.

377. Quando aprendemos a seguir uma regra somos introduzidos em um *contexto normativo*, no qual certas proposições são tomadas como formulações de regras, indicando-nos *como* devemos agir. Deste modo, aprendemos a seguir regras como aprendemos a falar, a jogar, a cozinhar, ou seja, aprendemos na prática³¹². Assim, comenta Wittgenstein: “Fui treinado para ter uma determinada reação frente a este signo, e é assim que reajo agora”³¹³.

378. Caso o interlocutor de Wittgenstein formule uma objeção a este argumento, em termos de que o fato de ser treinado a obedecer um signo, de tal e tal maneira, revela apenas uma conexão causal entre o signo e nossa atitude perante ele. Wittgenstein pode, então, redarguir destacando que não se trata de mero treinamento, visto que aprendemos a técnica da qual

³¹⁰ IF §191

³¹¹ IF §552 (a)

³¹² B&H, 2005 p.134

³¹³ IF §198

fazem parte os casos de comportamentos, corretos e incorretos. Tal técnica é uma razão para agir, não uma causa para um comportamento condicionado. O que quer dizer que aprendemos as técnicas, no treino de atividades normativas, ao mesmo tempo que aprendemos, em nossas aplicações de um termo, um modo de agir ou reagir considerado normal ou anormal³¹⁴. O contexto normativo de usos e costumes da linguagem nos permite compreender uma palavra ou frase. A compreensão da regra é alcançada devido ao contexto do funcionamento de uma língua.

379. Segundo Wittgenstein, a solução para o problema do interlocutor, de unir regra e compreensão da regra por meio de estados mentais, passa pela análise da palavra ‘compreensão’, e da confusão linguística de usá-la como nome de um mecanismo interno. O conceito de ‘compreensão’ só será corretamente esclarecido quando for analisado sob o pano de fundo dos jogos de linguagem, pois este conceito está intrinsecamente ligado à capacidade de os falantes usarem as palavras adequadamente. E aqui, adequadamente significa nada mais do que ser capaz de aplicar corretamente uma palavra e, se for o caso, explicitar as regras que determinam sua aplicação³¹⁵. Consoante a isso, afirma Wittgenstein: “é evidente que a gramática da palavra ‘saber’ é estreitamente aparentada com a de ‘poder’, ‘ser capaz de’. Mas também estreitamente aparentada com a da palavra ‘compreender’. (Dominar uma técnica)”³¹⁶. A maneira como compreendemos uma regra, *i.e.*, a maneira como dominamos uma técnica, é exibida na forma como agimos segundo ela.

380. A razão disto está no fato de que as regras gramaticais são estabelecidas de acordo com as formas de vida, nas quais nascem e se desenvolvem. Por isso, a compreensão das regras remete a um aglomerado de atividades, instituições, costumes e hábitos entrelaçados, fazendo do *seguir regras* algo objetivo. Regras são uma constante na vida humana, com as quais se relacionam, de modo frequente, os comportamentos cotidianos. Não pode ser o caso de que apenas uma pessoa tenha, uma única vez, seguido uma regra³¹⁷. Há inúmeros exemplos de situações em que seguimos regras de algum tipo, sejam as regulamentações de trânsito, as regras de etiqueta, regras de jogos, regras de inferência lógica, regras legais, regras sociais, entre outras.

381. O que caracteriza estas situações é que nelas as ações dos participantes estão como que determinadas pela regra, no sentido de que certo comportamento é esperado de quem participa delas. Seguir a regra é uma prática, uma ação, agindo de acordo com o que é

³¹⁴ IF §142, §143, §144, §145

³¹⁵ DONAT, 2008, p.69

³¹⁶ IF §150

³¹⁷ IF §199, §337

esperado, porque a regra *obriga* a agir assim, e nisto se encontra a sua objetividade. A regra informa quais ações são esperadas e, desta maneira, não pode ser pensada *independentemente* de sua aplicação, isto é, externa à própria *ação* de seguir a regra. Afinal, o que constitui uma regra é justamente uma prática estabelecida.

Outrossim, seguir uma regra é uma ação, ancorada numa prática compartilhada e institucionalizada que, por sua vez, pode ser explicada e corrigida, pois é intrinsecamente *pública*, remetendo a critérios públicos de explicação e correção. Nos termos de Wittgenstein, seguir uma regra é uma práxis, pois não se trata de um estado psicológico, oculto e misterioso, como imagina o seu interlocutor³¹⁸. Como consequência direta deste raciocínio temos que não é possível seguir uma regra privadamente³¹⁹.

382. O argumento de que não é possível seguir uma regra privadamente é condizente com o enfoque de um contexto normativo público. Para compreendermos este argumento, basta que consideremos quais os critérios que possuímos para julgar se alguém segue, ou não, uma regra. Ora, tais critérios encontram fulcro no comportamento da pessoa, *i.e.*, no que ela faz, como ela age, quais explicações fornece quando questionada sobre suas ações, etc. Ou seja, há uma prática de seguir regras, estabelecida por um contexto normativo, dentro de uma forma de vida. É um contexto normativo que instrui um italiano, quando estiver à mesa, a não cortar o pão com faca, mas parti-lo com as mãos. Um outro contexto normativo concede a um brasileiro a liberdade de fatiar o pão da maneira que achar melhor. Logo, é o contexto normativo das regras gramaticais que instrui o modo pelo qual significamos a linguagem e, por isso, o mundo.

383. Já o interlocutor de Wittgenstein considera o significado das expressões ‘regra’, ‘formulação de regra’ e ‘seguir regra’ tendo como parâmetro a visão agostiniana. Por este escopo, estas expressões deveriam ser definidas a partir da indicação da entidade que a elas corresponde. Não havendo nenhum objeto concreto, ao qual é possível fazer correspondência, parece, então, que uma entidade abstrata *deve* cumprir esse papel³²⁰. “Por isso existe uma tendência de dizer: todo agir de acordo com a regra é uma interpretação”³²¹. Contra essa perspectiva, é preciso retornar às questões acerca do que é uma regra, e quando uma expressão é uma formulação de regra, e tentar respondê-las através da compreensão do modo como são usadas e dos papéis que ocupam nos jogos de linguagem que participam.

³¹⁸ IF §153, IF §154, IF §155

³¹⁹ IF §202

³²⁰ DONAT, 2008, p.77

³²¹ IF §201

384. Para clarificar a discussão, Wittgenstein recorre à seguinte analogia: “Seguir uma regra é análogo a seguir uma ordem. Somos treinados para isto e reagimos de um determinado modo”³²². Wittgenstein afirma que seguir uma regra, ou obedecer uma ordem, faz parte de um costume, de um uso habitual. Efetivamente o significado de ‘regra’, bem como o de ‘ordem’, pode ser explicado a partir da noção de *regularidade*. A intenção de Wittgenstein é aprofundar as relações entre normatividade e comportamento regular dentro de uma forma de vida. Assim como somos treinados a obedecer ordens, também somos treinados para seguir regras. Os dois conceitos servem para avaliar comportamentos como corretos, ou incorretos, desempenhando papéis significativos nas explicações e justificações das ações. Tanto um quanto o outro pode ser aplicado de forma correta ou incorreta. Da mesma maneira que uma ordem, uma regra pode ser mal compreendida. Isto porque, a prática de seguir regras e o costume de obedecer ordens ocorrem num contexto partilhado, segundo o treino e o aprendizado. Ambas exigem um contexto onde a técnica de obedecer e formular ordens, e de criar e seguir regras, já esteja estabelecida.

385. No entanto, é válido ressaltar o fato de que não reagimos de forma idêntica ao treinamento que recebemos. Mesmo que o treino seja aplicado igualmente para mim e para você, certas idiosincrasias são reveladas quando cumprimos ordens ou seguimos regras. Tendo isto em conta, podemos perguntar quem está com a razão quanto à maneira de reagir ao treino? A resposta de Wittgenstein, na §206, apresenta o argumento que introduz o comportamento comum dos seres humanos. Wittgenstein recorre para o comportamento comum da humanidade, diante de certos fatos, servindo-se desta noção como pano de fundo para compreendermos a nossa língua materna, assim como uma língua estrangeira. Este comportamento comum não se reduz às nossas características biológicas, isto é, nossa necessidade de alimentação ou de repouso, etc., mas na maneira geral de agir do ser humano que o leva, por exemplo, a destinar tratamentos diferentes para pessoas e para peixes, criar rituais diferentes para expressar as várias facetas da vida. É o comportamento comum que nos mostra as regularidades existentes entre o que falamos e o que fazemos³²³.

386. Convém chamar atenção para um detalhe importante, qual seja, o de não tomar a regularidade como o elemento fundamental para o conceito de seguir regras, evitando com isso incorrer em uma proposta teórica dogmática. Reiteramos que, da perspectiva de Wittgenstein, o conceito de ‘regra’ (assim como jogos de linguagem) não é um conceito para o qual se possa dar uma definição analítica, estrita e definitiva. Não há uma característica, ou

³²² IF §206

³²³ FATTURI, 2002, p.91

várias delas, que seja comum a tudo aquilo que chamamos ‘regra’ ou ‘seguir regra’. E mesmo que os conceitos de ‘regularidade’, ‘prática’ e ‘comportamento’ sejam fundamentais para compreendermos a temática do seguir regras, nenhum deles cumpre a função de ser o elemento essencial que embasa certo tipo de teoria explicativa. Na verdade, regra é um conceito descrito por semelhança de família, o que significa que admite diferentes possibilidades de uso, as quais guardam entre si semelhanças e diferenças, contrastes e analogias.

387. As regras, e suas aplicações, estão inter-relacionadas com as atividades humanas. Consequentemente, são ensinadas através de treinamento e expressas por meio de exemplos, sendo esta uma maneira válida e eficaz no aprendizado da linguagem. Os exemplos que podemos fornecer, durante o aprendizado, não devem ser tomados como definições *parciais*, que nos servem enquanto não encontramos as expressões exatas do que estamos ensinando. Afinal, os exemplos têm seu fundamento na ação, e quando fornecemos exemplos para elucidar o uso de uma palavra, não estamos, com isto, fornecendo menos do que sabemos³²⁴.

388. Todavia, nunca satisfeito, o interlocutor de Wittgenstein questiona o uso de exemplos no processo de aprendizado, pois, segundo sua interpretação, não passariam de meios alternativos e paliativos de explicação, e por isso meios *insuficientes* para explicar como devemos utilizar a palavra elucidada, em *todas* as suas ocasiões. Para o interlocutor, a compreensão envolve mais coisas do que os exemplos podem fornecer, ao passo que a explicação através de exemplos parece não atingir o ponto de especificação desejado por ele. Em outras palavras, parece que algo mais profundo ainda precisa ser dito ou delimitado.

389. Passa-se aqui o mesmo que Wittgenstein apontava, na §75 das *Investigações*, quando tratava da definição do conceito de ‘jogo’. Por mais exemplos que se forneça, parece que a definição do que é ‘jogo’ nunca é fornecida, já que acreditamos que é a partir da definição analítica que elaboramos nossos exemplos de jogo. A respeito disso, dirá Wittgenstein: será que realmente falta algo mais profundo nas explicações fornecidas através de exemplos?³²⁵ Wittgenstein reitera que o engano do interlocutor está na sua concepção de compreensão, ao passo que a concebe como sendo um reservatório mental, e não como uma habilidade prática. Agindo assim, ele demonstra sua incapacidade de ver uma série de exemplos como expressão de uma regra. Ora, expressar uma regra, através de exemplos, mostra que estamos ensinando uma técnica aplicada de diversas maneiras nas vivências multifacetadas da vida humana, e

³²⁴ IF §208

³²⁵ IF §209

não simplesmente fornecendo aplicações particularizadas de algo *mais geral* que estamos tentando explicar.

390. Ainda não convencido, o interlocutor questiona como os exemplos podem explicar o essencial?³²⁶ Mas, como vimos, não há uma explicação *superior* quanto àquilo que explicamos por meio de exemplos. Ressalta Wittgenstein que nenhum aspecto do que é compreendido é *inefável*. O questionamento do interlocutor parte do princípio de que há um *abismo* entre a regra e suas aplicações, e que este abismo deverá ser superado para que se tenha *objetividade* no seguir regras. Desta maneira haveria, então, um passo intermediário entre a regra e sua aplicação. O interlocutor se esforça na tentativa de encontrar o elo mental entre as duas coisas que, segundo ele, estão separadas. Porém, suas tentativas restaram infrutíferas, uma vez que a regra não é o nome de uma entidade abstrata, mas é um conceito que cumpre uma função normativa nas práticas que pressupõem regularidade de comportamento.

391. A formulação das regras, longe de ser a expressão de uma entidade abstrata, é apenas formulação gramatical utilizada para realizar essa função. Portanto, a discussão de Wittgenstein sobre o seguir regras é uma descrição da gramática de nossos conceitos. Ele chama a nossa atenção para o fato de que não há uma explicação necessária que possa suprir o vácuo existente entre a regra e suas aplicações. Pelo menos não na forma como é requerida por seu interlocutor. Se alguma explicação final for exigida, qualquer justificativa que tivéssemos possibilidade de fornecer seria insuficiente, pois uma exigência de tal tipo parte de um ponto de vista equivocado. "Às vezes exigimos explicações não por causa do conteúdo, mas por causa da forma... Nossa exigência é uma exigência arquitetônica"³²⁷. Em contrapartida, as práticas da vida dão conta de suprimir qualquer interstício que possa haver entre a regra e sua aplicação.

392. Diante dos apontamentos de Wittgenstein, o interlocutor muda sua estratégia argumentativa. Na §222, das *Investigações Filosóficas*, propõe a ideia de que a regra *sugere* o que devemos fazer para segui-la corretamente. Ou seja, como não há nada que possa servir de *ponte* entre a regra e sua aplicação correta, então, a regra deverá nos *indicar* o que devemos fazer, para com ela estar em concordância. Contra esta ideia, Wittgenstein enfatiza que se a regra nos sugere como segui-la, então não saberemos como agir, pois um simples *sugerir* não funciona de maneira determinante para sabermos se alguém segue, ou não, a regra. Afinal, o que é sugerido pode mudar em um determinado momento. "E se julgo que ela me sugere,

³²⁶ IF §210

³²⁷ IF §217

como que irresponsavelmente, isto ou aquilo não diria que a sigo como uma regra”³²⁸. Não haveria, assim, regularidade no que fazemos, nem poderíamos contar com o padrão de *fazer o mesmo*.

393. Além do mais, “não sentimos que devemos estar sempre atentos à insinuação da regra. Ao contrário. Não nos espantamos com o que ela nos dirá agora, mas ela nos diz sempre o mesmo e fazemos o que ela nos diz”³²⁹. Uma regra não é uma fonte de sugestão, mas um modelo ou paradigma. Deste modo, ensinamos alguém a seguir uma regra quando o encorajamos a fazer o mesmo que nós, diante das circunstâncias de um dado momento. Fornecemos nosso comportamento como paradigma para sua ação. Aqui, o que é considerado como ‘o mesmo’ parte da regra, e não o contrário.

394. A relação entre as expressões ‘regra’ e ‘o mesmo’ é retomada na §226. A igualdade que pode haver entre estas expressões, tanto quanto as diferenças, depende do ponto de vista que tomamos. O exemplo de Wittgenstein é o seguinte: “Quem um dia após outro promete: ‘Amanhã irei visitá-lo’, diz todo dia a mesma coisa ou diz cada dia algo diferente?”³³⁰. O ponto relevante deste exemplo é tornar claro que o uso da palavra ‘mesmo’ é dado por seu entrelaçamento com nossas atitudes. Na §227 Wittgenstein amplia a explicação, afirmando que não faria sentido dizer da pessoa que promete todos os dias vir no dia seguinte, que ela está seguindo uma regra se ela faz cada dia uma coisa diferente. Mesmo que sua promessa seja expressa sempre da mesma maneira.

395. Do ponto de vista de seguir a regra, devemos fazer sempre a mesma coisa. A ação, por si própria, não produz igualdade ou diferença, não sendo um critério independente para compreendermos o que significa ‘fazer o mesmo’ ou ‘agir de acordo com a regra’. Somente teremos igualdade, em relação às nossas ações, se dispormos de uma regra como paradigma para elas, ou seja, que forneça um contexto normativo. Ainda em tempo, na §237, Wittgenstein ressalta o fato de que se analisarmos certos contextos, nos quais seguimos regras, encontraremos uma família de casos.

396. Mais adiante, na §239, o incansável interlocutor apresenta uma nova elaboração argumentativa. Seu novo argumento sugere que a pessoa que ouve uma palavra, como ‘azul’, deve tomar como significado desta palavra a primeira cor que *lhe vier à mente*³³¹. Assim faz, não percebendo que este subterfúgio não elimina o fato, e a dificuldade, de que uma imagem mental necessita de critérios para sua correção. Do contrário, como saber qual imagem se

³²⁸ IF §222

³²⁹ IF §223

³³⁰ IF §226

³³¹ IF §239

apresenta à mente da pessoa quando ouve o termo ‘azul’. Encontrar um critério de correção para este caso aparenta ser uma dificuldade ainda maior. Com diplomacia, Wittgenstein aceita a possibilidade de que imagens nos ocorra diante da pronúncia de uma palavra, como ‘azul’, mas não concorda que isto se dê de maneira necessária e evidente.

397. A partir deste raciocínio, reconduz a argumentação ao ponto inicial reiterando que a regra, que indica o uso de um termo, é seguida corretamente quando está de acordo com a técnica e o conhecimento advindos do treinamento que recebemos. Para Wittgenstein, não há o envolvimento necessário da noção de imagens mentais neste procedimento. Quando descartamos as imagens mentais, ficamos apenas com a *convenção* de que a palavra, neste caso, significa a cor que nos ocorre, mas a título de definição da cor, e não de uma explicação que objetiva desempenhar a função de unir uma cor e o seu nome. Diferentemente disto, a convenção age em sentido normativo, sendo dispensada de ter que apelar para critérios mentais a fim de usar significativamente a linguagem.

398. Faz parte da estruturação da nossa linguagem a existência de uma concordância, quanto ao que é admitido como correto, no procedimento de seguir regras. A comunidade de falantes de uma língua pressupõe um *consenso* sobre como é estar de acordo, ou em desacordo, ao seguir uma regra. Esta concordância é o que permite o ensino e o aprendizado de seguir regras, de fazer descrições, de oferecer explicações de significado, entre outras ações. A concordância tácita permite que algo, ao que podemos chamar de uma *certeza compartilhada quanto ao seguir regras* – expressa por conjuntos de técnicas e habilidades – se instaure no cotidiano de uma comunidade, exibindo-se repetidamente no comportamento dos seus falantes. Esta certeza compartilhada é gramatical, e não deve ser interpretada, nos moldes da imagem essencialista da linguagem, como uma certeza absoluta e necessária.

399. Todavia, esta argumentação de Wittgenstein é, equivocadamente, concebida por seu interlocutor como afirmando que ‘verdade’ e ‘falsidade’ dependem da concordância entre as pessoas. Wittgenstein não aceita esta atribuição, pois ela sugere que ele está tornando a lógica desnecessária³³² e, conseqüentemente, abandonando a exigência de critérios objetivos para o que seja ‘verdadeiro’ ou ‘falso’. Para Wittgenstein é a realidade, o fato, que determina a verdade e a falsidade de uma proposição. A verdade empírica é determinada por como as coisas são, não por como concordamos que elas estão³³³. No entanto, lembramos que o objetivo das investigações não é lidar com questões de verdade ou falsidade. Antes, sua

³³² IF §242

³³³ B&H, 2005, p. 31

intenção é descrever os usos familiares da linguagem mantendo-se, dessa forma, sempre no nível gramatical.

400. Nosso acordo é na linguagem, ao julgarmos as coisas como verdadeiras ou falsas, e isto significa uma concordância no modo de vida³³⁴. Toda concordância está vinculada diretamente com uma forma de vida. A concordância, exigida pela linguagem, não implica que as proposições da gramática possam ser refutadas ou confirmadas por algum fato. A gramática antecede à verdade e à falsidade dos julgamentos empíricos. Pois, esclarece Wittgenstein na §242: “Uma coisa é descrever o método de medida, outra coisa é achar os resultados da medição e exprimi-los. Mas o que chamamos de ‘medir’ é também determinado por uma certa constância dos resultados da medição”³³⁵. Esta passagem nos lembra que o trabalho filosófico é apenas descrever o método de medição (jogos de linguagem; regras; usos da linguagem) e frisar o importante papel da constância nos resultados, a qual advém da nossa forma de vida. Com esta seção finalizamos o debate argumentativo sobre seguir regras de Wittgenstein com o seu interlocutor.

401. Não podemos, contudo, finalizar a matéria sem antes reconhecer quão proveitoso foi, para o desenvolvimento da discussão, ter a presença do interlocutor de Wittgenstein. Mais uma vez este autor demonstra sua astúcia argumentativa ao, em uma postura dialética, usar de um personagem para apontar as armadilhas da imagem agostiniana da linguagem que estamos, a todo momento, propensos a cair. Wittgenstein não pretende provar nada ao interlocutor. Mas fazê-lo perceber que, sobre o funcionamento da linguagem, o melhor a fazer é parar e contemplar a vida e aprender com ela. Não pensar, apenas olhar³³⁶. Olhar para os jogos de linguagem, para as regras da linguagem e para a gramática da forma de vida. “Não podemos adivinhar como uma palavra funciona. Temos que ver seu emprego e aprender com isso”³³⁷.

402. Em vista disso foi que, neste capítulo, discutiu-se para que servem os jogos de linguagem, a partir da argumentação sobre seguir regras. Esta discussão tornou ainda mais evidente que o conceito de Wittgenstein serve, principalmente, para fortalecer o argumento de que a significação linguística é o uso que fazemos das palavras³³⁸. Este argumento é importante, pois a partir dele não precisamos mais buscar, nem mesmo solicitar, a definição essencialista e completa da linguagem - dos conceitos da linguagem. Isto se dá em virtude de

³³⁴ IF §241

³³⁵ IF §242

³³⁶ IF §66

³³⁷ IF §340

³³⁸ IF §43

que, no processo de significação, o nosso interesse se volta para os usos que fazemos das palavras e estes, por sua vez, podem ser fornecidos através de descrições e exemplos que não encerram-se em si mesmos. Descrever os usos familiares das palavras, organizando-os de modo a tornar legítimos certos padrões de uso, não acrescenta em nada o progresso do conhecimento científico, mas contribui, por um lado, para a ampliação da compreensão humana sobre o funcionamento da linguagem; bem como, para dissipar ilusões conceituais e mal-entendidos, por outro lado.

403. Os jogos de linguagem servem, também, para destacar o papel do treinamento e do domínio prático de uma técnica no processo de significação. O que nos remete diretamente para o seguir regras, visto que as regras se estabelecem organicamente na - e para a - forma de vida constituindo, assim, o caráter normativo pelo qual nos relacionamos com a linguagem, com o mundo e com o outro. Wittgenstein faz um convite a que se tente mudar de perspectiva ao investigar os problemas relacionados à linguagem e ao significado. É uma prática absolutamente não dogmática, em que é preciso estar aberto a considerar os temas desde diferentes pontos de vista, treinando um outro modo de ver³³⁹.

404. Com sua obra, Wittgenstein se propõe a tratar o estudo filosófico a partir de um ponto de vista *sui generis*, qual seja: não construir, em filosofia, hipóteses nem proposições filosóficas. O fulcro principal consiste em tratar as questões filosóficas a partir de considerações quanto ao emprego dos conceitos em nossa vida e linguagem cotidiana. De fato, o filósofo deixa de ser um construtor de teorias explicativas sobre um tema específico e passa a desenvolver um trabalho de análise descritiva. Esta análise descritiva visa, como objetivo, compreender conceitos importantes na, e para a, filosofia. Tal aspecto torna a filosofia uma espécie de terapia que busca maior clareza, sobre um conceito, olhando para os usos, *i.e.*, para a gramática deste conceito. Evitando a tentação de buscar clareza a partir da questão “o que é tal conceito?”, uma vez que este tipo de pergunta normalmente contém o apelo para que se indique um objeto, coisa, processo ou entidade que se constitua naquilo que o conceito significa³⁴⁰.

405. A filosofia torna-se, nesse sentido, uma atividade terapêutica dirigida ao pensamento, e seu principal resultado será a cura do dogmatismo que está na origem das confusões conceituais. Ao dissolver estas confusões, a terapia filosófica permite, segundo Wittgenstein, mudar a maneira habitual de olhar para os usos de nossos conceitos, ampliando nossa disposição para pensar outras formas de sentido e, principalmente, para considerá-las como

³³⁹ DONAT, 2008, p.63

³⁴⁰ FATTURI, 2016.

formas legítimas de sentido³⁴¹. A atividade terapêutica da filosofia compõe o tema do nosso quarto, e último, capítulo.

406. Portanto, no próximo capítulo são reunidas algumas das ideias, de Wittgenstein, que nos autorizam a formular uma discussão sobre a possibilidade da existência de uma terapia filosófica. Ponderamos, a seguir, a perspectiva wittgensteiniana de que a filosofia cumpre uma função terapêutica quando, por meio do esclarecimento conceitual, dissolve os problemas filosóficos, oriundos da má interpretação das nossas formas linguísticas. Como veremos, a função terapêutica da filosofia procede da necessidade de revisão que o modo como entendemos a linguagem solicita, uma vez que, por olhar demasiadamente a favor de um dos modos de expressão da nossa linguagem desconsidera os demais, colocando-os abaixo do nível deste.

407. Neste sentido, o trabalho do filósofo se expressa como um *tratamento terapêutico* para o modo dogmático como pensamos a linguagem e, como consequência, alcança uma mudança na própria maneira de olhar para o seu funcionamento. Portanto, torna-se válido conceber que um dos motivos que nos leva a fazer filosofia, inclusive nos dias atuais, é a possibilidade de expressar outra maneira de ver o mundo e as relações entre os seres humanos, que não a essencialista. Passemos, então, para o nosso quarto capítulo.

³⁴¹ MORENO, 2005, p. 225

4. FILOSOFIA COMO TERAPIA

408. Retomando a discussão do ponto onde paramos, no capítulo anterior, passamos a dissertar, a partir de agora, sobre a *noção de filosofia - e do fazer filosófico* - como uma *atividade terapêutica*, que dispõe dos jogos de linguagem e seus métodos para afastar dificuldades. Importa destacar que esta noção de filosofia como terapia, inferida da argumentação de Wittgenstein, encontra fulcro nas afirmações do autor, quando diz que “não há um *método* da filosofia, mas sim métodos, como que diferentes terapias” afirmando ainda que “o filósofo trata uma questão como uma doença”³⁴².

409. Resta patente o caráter necessário de discorrer sobre essa temática por, ao menos, dois motivos: (i) porque, a partir dela apresentamos a consequência direta da discussão que se seguiu até aqui, ou seja, é nela que chegamos ao âmago da nossa pesquisa (ao que realmente importa); e (ii) porque nela abordamos a importante questão de compreender o papel e a função que destinamos, à Filosofia, na espetacular e difícil tarefa de viver no mundo. Estes motivos se apresentam entrelaçados, uma vez que tanto os objetivos, quanto a estrutura e o desenvolvimento da presente pesquisa tomaram forma, alinhando-se aos meus interesses filosóficos, a partir do momento que coloquei em questão o próprio fazer filosófico. Afinal, me parece primordial que o estudante e pesquisador de filosofia se disponha a refletir sobre este fazer que ele assume perante à sociedade e, principalmente, perante à própria vida.

410. Nesse caminho, o debate sobre os jogos de linguagem traz uma reflexão valiosa, que contribui para a compreensão da filosofia, bem como para a solução dos problemas filosóficos. “Pois a filosofia não é nada, exceto problemas filosóficos, as preocupações individuais particulares que chamamos de ‘problemas filosóficos’”³⁴³. São problemas que decorrem de confusões e ilusões gramaticais. “E sobre essas ilusões, sobre esses problemas é que recai o pathos. Os problemas que nascem de uma má interpretação de nossas formas linguísticas têm o caráter de profundidade. São inquietações profundas; estão enraizadas tão profundamente em nós quanto as formas de nossa linguagem”³⁴⁴.

411. Na §115 das *Investigações Filosóficas* Wittgenstein diz o seguinte: “Uma imagem mantinha-nos prisioneiros. E não podíamos escapar, pois ela residia em nossa linguagem, e esta parecia repeti-la para nós, inexoravelmente”³⁴⁵. Na passagem, Wittgenstein se refere à imagem agostiniana da linguagem. Para Wittgenstein “a filosofia é uma luta contra o

³⁴² IF §133, §255

³⁴³ GF §141

³⁴⁴ IF §110, §111

³⁴⁵ IF § 115

enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem”³⁴⁶. Segundo o autor, o enfeitiçamento do entendimento ocorre quando este se deixa seduzir pela força da imagem supramencionada. O que é inevitável, pois a tendência filosófica é aceitar a imagem agostiniana e essencialista como o modo natural de conceber o funcionamento da linguagem e, por conseguinte, como a única imagem verdadeira do mundo. Evoca-se uma imagem que parece determinar o sentido de modo inequívoco³⁴⁷. E assim, observa Wittgenstein, temos “uma causa principal das doenças filosóficas - dieta unilateral: alimentamos nosso pensamento apenas com uma espécie de exemplos”³⁴⁸, a saber, a do tipo essencialista.

412. Dito isso, e a fim de esclarecer o primeiro motivo elencado acima e, com isto, compreender como o debate do quarto capítulo decorre da discussão, elaborada nos capítulos anteriores, é válido recordar que nesta discussão ficou manifesta a maneira original pela qual Wittgenstein desenvolve sua argumentação sobre linguagem e filosofia, bem como sua crítica ao essencialismo linguístico que, segundo ele, é fonte das confusões filosóficas. Nos capítulos anteriores vimos que Wittgenstein buscou revelar as confusões e os equívocos, da filosofia tradicional, decorrentes do método essencialista de usar a linguagem. Este método considera que as palavras significativas cumprem a função essencial de nomear objetos, do mesmo modo que as sentenças, enquanto combinações de nomes, funcionam como descrições de fatos da realidade.

413. Wittgenstein deixa claro que o problema não está na própria consideração de que palavras servem para nomear objetos, e sentenças servem para descrever fatos. O problema está no *desejo de generalidade* que, em certa medida, orientou boa parte do pensamento filosófico tradicional, conduzindo-o à leitura dogmática do funcionamento da linguagem. A *ânsia de generalização* pode, neste caso, ser compreendida como sendo a tendência em procurar, em cada caso particular de emprego de uma palavra, a essência universal que, supostamente, deve acompanhar o significado do conceito.³⁴⁹

414. Este aspecto é encontrado, por exemplo, na consideração filosófica de que a explicação do significado linguístico deve remeter a uma definição na qual o significado seja totalmente determinado pelas propriedades comuns dos objetos denotados revelando, com isso, sua essência. A essência estaria, deste modo, contida nas propriedades comuns de um conceito sendo, portanto, descartadas as propriedades que não se revelam universais, pois a

³⁴⁶ IF §109

³⁴⁷ IF §426

³⁴⁸ IF §593

³⁴⁹ BlueBook, p.17

consideração destas poderia tornar o significado ambíguo e inexato, coisas que de imediato *devemos* evitar (será?). É como se a essência fosse algo oculto, que se encontra abaixo da superfície e que cabe à análise filosófica trazer à tona.

415. Dissenso a tal ponto de vista, Wittgenstein, em seus escritos pós *Tractatus*, substitui a questão filosófica sobre a essência do significado pelo olhar que direciona a atenção para *como* nossas palavras são usadas nos jogos de linguagem que participam. Estes, por sua vez, são diversos, como: científicos, literários, religiosos, artísticos, técnicos, jurídicos, etc. O escopo de Wittgenstein, frente à diversidade da linguagem humana, era estabelecer uma ordem, dentre as muitas possíveis, que contemple a multiplicidade dos usos linguístico salientando, constantemente, as diferenças que o modo essencialista de olhar para a linguagem dificultava perceber³⁵⁰.

416. Em outras palavras, Wittgenstein faz um convite a que se tente mudar de perspectiva ao investigar os problemas relacionados à linguagem. É uma prática absolutamente não dogmática, em que é preciso estar aberto a considerar os temas desde diferentes pontos de vista, treinando um outro modo de ver³⁵¹. Afinal, em filosofia parece prudente questionar como podemos olhar para um problema de modo que ele se torne solúvel. Wittgenstein suscita a terapia gramatical da filosofia, uma vez que a nossa linguagem costuma atar nós nos nossos pensamentos. Logo, o trabalho do filósofo, doravante interminável, nunca completa a tarefa de desatá-los.

417. Com efeito, a atividade terapêutica não representa, senão, um auxílio na realização de tal tarefa. A tarefa, enquanto medida preventiva contra a adoção futura de uma nova *dieta unilateral*, se repete toda vez que surge um novo alvo para a terapia gramatical filosófica. Isso porque, a terapia atua tratando o mesmo problema em novos contextos, a partir de diferentes ângulos. Sobre isto, posiciona-se Moreno:

O discurso terapêutico se apresenta como a exploração do poder expressivo das expressões linguísticas procurando forçar o pensamento a caminhar até situações-limite onde nossos conceitos habituais ainda podem ser reconhecidos. Marcando os limites circunstanciais da significação, essas situações permitem, apenas, relativizar o dogmatismo das imagens sem pretender colocar algo em seu lugar: apenas, negativamente, dissolver dificuldades³⁵².

³⁵⁰ IF §132, 133

³⁵¹ DONAT, 2008, p. 62

³⁵² MORENO, 1993, p. 137

Com isso, até mesmo a identidade do problema é questionada. Com a atividade terapêutica, o fazer filosófico substitui a busca pelo fundamento absoluto e essencial, por processos descritivos que atuam por meio de exemplos terapêuticos. Estes, por sua parte, descrevem o que possibilita o sentido³⁵³.

418. Esses exemplos adquirem caráter terapêutico quando favorecem a cura da ilusão acerca dos fundamentos extralinguísticos e definitivos da significação. Assim o fazem, testando os limites da linguagem, por meio dos usos normativos. Destes usos decorre a significação, fluída e não fixa, da linguagem. “Aprenda a significação por meio do seu uso”.³⁵⁴ Tendo isto em conta, o papel da filosofia é fornecer *lembretes gramaticais* sobre o modo como utilizamos as palavras e mostrar que os filósofos violam a gramática do uso cotidiano das palavras, tentando construir proposições e teorias filosóficas a partir de um uso singular da linguagem.

419. No uso singular, que certamente acontece apenas ao filosofar³⁵⁵, as palavras ficam como que envolvidas em uma *névoa*, que torna complicada a visão clara do modo como elas funcionam, criando dificuldades que, na verdade, são inexistentes. Consoante a isso, na obra *Gramática Filosófica*, Wittgenstein ressalta que “ao refletir sobre a linguagem e o significado, podemos facilmente nos colocar em posição de pensar que, em filosofia, não estamos falando de palavras e sentenças em um sentido trivial, mas em um sentido sublimado e abstrato”³⁵⁶. Por exemplo, quando, ao filosofar, ficamos em dúvida quanto a significação de termos tais como *linguagem, proposição, frase, palavra*, entre outros. Em razão disto, é que Wittgenstein compara o tratamento de um problema filosófico com o tratamento de uma enfermidade³⁵⁷. A atividade filosófica, enquanto análise gramatical e terapêutica, vem justamente dissolver a névoa em torno dos conceitos, trazendo-os de volta para seu uso cotidiano que, via de regra, não provoca confusões. Antes, “nos permite abranger claramente a finalidade e o funcionamento das palavras”.³⁵⁸

420. Com efeito, a função terapêutica, imputada ao fazer filosófico, ganha destaque e relevância ao se apresentar como uma ferramenta eficiente a serviço da revisão sobre o nosso entendimento (e a forma pela qual o expressamos) acerca do funcionamento da linguagem,

³⁵³ SILVA, 2005

³⁵⁴ IF, segunda parte, p. 210

³⁵⁵ IF §38

³⁵⁶ GF §77

³⁵⁷ IF §255

³⁵⁸ IF §5

bem como sobre a maneira como nos relacionamos com ela e, por conseguinte, com o mundo e com os demais. Por isso, a filosofia é a terapia do filósofo. Terapia que faz, enquanto análise gramatical dos conceitos, na tentativa de solucionar os problemas que surgem justamente do uso singular filosófico de palavras e expressões³⁵⁹.

421. “Ao pensar filosoficamente, vemos problemas em lugares onde não há nenhum. Cabe à filosofia demonstrar que não há problema algum”³⁶⁰. A tarefa terapêutica, da filosofia, tem a importante função de dissolver as confusões conceituais, às quais os problemas filosóficos devem sua existência. É uma tentativa de nos fazer abandonar esses problemas em benefício de tranquilizar a reflexão³⁶¹. Para entender melhor este ponto, a seguir, veremos que a terapia gramatical ajuda aos que estão filosoficamente perplexos, ao mostrar a natureza dessa perplexidade, isto é, ao mostrar à mosca a saída da garrafa³⁶².

4.1 A Atividade Terapêutica

422. A reflexão de Wittgenstein, sobre o funcionamento da linguagem, inspira uma mudança de perspectiva na construção da significação linguística. Essa mudança de perspectiva decorre da crítica wittgensteiniana contra a exigência de exatidão conceitual, enquanto condição *essencial* para a significação. Ou seja, a partir da crítica que faz ao essencialismo linguístico, Wittgenstein consegue vislumbrar o espaço para uma nova atitude filosófica que permite elucidar de maneira geral, mas não definitiva, as confusões conceituais. Por certo, tais confusões resultam em perplexidades que, pelo pensamento da filosofia tradicional, foram tomadas por *problemas filosóficos*. Um equívoco, portanto.

423. No embate entre o velho e o novo, o método terapêutico de Wittgenstein busca resoluções para os problemas tradicionais da filosofia, a partir da análise gramatical de suas origens, visto que tais problemas surgem do mau uso da nossa linguagem. Para Wittgenstein, a forma como conceituamos – na fala ou no pensamento –, está diretamente relacionada com a forma que *usamos* nossas expressões. Alertando-nos, ainda, que “um modo de expressão inadequado é um meio seguro de permanecer em confusão. Ele como que impede o caminho

³⁵⁹ DONAT, 2008, p. 59-60

³⁶⁰ GF §9

³⁶¹ DONAT, 2008, p. 61

³⁶² IF §309

para fora dela”³⁶³. Por isto, Wittgenstein sinaliza quão primordial se torna o reconhecimento dessa confusão, através da terapia filosófica, para a resolução dos problemas filosóficos.

424. Neste sentido, não podemos deixar de considerar que o pensamento humano demonstra uma tendência natural, quase irresistível, para incidir em confusões, que se apresentam como reflexões profundas e complexas. Tais confusões costumam conduzir a paradoxos ou à perplexidade filosófica. Logo, a atividade terapêutica da filosofia torna-se ainda mais relevante, quando consideramos que, por incompreensão do funcionamento da linguagem, o modo filosófico de pensar tende a causar, em nós, inquietante perplexidade. Exemplos de perplexidades, às quais somos conduzidos, tomam ares de questionamentos filosóficos sobre, *e.g.*, a existência do mundo exterior, sobre a existência de outras mentes ou, ainda, sobre como é possível medir o tempo³⁶⁴.

425. Tentemos, por um instante, imaginar o estado de espírito que se encontra aquele que levanta tais questões, e se coloca a pensar sobre elas. Imaginemos sua sensação de mal-estar ao perceber que, quanto mais ele se ocupa delas, tanto mais elas se tornam enigmáticas. São preocupações que aparentam possuir alto grau de profundidade e complexidade, mas que decorrem de equívocos gramaticais – sofisticados ou modestos – causados por várias formas de mal-entendidos. Estes, por sua vez, se dissolvem (como açúcar na água) quando certas características gramaticais, que esquecemos quando filosofamos, são destacadas.

426. Chama-nos atenção o fato de que, por efeito de um estado constante de perplexidade, podemos, por assim dizer, ficar *doentes de filosofia*³⁶⁵. A *doença filosófica* nos impede de ver o funcionamento usual da linguagem que, por um lado, nos lembra como usamos as palavras e, por outro lado, nos mostra os limites do sentido que foram transgredidos pela inquietação da análise filosófica. Diante disso, o papel do filósofo é, de modo muito frequente, recordar a estrutura das áreas do discurso de onde se parte. Este resultado é alcançado quando relembra, incansavelmente, ao “doente” fatos acerca da linguagem que, em verdade, este sempre conheceu. A terapêutica wittgensteiniana, sobretudo, nos incentiva à modesta busca de compreender as coisas mais óbvias que, por este motivo, podem se tornar as mais difíceis de se compreender.³⁶⁶ Não pense, mas veja!³⁶⁷

427. Para tanto, Wittgenstein pretende mostrar a incoerência de se tentar encontrar uma explicação, para a linguagem, que não considere os usos efetivos que fazemos das palavras.

³⁶³ IF §339

³⁶⁴ IF §363, §608

³⁶⁵ B&H, 2005, p.285

³⁶⁶ IF §106, §129

³⁶⁷ IF §66

A análise gramatical do uso de conceitos, tais como *palavra, frase, proposição, nome*, revela que não há nada de estranho ou de superior na significação dessas palavras, que apenas a essência pudesse revelar. Muito pelo contrário: “se tem um emprego, deve ter um tão humilde quanto as palavras ‘mesa’, ‘lâmpada’, ‘porta’”³⁶⁸. Por isso Wittgenstein recomenda trazer as palavras de volta, de seu emprego metafísico, para seu emprego cotidiano.

428. Wittgenstein revisa o aprendizado da linguagem e conclui que todo uso gramatical, dado aos signos, pode ser repensado. Por conseguinte, concebe não existir uma forma fixa, mas temporária e condicional, dos usos das palavras. “Não podemos adivinhar como uma palavra funciona. Temos de *ver* seu emprego e aprender com isso. A dificuldade, porém, é vencer o preconceito que se opõe a este aprendizado. Não é nenhum preconceito *toló*”³⁶⁹.

429. Wittgenstein assinala que este preconceito torna-se um obstáculo relevante na decisão de aceitar, como suficiente, olhar para a linguagem comum e ver como ela funciona, sem precisar de um elemento essencial que explique, a partir de uma teoria, o seu funcionamento. Ora, a essência da linguagem, ou melhor dizendo, sua função e estrutura, não estão ocultas para serem desenterradas e dadas, de uma vez por todas, pela análise filosófica³⁷⁰. Ao contrário, está à vista de todos os falantes, dado que se manifesta nas suas próprias práticas diárias.

430. A tentativa de cavar abaixo do nível das práticas normativas de fala apenas contribui para aumentar a ilusão e a confusão gramatical. Pois, abaixo do nível de normatividade, a intencionalidade da linguagem se desintegra. Afinal, a linguagem, os nomes e as proposições não possuem uma forma essencial aguardando ser descoberta através de uma análise. O que possuem são famílias de estruturas abertas e públicas que, se necessário, podem ser esclarecidas pelo procedimento de descrição com jogos de linguagem³⁷¹.

431. Assim, quando se quer conhecer o significado de uma palavra, em vez de de buscar por uma essência que, de alguma maneira, está oculta para nós, devemos indagar pelo uso da palavra e, devido ao contexto de aplicação, observar o lugar que ela ocupa confirmado pelo papel que desempenha no jogo de linguagem que participa. Ressalta Wittgenstein que “o papel das palavras na nossa linguagem é diferente daquele que seríamos tentados a crer. (Esse papel é o que devemos compreender a fim de resolver paradoxos filosóficos)”³⁷².

³⁶⁸ IF §97

³⁶⁹ IF §340

³⁷⁰ IF §92

³⁷¹ IF §108

³⁷² IF §182

432. Em vista disso, Wittgenstein reorienta a análise da linguagem na intenção de entender o papel das palavras, desempenhado nos contextos de uso das mesmas, deixando de lado a busca pela essência da linguagem e do significado. Wittgenstein insiste que o significado é dependente da existência de um uso estabelecido e previsto para aquela palavra, *i.e.*, de que efetivamente exista ao menos uma aplicação para a palavra. O uso só pode ser compreendido tendo o contexto de aplicação das palavras como pano de fundo, pois é nele que se determina o modo como as palavras devem ser consideradas³⁷³.

433. Isso tudo mostra que a linguagem é uma *práxis*, o que quer dizer que a linguagem fornece ferramentas que nos permitem tomar parte em diferentes tipos de atividades sociais e, da mesma maneira que estas atividades são múltiplas e diversas entre si, o papel que as palavras desempenham, em cada uma delas, também será diverso³⁷⁴. Por isso, deve-se compreender a significação investigando as condições que tornam possível o uso correto das palavras, o que leva à ideia de que a significação linguística remete às regras que determinam o uso das palavras, em uma situação específica. Ou seja, de acordo com as regras que determinam o funcionamento do que Wittgenstein chamou de jogo de linguagem.

434. O jogo de linguagem derruba, em definitivo, a pretensão de generalidade. Como foi dito acima, Wittgenstein substitui a busca pela essência linguística propondo, em seu lugar, olhar para o modo como nossas palavras são usadas. O esforço não vai além de uma descrição de como funcionam os jogos de linguagem e de quais papéis as palavras ocupam dentro deles. Esta estratégia permite superar certas dificuldades que surgem, principalmente em filosofia, de compreender os termos com os quais lidamos em nossos jogos de linguagem.

435. O que se busca é uma espécie de “compreensão”, ou aquilo que Wittgenstein chamou de visão panorâmica, que revela as conexões conceituais e permite a dissolução das confusões que ofuscam o filósofo. Para tanto, o autor apresenta, na seção 122 das *Investigações Filosóficas*, seu conceito de ‘visão panorâmica’:

Uma fonte principal de nossa incompreensão é que não temos uma visão panorâmica do uso de nossas palavras. - Falta caráter panorâmico à nossa gramática. - A representação panorâmica permite a compreensão, que consiste justamente em “ver as conexões”. (...) O conceito de representação panorâmica é para nós de fundamental importância. Designa nossa forma de representação, o modo pelo qual vemos as coisas.³⁷⁵

436. Wittgenstein esclarece que a visão panorâmica favorece o modo de olhar que tende a

³⁷³ IF §583, §584

³⁷⁴ DONAT, 2008

³⁷⁵ IF §122

eliminar a perplexidade filosófica e, por conseguinte, dissolver os problemas que dela decorrem, através da simples descrição cotidiana da linguagem. Podemos, então, derivar das considerações citadas que, para se obter uma visão panorâmica, é necessário compreender as características gramaticais da expressão *problemática* que nos causa perplexidade, bem como, apreender as relações entre seu uso e o de outras expressões, com as quais pode ser erroneamente confundida ou equivocadamente diferenciada. Quando compreendemos esses aspectos representativos conduzimos o modo de olhar para o funcionamento da linguagem, de um modo filosófico metafísico, para um modo de olhar filosófico panorâmico, pragmático, cotidiano e, por isto, terapêutico.

437. Logo, o papel da visão panorâmica, na terapia gramatical, não é fornecer solução teórica para o problema filosófico do significado, *i.e.*, não há pretensão de proporcionar conhecimento, enquanto conteúdo cognitivo/explicativo, sobre a essência oculta da linguagem. Antes, sua função é, em conjunto com os jogos de linguagem, alumiar o funcionamento da linguagem, nos seus importantes aspectos de simplicidade e trivialidade (que, muitas vezes, não notamos por tê-los sempre diante dos olhos)³⁷⁶ para, com isto, evitar os equívocos e as confusões gramaticais que dão origem aos problemas filosóficos. Em prol deste objetivo temos que o método filosófico, proposto e utilizado por Wittgenstein, cumpre um importante papel. A seguir, abordamos este assunto a fim de entender melhor como o método de Wittgenstein favorece a resolução dos problemas filosóficos.

4.2 O Método

438. O objetivo de Wittgenstein, com os jogos de linguagem, era a solução, ou melhor, a dissolução dos problemas filosóficos, através do esclarecimento do funcionamento da linguagem. Para tanto, colocando-se à margem da tradição, sua inovadora contribuição à filosofia foi dispor de um método de investigação que não visa apresentar soluções para os problemas tradicionais da filosofia, na forma de proposições ou teorias filosóficas. De acordo com este raciocínio, a filosofia não se constitui em uma teoria, mas em uma atividade terapêutica de esclarecimento gramatical, dirigida ao pensamento, e “seu principal resultado

³⁷⁶ IF §129

será a cura do dogmatismo que está na origem das confusões conceituais³⁷⁷ e, por conseguinte, dos problemas filosóficos.

439. Importa assinalar que, para Wittgenstein, os problemas filosóficos não se assemelham aos problemas empíricos³⁷⁸ e, por esta razão, não podem ser resolvidos pelas ciências (naturais e matemáticas), nem a partir dos métodos científicos. Isto porque, os problemas filosóficos são conceituais, não factuais. “Nossa consideração é, por isso, gramatical. E esta consideração traz luz para o nosso problema, afastando os mal-entendidos. Mal-entendidos que concernem ao uso das palavras”³⁷⁹.

440. Wittgenstein acreditava que os problemas filosóficos resultam de uma incompreensão dos mecanismos da nossa linguagem, o que teria feito com que os filósofos acreditassem que poderiam fazer afirmações, acerca da realidade, que seriam expressas em forma de proposições e teses.³⁸⁰ Para Wittgenstein, podemos dizer, um dos problemas da filosofia tradicional é justamente a tentativa de concorrer com a ciência, no sentido de tentar apresentar-se como uma disciplina capaz de oferecer um conhecimento seguro acerca da realidade. “Aqui é fácil cair naquele beco sem saída do filosofar, onde se crê que a dificuldade da tarefa deve-se ao fato de que devemos descrever fenômenos dificilmente palpáveis, bem como a experiência presente que escapa rapidamente, e coisas semelhantes”³⁸¹. Contudo, “não analisamos um fenômeno (por exemplo, o pensar), mas um conceito (por exemplo, o do pensar), e portanto o emprego de uma palavra”³⁸².

441. Assim, um grande equívoco da filosofia tradicional teria sido confundir uma pergunta pelo conceito com uma pergunta pela própria coisa³⁸³, o que faz parecer que a pergunta tem natureza empírica e que, portanto, a filosofia poderia fornecer algum tipo de conhecimento objetivo acerca do objeto em questão. Mas não há proposições em filosofia, nem conhecimento filosófico, no sentido em que ocorrem na ciência. A ciência, por seu expediente, faz novas descobertas e fornece novos conhecimentos e, com isso, produz teorias que permitem a explicação de eventos que podem ser testadas na experiência. A ciência é hipotética. Mas aqui “não fazemos ciência”³⁸⁴.

442. Neste caminho, argumenta Wittgenstein, “era certo dizer que nossas considerações não

³⁷⁷ MORENO, 2005, p. 225

³⁷⁸ IF §109

³⁷⁹ IF §90

³⁸⁰ IF §131

³⁸¹ IF §463

³⁸² IF §383

³⁸³ IF §370

³⁸⁴ IF p. 225

deviam ser considerações científicas (...). Não deve haver nada de hipotético nas nossas considerações. Toda *explicação* deve desaparecer e ser substituída apenas por descrição”.³⁸⁵ Wittgenstein, ao se posicionar quanto ao lugar e à tarefa da filosofia, defende não haver proposições filosóficas. Ou seja, não há, segundo Wittgenstein, nenhum conhecimento proposicional e demonstrável, alcançado pela investigação filosófica. Sua tarefa é o esclarecimento gramatical que dissolve a perplexidade conceitual e permite uma visão ampla, uma representação panorâmica, de um segmento da gramática da nossa linguagem. Seus métodos são descritivos e terapêuticos, não hipotéticos. A partir deles, descreve-se os usos familiares das palavras, e os organizam de modo que os padrões de uso tornam-se claros, no entrelaçamento da teia gramatical. “Mostra-se agora, isto sim, um método por exemplos, e a série desses exemplos pode ser interrompida. - Resolvem-se problemas (afastam-se dificuldades), não um problema³⁸⁶.

443. Oferece-se, assim, esclarecimentos conceituais, por meio de exemplos linguísticos, e não de explicações hipotéticas. Esses exemplos testam os limites da linguagem. Ora, o procedimento descritivo, por meio de exemplos terapêuticos, cumpre a função de descrever as condições que possibilitam o sentido e a significação linguística. Desse modo, a terapia filosófica concede a vantagem de articular observações, considerações e exemplos esclarecedores, não dogmáticos, a respeito da significação.

444. No entanto, a existência do método experimental científico nos faz crer que teríamos o meio para resolver os problemas que nos inquietam; “se bem que problema e método andam um ao lado do outro”³⁸⁷. No *BlueBook*, Wittgenstein frisa que a nossa preocupação com o método da ciência acaba tornando-se fonte para o desejo de generalidade. Diz ele que “os filósofos têm sempre presente o método da ciência e são irresistivelmente tentados a levantar questões e a responderem-lhes do mesmo modo que a ciência. Essa tendência leva o filósofo à total obscuridade” (TA)³⁸⁸. Logo, torna-se necessário encontrar uma metodologia que ilumine o caminho, permitindo ao filósofo sair dessa condição.

445. Todavia, esclarece Wittgenstein, a palavra ‘metodologia’ tem uma dupla significação. “Podemos chamar de ‘investigação metodológica’ uma investigação física, mas também uma investigação conceitual”³⁸⁹. Neste caso, estamos lidando com uma investigação conceitual.

³⁸⁵ IF §109

³⁸⁶ IF §133

³⁸⁷ IF p. 295

³⁸⁸ “Philosophers constantly see the method of science before their eyes, and are irresistibly tempted to ask and answer questions in the way science does. This tendency leads the philosopher into complete darkness”. (BB, p. 18.)

³⁸⁹ IF p. 221

“Os conceitos nos conduzem a investigações. Eles são a expressão de nosso interesse, e conduzem o nosso interesse. Um conceito impõe-se. (Isso você não deve esquecer)”³⁹⁰. Por isso, relata Wittgenstein, “é muito mais essencial para nossa investigação não querer aprender, com ela, nada de novo. Queremos compreender algo que já esteja diante de nossos olhos. Pois parecemos, em algum sentido, não compreender isto”³⁹¹.

446. Deste modo, o método filosófico, empreendido por Wittgenstein, remete aos claros e simples jogos de linguagem que, enquanto objetos de comparação por semelhanças e diferenças, lançam luz sobre as relações de nossa linguagem. Cabe registrar o caráter inovador do método terapêutico wittgensteiniano, que vem para transformar velhos preconceitos e derrubar a pretensão de generalidade e dogmatismo filosófico. Um método por exemplos, que dispõe da indizível diversidade de todos os jogos de linguagem cotidianos, coloca o leitor em condição de auxiliar-se a si próprio nos casos de falta de clareza conceitual³⁹².

447. Nestes casos, orienta Wittgenstein, “pergunte sempre: como aprendemos o conceito da palavra? Segundo que exemplos? Em que jogos de linguagem?”³⁹³. Desta maneira, a atividade terapêutica da filosofia envolve lembrar, a partir de descrições de representações claras da vida humana, expressas pelos jogos de linguagem, a maneira habitual que usamos uma expressão. Isto é, apresentar exemplos de usos de uma expressão é o mesmo que descrever suas características gramaticais, salientadas nas regras que compõem os jogos de linguagem dos quais ela participa. “Estamos interessados na linguagem como um processo segundo regras explícitas, porque os problemas filosóficos são mal-entendidos que devem ser removidos por meio do esclarecimento das regras segundo as quais estamos inclinados a usar as palavras”³⁹⁴.

448. Problemas filosóficos não são empíricos, mas são resolvidos por meio de um exame do trabalho de nossa linguagem contra o impulso de mal compreendê-lo. Problemas filosóficos são resolvidos, não pelo acúmulo de novas experiências, mas pela combinação do que já é, há muito tempo, conhecido³⁹⁵. Dito de outro modo, cabe ao filósofo enunciar coisas que ninguém negaria, dada tamanha evidência e ordinariedade, sem esperar, como resultado da enunciação terapêutica, um resultado superior àquele que leva a não ter nenhuma situação de confusão conceitual diante das regras e dos jogos de linguagem.

³⁹⁰ IF §570, p.202

³⁹¹ IF §89

³⁹² IF p. 203-204-221

³⁹³ IF §77

³⁹⁴ GF §32

³⁹⁵ IF §109

449. Muito embora, reconhecemos que a argumentação de Wittgenstein não está isenta de ser interpretada em sentido de que a filosofia leva a resultados decepcionantes e sem importância, tendo em vista que seu objetivo é dissolver problemas que ela mesmo cria³⁹⁶. Em resposta, citamos Wittgenstein, e o que ele apresenta na seção 118 das *Investigações Filosóficas*:

De onde nossas considerações tomam sua importância, desde que parecem destruir tudo o que é interessante, isto é, tudo o que é grande e importante? (Como em todas as construções, na medida em que deixam sobrando montes de pedras e escombros.) Mas são apenas castelos de areia que destruimos, e liberamos o fundamento da linguagem sobre o qual repousavam. Os resultados da filosofia consistem na descoberta de um simples absurdo qualquer e nas contusões que o entendimento recebeu ao correr de encontro às fronteiras da linguagem. Elas, as contusões, nos permitem reconhecer o valor da descoberta.³⁹⁷

450. Consoante a isso, na obra *Observações Filosóficas*, Wittgenstein concebe que “a filosofia desfaz os impasses do nosso pensamento, impasses que tornamos insensatamente tortuosos; para fazê-lo, contudo, ela tem de percorrer caminhos que são tão complicados quanto esses impasses. Embora o resultado da filosofia seja simples, seus métodos para chegar a ele podem não o ser. A complexidade da filosofia não está em seu objeto, mas em nossa compreensão tortuosa³⁹⁸.”

451. Com estas palavras, Wittgenstein deixa claro que a importância da filosofia não está, necessariamente, associada à produção teórica ou epistêmica que, através dela, pensamos ser possível obter. Nem a fundamentos que, por meio dela, tentamos encontrar a fim de resolver, por exemplo, problemas da lógica matemática. Se a função da filosofia não é fornecer nem acrescentar novos conhecimentos teóricos acerca do mundo e da realidade, então, sua importância pode ser atrelada ao próprio fazer filosófico que, enquanto terapia gramatical, permite ver as coisas de outra maneira. Isto significa reconhecer a legitimidade de outros modos de olhar para o mundo e para a linguagem e, com isso, ampliar a nossa visão de mundo e até mesmo da nossa forma de vida.

452. Deste ponto, faculta inferir que um modo de olhar mais simples, e menos problemático, apresenta vantagens no tocante à dissolução das questões que geram perplexidades filosóficas. Um olhar consequente da terapia filosófica que, através de investigações conceituais da linguagem comum, nos faz ver com clareza a maneira como

³⁹⁶ BUCHHOLZ, 2009, p. 113

³⁹⁷ IF §118, 119

³⁹⁸ OF §2

empregamos os conceitos³⁹⁹. O que ganhamos: clareza conceitual, o que não é pouco. “A clareza à qual aspiramos é, na verdade, uma clareza completa. Mas isto significa que os problemas filosóficos devem desaparecer *completamente*”.⁴⁰⁰

453. Ora, o valor da filosofia, enquanto atividade terapêutica, está na contribuição que proporciona para desfrute do ser humano, que o conduz, não ao conhecimento, mas à compreensão do estado *de espírito/ânimo* que tanto o deixa inquieto.⁴⁰¹ Depois da terapia o problema, que estava na raiz de nossas inquietações, simplesmente desaparece na medida em que alcançamos clareza acerca dos pressupostos que lhe deram origem. A terapia dissolve o problema na origem, e agora finalmente podemos seguir em frente, pois estamos em paz com nossos pensamentos⁴⁰². Agora sabemos como lidar com nossos conceitos e não ficamos mais atormentados.

454. No mesmo sentido, afirma Wittgenstein: “A verdadeira descoberta é a que me torna capaz de romper com o filosofar quando quiser. A que acalma a filosofia, de tal modo que esta não seja mais fustigada por questões que colocam ela própria em questão”.⁴⁰³ “A filosofia simplesmente coloca as coisas, não elucida nada e não conclui nada. - Como tudo fica em aberto, não há nada a elucidar. Pois o que está oculto não nos interessa.”⁴⁰⁴ Conseqüentemente, não há teoria em filosofia, uma vez que “se se quisesse expor *teses* em filosofia, nunca se chegaria a uma discussão sobre elas, porque todos estariam de acordo.”⁴⁰⁵

455. Nesta conjuntura, a atividade filosófica de esclarecimento conceitual contrapõe-se, por princípio, à atividade da ciência, ou de qualquer teoria que pretenda assentar teses, pois não se trata de explicar ideias, teorias ou hipóteses, mas explicitar os usos de conceitos que nos são importantes, ou que são importantes para a filosofia. Por legado a cada um que se aproxima da filosofia, pelo viés wittgensteiniano, encontra nela um exercício terapêutico individual e idiossincrático, viabilizado por um dentre os métodos que estão disponíveis ao fazer filosófico.

456. E, ainda, considerando o fazer filosófico, pelos aspectos de Wittgenstein, a obra do autor passa a exigir uma leitura que acompanha o mesmo movimento terapêutico. Ora, a exemplificação terapêutica faz parte do seu método, servindo-lhe como instrumento para a análise gramatical, enquanto os exemplos gramaticais são usados como objetos para a análise

³⁹⁹ DONAT, 2008, p. 63

⁴⁰⁰ IF §133

⁴⁰¹ IF §125

⁴⁰² DONAT, 2008, p. 64

⁴⁰³ IF §133

⁴⁰⁴ IF §126

⁴⁰⁵ IF §128

conceitual; objetos da terapia. O esclarecimento conceitual que, por efeito da terapia, alcançamos, não carrega consigo o mesmo resultado que uma explicação hipotética e científica pode vir a carregar. Seu valor não é menor nem maior que o valor científico de uma hipótese explicativa, mas apenas diferente.

457. Logo, seria um equívoco ler as *Investigações*, bem como as demais obras posteriores ao TLP, procurando pela estrutura sistematicamente delimitada que, tradicionalmente, configura os textos filosóficos da qual tentamos derivar proposições filosóficas. Neste ponto, é fundamental lembrar da postura crítica que acompanhou Wittgenstein, por toda a sua jornada. Porém, dado que o interesse do presente estudo volta-se, em especial, ao conceito de jogos de linguagem e do modo como ele é definido, pelo autor das *Investigações Filosóficas*, acabamos por nos dar conta que Wittgenstein tem, no próprio modo de definir e de lidar com os conceitos, o método crítico contra o essencialismo linguístico e a imagem agostiniana da linguagem. Ou seja, suas definições se dão de maneira não dogmática, mas por família de significações, que aprendemos pelas regras da nossa forma de vida.

458. As *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein, partem das crenças do senso comum e olham para o papel do método de aprendizagem, não como um procedimento que conduz o aluno à verdades prévias, mas como meio de apresentação das nossas convenções linguísticas, normatizadas por regras que se mostram, através de jogos de linguagem, como padrões de aplicações. Assim, o pensamento de Wittgenstein toma, por característico, uma postura crítica ante ao essencialismo linguístico. Assegurando, a partir de tal postura, uma nova atitude filosófica que, em vez de tentar responder os problemas da significação, de forma essencialista, descreve vários exemplos, tipos e amostras de usos da linguagem, chamando atenção para a complicada rede de semelhanças, sem descartar as diferenças, entre os usos e aplicações da palavra ou expressão que tem seu significado questionado. Deste modo, é possível constatar que os limites do sentido da linguagem não existem a priori, mas dependem de nossas ações e dos contextos que se inserem.

459. Em razão disso, uma das principais consequências da crítica wittgensteiniana ao essencialismo linguístico e ao ideal de exatidão/essência é colocar em xeque a concepção agostiniana e referencialista da linguagem e evitar uma incursão teórica dogmática, sobre os processos linguísticos, que acaba por orientar o uso essencialista dos conceitos, quando deveria considerar as circunstâncias efetivas em que os conceitos são aplicados, bem como os critérios que recorreremos para identificar a normatividade da aplicação.

460. Outra consequência da crítica de Wittgenstein, é apontar o equívoco de confundir a tarefa filosófica com a tarefa científica, esperando os mesmos resultados a partir dos mesmos

métodos. Wittgenstein, pelo contrário, afasta uma da outra, distinguindo os métodos de cada uma delas, frisando que, enquanto a ciência busca pela verdade, a filosofia se encarrega de refletir acerca do sentido.

461. Em contraste à relação entre ciência e filosofia, é interessante registrar que, em certo sentido, o fazer filosófico e o fazer terapêutico aproximam-se, um do outro, e coincidem no mesmo movimento de tratar um problema, reconduzindo-o através de variadas modalidades, discernindo-o a fim de dissolvê-lo, observando-o com um olhar não fugidio. A aproximação entre filosofia e terapia, feita por Wittgenstein, é oportuna, senão pela própria família de significação do termo ‘terapia’ que, de modo geral, é usado para designar o tratamento que busca amenizar ou acabar com os efeitos de uma doença. Um tratamento com vistas a promover a saúde, a autonomia e o bem-estar do paciente que, por meio de métodos específicos, trata um estado patológico. A palavra ‘terapia’ tem origem na palavra grega *Therapeia*: “ato de curar ou restabelecer”. Por um caminho semelhante, a terapia filosófica restabelece nossa clara visão acerca do modo como nos relacionamos com a linguagem, a partir da leitura que temos do modo como ela funciona. Por consequência, elimina os problemas filosóficos e, com eles, a exigência de teorizar sobre possíveis soluções.

462. A terapia filosófica nos faz enxergar e reconhecer a tendência dogmática desenvolvendo, por meio da análise gramatical, um tratamento, *i.e.*, um procedimento de cura para ela. É preciso tratar, com auxílio dos procedimentos da metodologia gramatical e seus objetos de comparação (jogos de linguagem), para curar a tendência dogmática e essencialista da linguagem, que nos faz olhar para *um* de seus aspectos de maneira privilegiada qualificando, ainda, os demais aspectos como dispensáveis ou menos importantes, em relação ao primeiro. Ou seja, um determinado emprego da linguagem está sendo fortemente indicado e, com isso, nos logram a rica diversidade linguística que, de fato, prevalece.⁴⁰⁶

463. Os jogos de linguagem, por outro lado, aclararam o espaço aberto da comunicação humana, assegurado pela multiplicidade dos usos das línguas, linguagens, expressões, palavras, juntamente com todos os membros da grande família da qual a vida e a linguagem fazem parte. Ambas simultâneas, uma à outra; ambas também expressas *por* e *em* jogos de linguagem que, igualmente a elas, são diversos e orgânicos! A diversidade e organicidade, da linguagem e da realidade, são destacadas pela forma de vida, ou melhor, são dadas pela forma de vida: “o que é dado são formas de vida”⁴⁰⁷.

464. Por oportuno, ressaltamos que a filosofia, em sua atividade terapêutica gramatical, faz

⁴⁰⁶ IF, p. 185

⁴⁰⁷ IF, p. 222

uma espécie de tratamento sobre o texto, o discurso, a expressão, o fato, etc. Assim, liberta os filósofos do aprisionamento natural ao modo dogmático de olhar e se expressar sobre a linguagem, portanto, sobre a vida, e tudo o que nela acontece (filosofia, ciência, religião, esportes, felicidade, tristeza, dor, amor, etc).

465. Diante disso, nesse momento do estudo, podemos entender melhor a pretensão de Wittgenstein quando afirma, no prefácio às *Investigações*, o desejo de que sua obra “lance luz numa ou noutra cabeça” a fim de incitar, no leitor, a prática de refletir a partir dos próprios pensamentos. Isto é, Wittgenstein encarava sua obra e seu método, não como meios de poupar o leitor do esforço de pensar, mas como contribuições ou estímulos para o desenvolvimento da sua própria reflexão.

466. Em virtude disso, os jogos de linguagem juntamente com o método filosófico a eles atrelado, bem como o fazer filosófico que disso resulta, mostra que o papel social/cultural da filosofia não é entregar a verdade, mas, na busca pelo sentido e por um novo modo de ver as coisas, exercer a atividade de não deixar de questionar aquilo que parece ser definitivo, de desafiar fontes e estruturas aparentemente intactas, de suspeitar que pode haver ‘um outro lado’ naquilo que consideramos inquestionável, e de nunca se permitir esquecer que há questões anteriores ao legítimo horizonte da ciência, as quais são cruciais à sobrevivência da humanidade.

467. Em outras palavras, o papel da filosofia é não permitir que nossa capacidade cognitiva seja entorpecida pelo dogmatismo, construído ao longo da nossa histórica tradição, mas que nossa atenção esteja atenta ao movimento da vida. Isso permite devolver às pessoas aquilo que faz parte de suas vidas. Afinal, há lições e sabedorias tiradas do cotidiano da vida, daquilo que toca nossos corpos e tece nossas relações⁴⁰⁸. O novo olhar para a atividade filosófica é um olhar ativo, que exige participação. Mas, por se tratar de um modo de olhar mais simples, encontra nesta simplicidade a principal dificuldade que temos de entender como ele funciona. O caso é que devemos olhar para os questionamentos filosóficos a partir do solo firme da vida cotidiana, mas estamos, quase sempre, a olhar para eles da torre mais alta do nosso castelo de areia.

468. Por fim, e antes de encaminharmos nosso estudo para as considerações finais, é válido questionar sobre o valor dos resultados que a partir dele foram alcançados, observando que se há algum valor nesses resultados, esse valor se encontra na recondução do problema da significação linguística ao solo firme da vida cotidiana e, por conseguinte, na gama de possibilidades que o novo modo de olhar para o problema ou dificuldade filosófica incentiva.

⁴⁰⁸ GEBARA, 1997, pgs. 25, 29 e 50

Desse novo modo de olhar é permitido, por exemplo, ver o mundo, o fato, como um milagre e não somente como uma hipótese científica; ou, até mesmo, transformar o mundo de um infeliz em um mundo feliz.⁴⁰⁹ Isso porque, dissolvemos os problemas que estão na raiz da nossa “amargura filosófica” quando nos damos conta de que tais problemas não passam de confusões gramaticais que incorremos por desconsiderar o uso cotidiano da linguagem.

⁴⁰⁹ TLP 6.43

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“E muitos nos antecederam ao trilhar essa senda, criando à sua passagem a pesarosa estrada que também fomos impelidos a percorrer, multiplicando os labores e angústias que se abatem sobre os filhos de Adão.”

Sto. Agostinho

469. Fazer filosofia é um trabalho de recomposição de si mesmo. É o refinamento da alma humana em que o trabalho mais difícil, afirmava Sócrates há quase quatrocentos anos antes de Cristo, é aquele sobre si mesmo. Isso de certa forma quer dizer que o que há de mais urgente na vida de um ser humano, sendo ele filósofo ou não, é deixar de negligenciar as questões que a si importam, reconhecendo sua responsabilidade perante elas. Produzir um texto é um processo inflamatório. É o maturar de uma questão que inquieta o espírito e põe em chamas o intelecto. Permitir-se ter consciência sobre o inquietante é fruto de uma atividade reflexiva que requer coragem e, como qualquer outra atividade, deve ser praticada a fim de chegar à intimidade necessária para a habilidade.

470. Ciente disso, Ludwig Wittgenstein lançou suas sementes críticas, a partir de sua obra pós *Tractatus*, na intenção de incitar o leitor e pesquisador aos próprios pensamentos, ou seja, à reflexão das causas que lhes são próprias. Em virtude disso, o desenvolvimento da presente dissertação teve como objetivo geral, tratar dos jogos de linguagem, uma vez que a discussão deste conceito implica discutir temas que envolvem linguagem, realidade, filosofia e cotidiano. Temas que, em mim, despertam interesse profundo.

471. Em consideração a isso, os objetivos específicos foram pensados e estruturados com vistas a (i) mostrar a crítica feita por Wittgenstein ao modo filosófico de pensar o funcionamento da linguagem, a partir de uma imagem essencialista da linguagem; (ii) mostrar como este modo filosófico de pensar o funcionamento da linguagem insiste na busca por definir um conceito ideal, essencial, absoluto e definitivo; (iii) apontar a perplexidade decorrente desta tentativa filosófica de explicar o funcionamento da linguagem por meio de formulações teóricas sobre o significado; (iv) discutir a noção de significado como uso da linguagem, proposto por Wittgenstein, o que envolve; (v) discutir a noção de familiaridade dos jogos de linguagem, que permite considerar as diferenças além das semelhanças, coisa que a noção de ideal não logra fazer; (vi) tratar sobre os conceitos de regras, gramática e forma de vida; para então, (vii) abordar a noção de filosofia como atividade terapêutica.

472. Para levar a cabo essas intenções, foi necessário percorrer os seguintes passos: no primeiro capítulo discutimos a questão (i): ‘Para onde apontam os jogos de linguagem?’. Esta

discussão apresentou o contexto no qual Wittgenstein elaborou o seu conceito. O qual envolve, por um lado, uma imagem essencialista da linguagem e, por outro lado, o conceito que ancora esta imagem, qual seja, o conceito de ostensão.

473. A discussão do primeiro capítulo nos conduziu ao capítulo seguinte, o qual foi destinado a tratar da questão (ii): ‘O que são os jogos de linguagem?’. Neste momento da investigação mostramos que a definição do conceito, fornecida por Wittgenstein, não se assemelha à noção tradicional de ‘definição’, quando esta é dada sob a orientação da imagem essencialista da linguagem (na qual todo conceito possui um, e apenas um, significado determinado). Este passo foi necessário para demonstrar que o conceito de jogos de linguagem foi apresentado a partir de um conjunto de exemplificações por semelhança de família. O que quer dizer que seu conceito tem uma família de significações, ou que seus significados/usos formam uma família. Apresentar os jogos de linguagem desta maneira convergiu com a ideia de filosofia contida nos escritos pós *Tractatus*.

474. Desenvolvidos os dois primeiros capítulos, o percurso correu em vista do objetivo do nosso trabalho. Desta forma, no terceiro capítulo abordamos a questão (iii) ‘Para que servem os jogos de linguagem?’. Na tentativa de elucidarmos o que Wittgenstein propõe com os jogos de linguagem, o desenvolvimento do capítulo 3 teve como objeto de reflexão o argumento de que o significado de uma palavra está no uso que fazemos dela, e os usos possíveis nos são apresentados a partir de regras que geram contextos nos quais o termo funciona. Esta discussão foi necessária, pois forneceu as justificativas de que, para Wittgenstein, as regras têm um papel importante na concepção da linguagem, uma vez que elas determinam o que é falar com sentido e corretamente.

475. Por fim, no desenvolvimento do nosso quarto capítulo abordamos a concepção de filosofia, defendida pelos escritos posteriores ao *Tractatus*. Neste momento final do percurso, apresentamos a ideia de *Filosofia como Terapia*, destacando o caráter curativo da análise filosófica que não se reduz, necessariamente, à análise lógica, ontológica ou epistêmica. Fazer filosofia, a partir desta concepção, não envolve a resolução de problemas filosóficos, mas a dissolução dos mesmos através de uma análise conceitual. Segundo Wittgenstein, os problemas mais profundos da filosofia surgem pela incompreensão da forma como a linguagem comum efetivamente funciona.

476. Constatou-se, a partir desta pesquisa, que a linguagem comum não considera apenas as estruturas lógicas que se podem ordenar com perfeição e transparência através da relação lógico-semântica (relação referencial) entre palavra e objeto. A linguagem, assim como a realidade, se mantém sempre em aberto por meio de jogos de linguagem que estão em

contínua reformulação. Nas *Investigações Filosóficas*, a imagem de linguagem proposta se torna mais elástica e abrangente e o pensamento se transforma, cada vez mais, em atividade de diferenciar padrões de comportamento sem um propósito lógico ou teórico. Quebra-se a prepotência da generalidade e do dogmatismo filosófico. Trata-se de aprender novos modos de ver e ser, em que a atividade terapêutica da filosofia serve a favor deste aprendizado.

477. Diante disso, e antes de encerrarmos, cabe ainda dizer que esta pesquisa tratou dos interesses de todo aquele que ficou instigado em entender como a linguagem funciona. A partir dela, é possível delinear interesses futuros, isto é, a linha argumentativa desta pesquisa abre caminho para a discussão, desenvolvida por Wittgenstein na segunda parte das *Investigações Filosóficas*, acerca dos conceitos psicológicos. A partir do princípio de que o mundo interior (a subjetividade) e o mundo exterior (o comportamento) estão ligados entre si por relações gramaticais, uma pesquisa futura pode vir a analisar a gramática do vocabulário psicológico, no qual os conceitos psicológicos funcionam de maneira expressiva. Para tanto, estas relações gramaticais devem ser esclarecidas através de uma investigação conceitual, e não por investigações empíricas. Mas, como apontamos, isso é assunto para outro estudo, outra pesquisa, sem que nela se desconsidere as questões que realmente importam ao fazer daquele que se diz filósofo, nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

- ALSTON, Willian Payne. **Filosofia da Linguagem**. Tradução: Álvaro Cabral, 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1977
- BAKER, Gordon Park. e HACKER Peter Michael Stephan. **Wittgenstein: Understanding and Meaning. An Analitical Commentary on the *Philosophical Investigations* (Parte I - Essays)**. Oxford: Blackwell, 1980
- BAKER, Gordon Park. **Following Wittgenstein**: Some signposts for Philosophical Investigations 143 – 242 in Seteven H. Holtzmann and Crhistopher M. Leich (eds) Wittgenstein: To Folow a Rule. Routledge and K. Paul, London, 1981.
- CARVALHO, Marcelo. **Esclarecimento e Prática**: gestos ostensivos nas investigações filosóficas. São Paulo: Col CLE, 2014.
- CHAUVIRÉ, C. **Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar Editor Ltda, 1989.
- DONAT, Mirian. **Linguagem e Significado nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein**: uma análise do argumento da linguagem privada. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. 2008.
- FREITAS, Edivaldo.; SILVA, Ícaro. **Gramática dos Jogos de Linguagem e Significado no Segundo Wittgenstein**. *Kínesis*, Vol. X, nº 25,2018, p. 128-148
- GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. Olho Dágua. São Leopoldo. 1997
- GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário: Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- HACKER Peter Michael Stephan. **Natureza Humana: Categorias fundamentais** Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2007.
- HAX, Bruno. **Pensamento e Objeto**: A Conexão entre linguagem e realidade. Pelotas: NEPFIL online, 2016.
- MCGINN, Marie. **Wittgenstein and the Philosophical Investigations**. London, Routledge Philosophy Guidebooks, 1997.
- MORENO, Arley. **Introdução a uma pragmática filosófica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- MORENO, Arley. **Wittgenstein: Através das Imagens**. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- RYLE, Gilbert. **The Concept of Mind**. London. Routledge Philosophy Guidebooks, 2009.
- RUSSELL, Bertrand. **The Problems of Philosophy**. London: Oxford University Press, 1967.
- SILVA, João Carlos Salles Pires da. **Filosofia e Terapia em Wittgenstein**. *Analytica*, Volume 9, n. 2, 2005, p. 87-114.

SCHMITZ, François. **Wittgenstein**. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Estação Liberdade: São Paulo. 2004.

URDANOZ, Aldaz. **Historia de la Filosofía**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1984.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo. Nova Cultural, 1975.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Blue and Brown Books: Preliminary Studies for the 'Philosophical Investigations'**. New York. 2ª Ed. Harper Perennial, 1960.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. Edusp: São Paulo. 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Gramática Filosófica**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Ludwig Wittgenstein und der Wiener Kreis, shorthand notes recorded by F. Waismann**, ed. B. F. McGuinness. Oxford: Blackwell, 1967.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Observações Filosóficas**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **On Certainty**, Basil Blackwell Oxford: Library Of Congress Catalog, Card N° 69-20428, 1969.